



Ana Sofia Lacerda Matias

Povoamento rural romano e usos potenciais da terra
em torno da capital da *civitas Igaeditanorum*
(Idanha-a-Velha, Portugal)

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Romana, orientada pelo Doutor Pedro C. Carvalho e coorientada pelo Dr. Marcos Osório, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Povoamento rural romano e usos potenciais
da terra em torno da capital da *civitas*
Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Povoamento rural romano e usos potenciais da terra em torno da capital da <i>civitas Igaeditanorum</i> (Idanha-a-Velha, Portugal)
Autora	Ana Sofia Lacerda Matias
Orientador	Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho
Coorientador	Mestre Marcos Daniel Osório da Silva
Júri	Presidente: Doutora Maria da Conceição Lopes Vogais: 1. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho 2. Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	Arqueologia Romana
Data da defesa	27-10-2017
Classificação	19 valores



RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo dar a conhecer uma metodologia inovadora que consiste na criação de um mapa de usos potenciais da terra, um tipo de cartografia que se distingue, sobretudo, pelo facto de ser construída com base numa perspetiva histórica. A avaliação dos usos prováveis da terra, neste caso no Período Romano, é possível através da construção de classes de aptidão agrícola. Essas classes podem variar de acordo com os objetivos de cada investigador. No presente trabalho, optou-se por se distinguir entre classes de uso extensivo máximo, de uso extensivo médio, de uso intensivo e de uso nulo.

O território analisado foi o da antiga *civitas Igaeditanorum*, mais concretamente as terras em torno da sua capital – *Igaedis*, o que possibilitou uma análise ulterior do povoamento rural que aí se conhece.

Ainda que o estudo do povoamento rural desta *civitas* careça de trabalhos de campo, de reconhecimento e descoberta, temos a grande vantagem de contar com um trabalho de prospeção intensiva realizado em 1991 por Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes como base para pôr em prática algumas das potencialidades do mapa de usos potenciais da terra.

Essas potencialidades prendem-se, sobretudo, com a possibilidade de estudar estratégias locacionais. Para tal, recorreremos também a diversa cartografia proporcionada pela utilização de Sistemas de Informação Geográfica, como modelos de elevação do terreno, mapas de declive, de exposição solar e análises com base em polígonos de Thiessen, *buffers* e isócronas.

PALAVRAS-CHAVE: Período Romano; Usos potenciais da terra; Agricultura; Povoamento rural; Arqueologia da Paisagem; SIG; Idanha-a-Velha.

ABSTRACT

The present dissertation's main objective is to show the results of a new methodology that consists on creating a land evaluation map, remarkable for the fact that it has been built within a historical perspective. Through the creation of farming suitability's classes, it's possible to assess the land uses during the roman occupation. These classes may change according to the concerning historical period and the researcher. On this specific situation, we chose to distinguish between maximum extensive use, medium extensive use, intensive use, and null use classes.

The examined territory was that of civitas Igaeditanorum, specifically the land around its capital – Igaedis, enabling an analysis about the rural settlement that we know today.

Despite the lack of fieldwork done on our study area, we can count on intensive prospection work realized by Pedro Carvalho, José Ruivo and Luis Fernandes in 1991 as a starting point to test the potentiality of the land evaluation map.

These potentialities are related with the possibility of studying locational strategies. With that in mind, we use GIS as a tool to create a digital elevation model, a slope map, a solar exposure map and a different kind of analysis based on Thiessen polygons, buffers and isochronous.

KEYWORDS: Roman Empire; Land evaluation; Agriculture; Rural settlement; Landscape Archaeology, GIS, Idanha-a-Velha.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha sincera gratidão a todos aqueles que, ao longo deste ano, me acompanharam e tornaram possível a realização deste trabalho.

Ao Professor Pedro C. Carvalho agradeço a orientação desta dissertação, mas sobretudo a confiança e disponibilidade, os conselhos e o apoio que, desde o início, possibilitou. Pelo bom mestre e amigo que se revelou, sou grata.

Ao Professor Marcos Osório, coorientador desta dissertação, agradeço todas as horas que disponibilizou para a discussão de ideias e resolução de problemas informáticos. Agradeço a capacidade criativa da qual é dotado, as opiniões e perspectivas, a motivação e amizade.

Ao Brais Currás Refojos que colaborou na elaboração deste trabalho, agradeço toda a ajuda e disponibilidade prestada para a elaboração do mapa de usos potenciais da terra, agradeço as conversas, o rigor, os conselhos e as perspectivas.

À Eunice Dionísio, pela boa funcionária que é e pelo apoio que dá aos alunos do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

À Professora Raquel Vilaça agradeço a sabedoria e os ensinamentos prestados ao longo da licenciatura.

À Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, nomeadamente aos arqueólogos José Cristóvão e Patrícia Dias, agradeço todo o apoio para a concretização desta dissertação.

À Doutora Maria do Carmo Horta, professora da Escola Superior Agrária de Castelo Branco, agradeço a disponibilidade e esclarecimentos.

Ao Pedro Baptista, agradeço a ajuda e disponibilização de dados, mas sobretudo a amizade ao longo destes anos.

Ao Luís Babo, meu parceiro de guerra, agradeço o apoio ao longo deste ano.

À Lídia Falcão, agradeço por ser a irmã que nunca tive.

À Miki, à Joana, à Juliana e à Mariana, agradeço as gargalhadas e a amizade.

À minha mãe e ao Neca, por existirem.

ÍNDICE

RESUMO / PALAVRAS-CHAVE	1
ABSTRACT / KEYWORDS	2
AGRADECIMENTOS	3
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Objetivos e problemáticas	6
1.2. <i>Modus operandi</i> : fontes e ferramentas utilizadas	8
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO	11
2.1. <i>Hispania</i> : da chegada de Roma à criação de uma superestrutura	11
2.2. <i>Hispania</i> à macroescala: províncias e <i>conventus</i>	12
2.3. <i>Hispania</i> à mesoescala: <i>civitas Igaeditanorum</i>	15
2.4. <i>Hispania</i> à microescala: o povoamento	18
2.4.1. <i>Caput civitas: Igaedis</i>	20
2.4.1.1. Malha Urbana	23
2.4.1.2. As necrópoles	23
2.4.1.3. Estruturas hidráulicas	24
2.4.1.4. A muralha	26
2.4.1.5. O <i>forum</i>	26
2.4.2. Povoamento rural: da criação de tipologias às prospeções em torno de <i>Igaedis</i>	28
2.5. A agricultura no mundo romano: breves notas	34
2.5.1. As fontes	34
2.5.2. O camponês	35
2.5.3. A produção agrícola	36
2.5.4. A pecuária	39
2.5.5. A tecnologia	40
2.5.5.1. Alfaias agrícolas	40
2.5.5.2. Moinhos de cereal	41
2.5.5.3. <i>Cella vinaria</i>	42
2.5.5.4. <i>Torcularium</i>	43
3. PAISAGEM E LUGARES	44
3.1. A paisagem como objeto de estudo	44
3.2. Recursos e povoamento: conceitos encadeados ou dicotómicos?	48
3.3. Considerações sobre a área de trabalho, a escala e os lugares	50

4. USOS POTENCIAIS DA TERRA – UMA PROPOSTA METODOLÓGICA	53
4.1. A representação dos solos em Portugal – conjuntura e problemas.....	53
4.2. A criação de um mapa de usos potenciais da terra.....	56
4.2.1. Os parâmetros considerados	59
4.2.2. O processamento dos critérios e a determinação de classes	68
5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MAPA DE USOS POTENCIAIS DA TERRA: A TERRA E O POVOAMENTO RURAL ROMANO EM TORNO DE <i>IGAEDIS</i>	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA	95
FONTES	112
ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO I – TABELAS	114
ANEXO II – CARTOGRAFIA	130

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVOS E PROBLEMÁTICAS

O campo e a exploração dos recursos naturais constituem uma parte muito substancial da História de Roma. O mundo rural era a realidade da maioria da sociedade e nele assentava uma parte muito significativa da economia romana, além disto foi também uma referência para as estratégias administrativas, tal como deverá ter sido considerado nos esquemas da política romana. A importância da ruralidade na conjuntura do mundo romano é, desta forma, incontornável e o objetivo lato desta dissertação é o de compreender uma pequena parte dessa grande e complexa estrutura.

O desafio aqui estabelecido foi o de estudar o mundo rural da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) através da criação de um mapa que nos permite analisar os usos prováveis da terra no Período Romano: metodologia inovadora, que, até onde sabemos, é nova na arqueologia portuguesa.

A construção de um mapa de usos potenciais da terra é então o objetivo primordial deste trabalho. A sua importância reside no facto de ser um tipo de cartografia que contém significado histórico, ao contrário, por exemplo, dos mapas de Capacidade de Uso do Solo. Esta proposta metodológica permite a criação de diferentes cenários produtivos e, portanto, não representa a realidade, mas sim uma possibilidade. Na elaboração de um mapa de usos potenciais estão em causa uma série de indicadores naturais, com diferentes pesos na avaliação do potencial produtivo da terra. O resultado final da ponderação desses indicadores traduz-se em classes orientadoras, neste caso de uso potencial extensivo máximo, uso potencial extensivo médio, uso potencial intensivo e uso potencial nulo. Todos os parâmetros utilizados para a elaboração deste mapa, tal como a construção do mapa em si, foram realizados em ambiente SIG (Sistemas de Informação Geográfica).

No decorrer deste trabalho e sobretudo na criação do mapa de usos potenciais, deparámos com alguns problemas. O mais significativo foi a dificuldade em aceder a dados ambientais sobre o território nacional, refiro-me concretamente a cartografia digital. Por exemplo, o mapa de solos em formato digital aqui disponibilizado, cuja área correspondente à Carta Militar número 270, implicou custos que a título pessoal foram possíveis de suportar, mas que não seriam se a escala deste trabalho fosse maior. Há uma dupla crítica que precisa de ser feita quanto à disponibilização de cartografia temática em Portugal: por um lado, muita dessa cartografia está desatualizada e não cobre a

totalidade do território; por outro lado, é frequente encontrar alguns desses mapas a preços inacessíveis à maior parte da população. A isto acresce o pouco apoio dado, por parte do organismo que fornece esta cartografia, aos investigadores. Esta questão torna-se especialmente grave com a utilização crescente dos Sistemas de Informação Geográfica nas várias áreas do saber. Embora possamos ser críticos perante as análises espaciais e consequentes interpretações feitas com recurso a estes *softwares* e tendo por base diversos tipos de cartografia, é difícil negar a utilidade dos SIG no que respeita à capacidade de armazenar, georreferenciar e gerir grandes volumes de dados de forma gratuita (caso optemos por um sistema *open source*), à escala de um sítio arqueológico ou à escala de um território.

Outro aspeto que importa mencionar, embora não constitua um problema efetivo, é a aplicação deste mapa a uma parte muito reduzida do vasto território da *civitas Igaeditanorum*, o que se explica pelo facto do presente trabalho ter limitações temporais, mas também relativamente à profundidade a que se pôde levar a investigação. Tal significa que o grande contributo aqui prestado é sobretudo o da criação de uma metodologia nova e útil para a compreensão do mundo rural romano, pois apesar de ter sido possível retirar conclusões sobre o território estudado, a amostra que está em causa é demasiado reduzida. Em contrapartida, tivemos a enorme vantagem de contar com trabalhos de prospeção intensiva realizados nesta área, o que significa que, embora a amostra seja modesta relativamente à totalidade do povoamento rural, ela é muito representativa.

Resta referir os problemas relacionados com a precisão do mapa criado, o que por sua vez se relaciona com a margem de erro que ele contém. Este problema deve-se ao facto de utilizarmos dados ambientais atuais (relevo, tipo de solo, clima) para recriar o cenário produtivo do passado, desconsiderando as alterações que a paisagem deverá ter sofrido. No entanto, há argumentos que respondem a esta questão: desde logo o problema da pouca ou nenhuma disponibilidade de paleodados. Por outro lado, apesar da margem de erro própria ao mapa de usos potenciais, esta cartografia continua a ser melhor hipótese para acedermos ao cenário produtivo provável do passado já que contém significado histórico, ao contrário dos mapas de Capacidade de Uso do Solo, elaborados segundo uma metodologia que parte de uma conjuntura económica, agrícola e tecnológica contemporânea e, por isso, altamente desajustada ao passado.

Deste modo, importa compreender que o mapa aqui produzido não nos fornece a resposta real, mas sim a resposta provável e que o pretendido é, essencialmente, ajudar o arqueólogo a ter uma melhor perceção do meio ao qual se vinculam os vários sítios

arqueológicos. Mas raramente a arqueologia fala em verdades absolutas, no fundo, importa sobretudo adotar uma postura pragmática, objetiva e com o máximo de rigor possível para compreender um passado que nos é tão distante e complexo.

1.2. MODUS OPERANDI: FONTES E FERRAMENTAS UTILIZADAS

A realização deste trabalho foi possível mediante a utilização de fontes bibliográficas, fontes literárias antigas, fontes arqueológicas, fontes cartográficas e da fotografia aérea. Algumas destas fontes, sobretudo as cartográficas e a fotografia aérea, foram processadas e analisadas com recurso à ferramenta SIG.

A bibliografia utilizada para a elaboração da presente dissertação é muito variada, em temas e autores. Algumas leituras apareceram espontaneamente, mas há um conjunto de autores considerados fundamentais e que constituíram o nosso ponto de partida. Assim, para o domínio romano em Portugal no geral e em concreto para as problemáticas do povoamento rural percorremos os estudos de Jorge de Alarcão; para os temas da ocupação romana na Beira Interior contamos sobretudo com leituras e debates com Pedro C. Carvalho; o enquadramento histórico e arqueológico de Idanha-a-Velha é também descrito por este último autor, além de Fernando de Almeida, Octávio da Veiga Ferreira ou José Cristóvão; para o capítulo dedicado à paisagem como objeto de estudo destacamos as leituras dos trabalhos de Almudena Orejas Saco del Valle; Brais Currás Refojos é o autor cujas leituras e debates mais auxiliaram a construção do mapa de potencialidades; por fim, salientar as leituras e debates com Marcos Osório para as partes deste trabalho onde foi necessário recorrer a análises espaciais processadas nos Sistemas de Informação Geográfica.

As fontes literárias antigas correspondem aos textos de autores clássicos, que constituem uma fonte de informação imprescindível para o Período Romano. Teria sido desejável uma análise ainda mais detalhada destas obras, do que a que foi levada a cabo, sobretudo dos textos dos agrónomos, porém esse trabalho mais aprofundado implicaria tempo do qual não dispúnhamos, tendo em conta que a agropecuária constitui um dos temas mais largamente explorados pelos autores clássicos. Sem contar com aqueles autores que fizeram referências esporádicas ao campo, os principais tratadistas de agronomia são quatro – Catão, Varrão, Columela e Paládio; em cada uma das suas obras encontramos um corpo constituído por vários volumes onde se explora, com um grau de detalhe notável, os mais variados aspetos do mundo rural: desde a agricultura, à pecuária ou ainda à apicultura. Com recurso a estes textos e outras fontes bibliográficas recentes

que os recompilam, foi então possível reunir aqui alguns dos principais aspetos que compõem o mundo agrícola romano e, assim, ponderar melhor o impacto dos vários parâmetros utilizados para a criação do mapa de usos potenciais da terra. Fizemos ainda algumas consultas aos escritos de Estrabão ou Plínio, nomes obrigatórios em qualquer relato sobre Roma.

A informação obtida através da arqueologia foi igualmente fundamental. Dentro desta, a mais importante foi a resultante de trabalhos de prospeção, sobretudo os de prospeção intensiva realizados na década de 90 do século passado por Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes (Ruivo *et al.*, 1991), mas também os sítios descobertos no âmbito do estudo de Impacte Ambiental realizado por Maria Pilar Reis (2013); soma-se ainda a carta arqueológica de Idanha-a-Velha da autoria de Joaquim Baptista (1998). Também foi consultado o inventário de sítios disponível no Portal do Arqueólogo, que continha fichas muito incompletas e poucas novidades relativamente aos trabalhos anteriores.

A informação disponibilizada nos mapas topográficos e temáticos é fundamental para que se possa conhecer a área de estudo nas suas múltiplas componentes e para contextualizar os dados arqueológicos. Aqui foi utilizada a Carta Militar número 270 à escala 1: 25 000 e a carta temática de solos correspondente a essa mesma área.

A principal vantagem da fotografia aérea é permitir ao arqueólogo visualizar amplas superfícies, numa grande variedade de escalas, possibilitando ao investigador realizar análises sobre a morfologia de estruturas arqueológicas ou documentar novas estruturas ou outros traços fósseis que sejam deste modo visíveis. Com os avanços da informática é também possível construir modelos digitais do terreno (MDT) por meio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG)¹. Entre os voos antigos, Portugal pode contar com o realizado pela S.P.L.A.L. (Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Limitada) desde a década de 30 do século passado até à década de 50; pela RAF em 1947; e com o Voo Americano realizado na década de 50. Contudo, estes voos não cobriram a totalidade do território. Às fotografias estereoscópicas somam-se as ortofotos de satélite, este grupo engloba aquelas que encontramos disponíveis gratuitamente *online*. Para o presente trabalho utilizou-se o *Bing Maps*, mas também o *Google Earth* que tem a vantagem de permitir ver a cobertura em anos anteriores ao presente e a diferentes horas do dia.

¹ Pela qualidade excecional que apresentam, são especialmente úteis as imagens geradas a partir da tecnologia LIDAR (cf. Bernardini *et al.*, 2015; Damian *et al.*, 2013). Infelizmente, praticamente não dispomos desta tecnologia em Portugal.

Finalmente, no que respeita aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), aqui optou-se por utilizar um *software open source*, nomeadamente o Quantum GIS 2.14.8 Las Palmas, tendo por base o sistema global e referência PT-TM06 / ETRS89. A nossa escolha pelo *open source* foi deliberada e justifica-se, acima de tudo, pela relação qualidade / preço (gratuito) servir perfeitamente os objetivos deste trabalho. Mas a esta vantagem somamos outras, como o facto das ferramentas disponibilizadas pelo *open source* não possuírem limites de utilização, nem exigirem licenças extra; o QGIS é um *software* apoiado por uma comunidade constituída por pessoas que, voluntariamente, disponibilizam e partilham os seus conhecimentos, apoiando o utilizador, respondendo a dúvidas ou ajudando a solucionar erros do programa; de ressaltar também que há um trabalho permanente, por parte das equipas de informática que fazem a manutenção deste *software*, no sentido de melhorar e atualizar o programa; o QGIS disponibiliza ainda uma série de documentos de apoio ao utilizador, com tutoriais e outro tipo de informação (cf. <http://www.qgis.org/en/docs/index.html>). Ao referido acresce o facto de defendermos a democratização deste tipo de *software*, tão útil não só à arqueologia como a qualquer outra ciência que dele possa usufruir e obter resultados.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

2.1. HISPANIA: DA CHEGADA DE ROMA À CRIAÇÃO DE UMA SUPERESTRUTURA

A política de expugnação aliada à sede de poder assegurou a Roma uma vasta conquista: a partir daí e sob a égide dos seus interesses, vários tentáculos enlaçaram o mundo conhecido de então. Na Península Ibérica tudo começou em 218 a.C., com o início da II Guerra Púnica: duas legiões comandadas pelo general Cneu Cipião desembarcaram em *Emporion* (cidade grega aliada de Roma) e confrontaram os cartagineses em *Saguntum*; em 209 a.C. Publio Cornélio Cipião submeteu *Cathago Nova*, novo centro romano a partir do qual se subjugaram outros territórios; em 206 a.C. a vitória era efetiva com o fim da dominação púnica.

A partir daqui todo o processo de conquista se desenvolveu de forma relativamente eficiente ao longo de dois séculos (de 218 a 19 a.C.), num grande palco retalhado que era a Península Ibérica do I milénio a.C.: carente de uma unidade supracomunitária e, portanto, definida por uma heterogeneidade de povos, alguns inclusive já na sombra de potências do mediterrâneo, nomeadamente de Fenícios e Gregos. Fernández Uriel (2007: 39-54) organiza a conquista da *Hispania* em três fases: a primeira corresponderia ao acima descrito; a segunda terá sido protagonizada pelas guerras lusitanas e celtibéricas; e a terceira, a partir de 82 a.C., desenvolveu-se no quadro de guerras civis e de uma conjuntura de crise que afetou Roma e as províncias. Com a *Pax Romana* de Augusto findam as guerras cantábricas e, portanto, a conquista de toda a Hispânia. A partir daqui a Península Ibérica pautar-se-á por um novo ritmo, marcado por uma política administrativa que espelha a afirmação de Roma.

Durante muito tempo a Arqueologia Militar romana produziu-se no âmbito da “Arqueologia Filológica”, postura que se encontra plasmada nos trabalhos de Schulten, García y Bellido, Roldán e Le Roux; segundo Morillo Cerdán e Martín Hernández (2005) esta postura conciliada com os poucos testemunhos arqueológicos, resultou num atraso das reflexões potenciais em torno do processo de conquista peninsular e das próprias implantações romanas de carácter militar. Talvez seja este o motivo para o facto de a historiografia ter relatado, por tantos anos, a romanização da *Hispania* como uma imposição cultural consolidada ao tempo de Augusto e que pressupôs o desaparecimento de usos e costumes que caracterizavam as culturas vernáculas. O primeiro erro desta postura é, muito provavelmente, o facto de subestimar as capacidades diplomáticas dos romanos. Hoje não restam dúvidas que este processo terá ocorrido em moldes muito

mais complexos e menos rígidos (Bendala Galán, 2006). A arqueologia dos últimos anos mostra-nos antes uma realidade definida por permanências, adaptações, interações, convivências e hibridiz: “[...] colonizadores como agentes que procuram convencer mais do que subjugar ou sujeitar [...]” (Alarcão, 2006: 178). Testemunhos que refletem estas permanências podem ser consultados no trabalho recentemente desenvolvido sobre o Vale do Tua (Carvalho, no prelo), onde os *castella*, construções típicas do mundo pré-romano, permanecem integrados na paisagem funcionando como elementos estruturadores desta; atesta-o também, por exemplo, a *deditio* de Alcântara (Cáceres, Espanha), documento que define, perante Roma, as condições de *deditio* de um *populus* indígena, condições essas que lhes permitiram permanecer no mesmo espaço e manter os seus costumes (López Menero *et al.*, 1984).

A atual Beira Interior encontrava-se, à chegada de Roma, habitada por uma série de povos que conhecemos como *Lusitani* (Alarcão, 2001). Os *Lusitani* perpetuaram-se na memória coletiva pela audácia e bravura. É unânime que as guerras lusitanas (mas também as celtibéricas) representaram um dos maiores desafios bélicos que Roma enfrentou na Península, ocasionando grandes perdas; a historiografia relata o primeiro contacto com Roma, mais concretamente com as tropas de P. Cornélio Cipião, no ano 194 a.C., encontro que culminou com a derrota dos lusitanos em *Ilipa* (Alcalá del Rio, Sevilha, Espanha); a partir daqui os relatos estendem-se num enredo de ataques e contra-ataques, derrotas e vitórias. A fase mais crua desta guerra, segundo relatos de Apiano, ocorreu entre 155 e 139 a.C.

Podemos encontrar no trabalho de Pedro C. Carvalho (2005; 2007a; 2007b; 2010a; 2010b) a síntese necessária para a compreensão do cenário territorial, político e administrativo do mundo romano na Beira Interior. Antes do séc. II a.C. a presença de Roma neste território deverá ter-se resumido a incursões ocasionais dos exércitos; no séc. II a.C., embora não se saiba em concreto onde, esta zona terá sido palco de confrontos no âmbito das Guerras Lusitanas (Alarcão, 1988a: 18), embora o cerne dessas se situar em regiões mais meridionais. No séc. I a.C. a presença de Roma vai ganhando outra expressão, como sugere a *deditio* de Alcântara de 104 a.C., mais efetiva e permanente, pese a ação planificadora por via da administração.

2.2. HISPANIA À MACROESCALA: PROVÍNCIAS E CONVENTUS

A organização administrativa da Hispânia começou com a chegada de Roma à Península Ibérica e com a subsequente necessidade de controlar e defender os territórios

conquistados. Os autores clássicos alegavam que conquistar era mais fácil que conservar, mas nem por isso Roma se absteve de criar o seu próprio modelo organizacional, que aliás acabou por se tornar uma das formas de dominação mais possante.

Na primeira fase da conquista, detinham jurisprudência as cidades aliadas, nomeadamente *Emporion*, *Saguntum* e *Gades*. Não tardou até que Cipião pressionasse Roma a enviar à Península magistrados *cum imperium* proconsular, i.e., magistrados e governadores militar que respondiam perante o Senado ao que acontecia na respetiva província; mais tarde, estes magistrados passaram a ser assistidos por um *quaestor*, ao qual competia funções relacionadas com a administração da justiça e por *publicani*, indivíduos que controlavam o pagamento dos tributos. Desta forma, o primeiro passo para uma *Hispania* organizada refletiu-se na delimitação de duas províncias governadas por dois pretores: a *Hispania Ulterior*, a Sul do Ebro, com capital em *Corduba* e governada então por M. Manlio Acidino, e a *Hispania Citerior*, a Norte do Ebro, com capital em *Carthago Nova* e governada por L. Lentulo.

A delimitação das fronteiras provinciais foi sofrendo reajustes no decorrer dos anos. O traçado destas fronteiras constitui ainda hoje um debate aberto. Sabemos, porém, que estas deverão ter tido em consideração os acidentes geográficos, como dão a entender os geógrafos antigos (Plínio e Pompónio Mela). Um momento decisivo para a administração política provincial aconteceu ao tempo de Júlio César: o seu contributo para a consolidação da romanização passou também pela concessão de estatutos privilegiados a determinadas localidades, veja-se a fundação de colónias como *Scallabis* (Santarém), *Hispalis* (Sevilha), *Urso* (Osuna), *Hasta Regia* (Jerez de la Frontera) e outras.

A expulsão de Tarquínio o *Soberbo* transformou Roma no final do séc. VI a.C. numa República que condensava o poder no senado, no conselho de cidadãos e na assembleia do povo. Esta constituição começou a ceder quando o poder do povo embate com o do senado. No último século de vida, a república romana estava já estrangulada: os triunfos consecutivos dos exércitos deram um protagonismo perigoso a personagens como Mário, Sila, Pompeu ou Júlio César. Diferentes poderes locais emergiram e confrontaram-se ao mesmo tempo que Roma se fragmentava. Uma vez assassinado César, derrotado Bruto e Cássio na guerra civil que se sucedeu e vitorioso Octaviano na Batalha do Áccio, surge a ideia de centralização do governo nas mãos de um *princeps* como solução. É assim que, no ano 27 a.C., o senado, por via de um acordo constitucional, eleva Octaviano a *Augustus* - o primeiro imperador romano.

Na Península Ibérica é Augusto quem marca o fecho das Guerras Cântabras (*bellum Cantabrum*) e a consolidação da conquista de toda a Hispânia: é o momento em que se

cria uma nova ordem administrativa e jurídica, facilitada pelas “*desigualdades sociales y territoriales entre las próprias comunidades indígenas, sin duda potenciadas en los años de mayor inestabilidad y que dentro de esa situación excepcional se convertirían en instrumentos eficaces para los intereses romanos*” (Orejas Saco del Valle *et al.*, 2000: 64).

Segundo Dião Cássio (LIII, 12, 4-5), no ano 27 a.C., Augusto reorganiza a Hispânia em três províncias: *Baetica*, *Tarraconensis* e *Lusitania*. Autores como Schulten (1922-1959: 34), Albertini (1923: 25-26), Ursin (1884: 37) ou Santos (1977: 318) corroboram esta premissa, já outros consideram que o estudo da reorganização administrativa augustana não é um caso encerrado.

Para Jorge de Alarcão (1988a: 31-61) são possíveis várias fases para o estabelecimento da *Lusitania* como província autónoma: entre 26 e 25 a.C., após a anexação da *Callaecia*, *Asturia* e *Cantabria*, ou seja, uma vez findas as campanhas militares; o ano 22 a.C. é tido em consideração a julgar pelas três *Arae Sestianae* que L. Séstio Qirinal Albiniano fixa na Galiza, que poderão ser entendidas como reflexo de uma organização territorial pós conquista, bem como a fundação de centros como *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*; outra hipótese colocada pelo autor é o ano 19 a.C., aquando da vinda de Agripa à Península Ibérica, em parte justificada por responsabilidades de reorganização administrativa; finalmente, a criação da *Lusitania* poderá ainda recuar ao intervalo de 16 a 13 a.C., quando sabemos da segunda estada de Augusto, como imperador, na Península.

Outra postura interpretativa, provavelmente a mais plausível, é a de continuidade, i.e., aquela que defende que este processo não ocorreu num momento concreto, antes no decorrer de diferentes etapas que deverão ter tido início a 27 a.C., prolongando-se até, provavelmente, 14 a.C. (Dião Cássio, LIV, 25). Como escreve Francisco Martín (1989: 96), todo o planeamento de reorganização da Hispânia deverá ter tido em conta motivações de índole militar, mas também de estratégia geopolítica.

Alguns anos depois de propostas como a de Alarcão, foi descoberto em Bembibre (província de Leão, Espanha) o édito de Bierzo (HEp 7 378), documento de natureza jurídica, executado sobre bronze e portador de uma novidade: a existência de uma província, de curta duração, até então desconhecida - a *Transduriana*, situada a Norte do Douro (Sánchez-Palencia e Mangas Manjarrés, 2000). Segundo López Barja de Queiroga (2000: 31-45) esta província deverá ter sido criada entre 22 e 19 a.C. e terá desaparecido entre 15-13 a.C., aquando da estada de Augusto na Península, momento em que poderão ter aparecido as províncias e, portanto, ter-se dado a incorporação dos territórios da *Transduriana* na *Lusitania*.

Finalmente, lembrar que a estrutura jurídica deste solo provincial resulta, como nos lembra Inés Sastre (2001: 100), da luta política e do incremento de um sistema imperialista, concentrando em si três características: é estrangeiro, tributável e organiza-se segundo hábitos locais (Orejas Saco del Valle e Sastre Prats, 1999: 163-164).

Quanto aos *conventus iuridici*, descritos por Plínio (III), eram circunscrições que subdividiam as províncias e em cujas capitais os *legati iuridici* dirimiam os casos de foro jurídico que ultrapassavam a jurisdição dos magistrados das *civitates*, formando uma espécie de tribunais de segunda instância (Alarcão, 2012b: 127-128). A discussão em torno do momento em que estes foram criados é, também ela, controversa, segundo Le Roux (2004: 344) deverá recuar ao tempo de Augusto, entre 15-13 a.C. (hipótese também considerada por Dopico Caínzos, 1986: 282), para López Barja de Queiroga (2000: 41-42) é possível que tenham aparecido após o desaparecimento da *Transduriana* e de acordo com Tranoy (1981) em Época Flávia. De qualquer modo, a Hispânia deveria dividir-se em catorze *conventus*:

1. Na *Baetica*: Cordubense (capital *Corduba* / Córdoba), Hispalense (capital *Hispalis* / Sevilha), Astigiense (capital *Astigi* / Ecija) e Gaditano (capital *Gades* / Cádiz).
2. Na *lusitania*: Emeritense (capital *Agusta Emerita* / Mérida), Escalabitano (capital *Scallabis* / Santarém) e Pacense (capital *Pax Iulia* / Beja).
3. Na *Tarraconensis*: Tarraconense (capital *Tarraco* / Tarragona), Cartaginense (capital *Nova Cartago* / Cartagena), Caesaraugustano (capital *Caesaraugusta* / Saragoça), Clunicense (capital *Clunia* / Sória), Asturicense (capital *Asturica Augusta* / Astorga), Lucense (capital *Lucus Augusti* / Lugo) e Bracaraugustano (capital *Bracara Augusta* / Braga).

Perante este quadro geral, de macro divisões territoriais e jurídicas do modelo organizacional hispânico, situamos a nossa área de estudo na província da *Lusitania*, mais concretamente no *conventus Emeritensis*. Porém, tendo em conta os objetivos e dimensão desta dissertação, não cabe nestas páginas uma discussão aprofundada sobre estas realidades de larga escala: prossigamos, portanto, afunilando a nossa área de trabalho rumo à realidade concreta da *civitas Igaeditanorum*, à sua capital *Igaedis* e ao respetivo povoamento rural.

2.3. HISPANIA À MESOESCALA: CIVITAS IGAEDITANORUM

As *civitates* foram criadas ainda no âmbito da reforma augustana e correspondiam a entidades jurídicas e tributárias dentro das quais habitavam diferentes povos (Alarcão, 2012c: 112). Subdividiam os *conventus*, que por sua vez subdividiam as províncias, e eram compostas por uma capital e respetivo *territorium*, integrando, no seu conjunto, o *ager stipendiarius*, i.e. o território submetido à autoridade política e fiscal de Roma mediante o pagamento periódico de um *stipendium*, ou seja tributo que os povos convertidos em *dediticii* tinham que pagar (Orejas Saco del Valle e Sastre Prats, 1999: 161). Cada *civitas* dispunha de um governo (*res publica*) e, nessa medida, o seu território (*territorium*) e quem nele habitava (*populus*) estava sob *iurisdictio* dos magistrados locais, a partir de onde se tomavam decisões sobre a gestão do *ager publicus*², como por exemplo a concessão de *locatio-conductio* (arrendamentos) e, por conseguinte, da receita fiscal.

Aquando desta criação deverão ter-se produzido censos, inseridos no planeamento da criação das *civitates*: estes estipulariam a tributação de cada comunidade mediante a contagem das pessoas de condição livre, mas também do seu património (López Barja de Queiroga, 1999: 349; Orejas Saco del Valle e Sastre Prats, 1999: 170-183). É provável que estes censos fossem atualizados periodicamente.

Encontramos na famosa epígrafe da ponte de Alcântara (CIL II 760) a menção a onze *civitates* do entre Douro e Tejo, leia-se: *Municipia / provinciae / Lusitaniae stipe / conlata quae opus / pontis perfecerunt / Igaeditani / Lancienses Oppidani / Talori / Interannienses / Coilarni / Lancienses Transcudani / Aravi / Meidubrigenses / Arabrigenses / Banienses / Paesures*. (para as fronteiras e capitais destas *civitates* cf. Alarcão, 1990a; 1998a; 2001; 2005; Alarcão e Imperial, 1996; Alarcão *et al.*, 2013; Carvalho, 2005; 2007a). Segundo Carvalho (2007a: 354) existe a possibilidade das *civitates* da Beira Interior não se limitarem às que aparecem registadas nesta epígrafe, argumento que tem em consideração os casos da *civitas Ocelenses Lancienses* e da *civitas Cobelcorum*, omitidas. O povo *Igaeditani*, não citado por Plínio (IV. 35. 118) ou Ptolemeu, aparece referido em primeiro lugar, o que segundo Alarcão (2005: 120-121) não deverá ter sido por acaso, relacionando-se com o posicionamento dos povos ao longo da via imperial; este *municipium* correspondia à *civitas Igaeditanorum*, por sua vez integrada no *conventus Emeritensis* e no interior Norte da província *Lusitania* (Tranoy, 1990: 19).

Segundo Pedro C. Carvalho (2007a: 96) é possível que nas *civitates* da Beira Interior, região em grande parte repartida entre os *Igaeditani* e *Lancienses*, os *mensores* tenham

² Ou pelo menos parte dele. De recordar, por exemplo, que as áreas de exploração aurífera eram administradas diretamente pelo Estado (Carvalho, 2007a: 97).

descurado a *divisio* interna, tendo apenas delimitado o seu perímetro ou *linea confinalis*³ (sobre a configuração das *civitates* cf. por exemplo Orejas Saco del Valle, 2002), conferindo-lhes, desta forma, “[...] um aspeto particular, mais condizente com o substrato indígena que as ocupava” (Carvalho, 2007a: 97). A demarcação dos *Igaeditani* encontra-se atestada por dois *termini augustales*: o de Salvador (Penamacor) e o de Peroviseu (Fundão), erguidos no ano 4 / 5 d.C., porém tal não significa que, previamente, não existisse já um núcleo urbano, aliás atestado pela oferta de um relógio a *Igaedis* por parte de *Q. Iallius* (cidadão de Mérida) em 16 a.C. A *civitas Igaeditanorum* incluía um território muito vasto que se dilatava desde o Tejo, às serras da Gardunha, Lomba da Pedra Aguda e Malcata (Carvalho, 2007a: mapa 4). Importa pensar sobre a possibilidade dos limites das *civitates* poderem ter sofrido oscilações, sobretudo se considerarmos a riqueza de áreas auríferas, cuja descoberta poderia implicar alterações quer ao nível do território, quer em termos fiscais (Sánchez-Palencia e Pérez García, 2005: 207-307).

A definição tradicional de uma *civitas* compreende a presença de uma capital e de um fórum como condição necessária à sua existência: “Cada *civitas* tinha uma cidade capital e outros aglomerados urbanos secundários sujeitos àquela, para além de população rural dispersa” (Alarcão, 1990b: 360). O aspeto físico dessa capital deveria, em teoria, responder ao modelo “clássico” de cidade romana: que incluía uma planta regular (ortogonalidade definida por duas artérias – o *cardo* e o *decumanus maximus*) e todo um equipamento público mais ou menos completo, consoante a importância da cidade.

Na verdade, se este modelo ideal de *civitas* responde a uma parte da realidade da *Hispania* romana, por outro lado tem-se constatado que não é regra (para a *Lusitania* cf. Carvalho, 2005; 2007a: 98-106; para a *Asturia* cf. Sastre Prats, 2001: 133-143; para a *Gallaecia* cf. Pérez Losada, 2002: 338-340). A historiografia tradicional parece ter caído no erro de sobrevalorizar o protagonismo da cidade, como resultado da “[...] *aceptación acrítica del modelo aristocrático de sociedad ideal vertido en los textos antiguos. [...] La omnipresencia del ideal cívico-urbano en las fuentes ha condicionado completamente los estudios sobre los procesos de integración de los territorios provinciales*” (Sastre Prats, 2001: 133-143)⁴.

Para a Beira Interior, Pedro C. Carvalho (2005; 2007a: 98-106) constatou precisamente este fenómeno, i.e. a ausência de polos urbanizados que encabeçassem as

³ Esta *linea* podia concretizar-se mediante a colocação dos *termini augustales*, ora aproveitando os acidentes geográficos (rios, cumeadas) ou mesmo, em casos concretos, mediante a utilização de grande e característicos blocos pétreos que funcionariam como ponto de referência.

⁴ Nem mesmo a concessão do *ius latii* parece ter sido pretexto para a criação de polos urbanos. Cf. Ortiz De Urbina Álava, 2000: 53-56.

*civitates*⁵, a ponto de muitas destas capitais poderem ser confundidas, no terreno, com aquilo que Alarcão designa de aglomerados secundários; por outro lado a *civitas Igaeditanorum* afigura-se a exceção (de cuja capital falaremos adiante). Perante este fenómeno, surgem várias respostas: segundo Inés Sastre (1999) tal entender-se-ia pela prevalência das aristocracias indígenas; para Castillo Pascual (1996: 38) estaria relacionado com a coexistência de diferentes sistemas organizativos unidos por um *populus* e inseridos num mesmo *territorium* e *res publica*; Pedro C. Carvalho (2007a: 98-106) parece corroborar esta última postura: para este autor, a vitalidade destas capitais passaria, essencialmente, pelas atividades administrativas, jurídicas e religiosas que tinham lugar no seu espaço público central, o fórum; nestas capitais os índices de ocupação habitacional não seriam particularmente significativos, ao contrário do que deveria ocorrer no seu entorno; seria igualmente no seio desse povoamento rural que residia o motor da economia da *civitas*: através da produção agropecuária, artesanato e comércio. Outro aspeto para o qual o autor alerta é a questão do financiamento das construções públicas, ou falta dele, o que se entenderia num cenário onde as famílias locais não dispunham de meios para promover ações evergéticas ou simplesmente (uma vez que muitos desses notáveis eram autóctones) não estariam dispostos a investir de forma ativa num ideal romano. Porém, tal parece pouco provável se analisarmos a epigrafia local de Idanha-a-Velha (cf. HAE 1074; ILER 2078; CIL II 5132).

Todo este panorama afigura-se particularmente importante porque, entre outros aspetos, distancia-nos daquela ideia da historiografia tradicional “[...] nos quais se sobrevaloriza o peso exercido pelos elementos exógenos e se minimiza a capacidade de iniciativa (dinâmica interna) fundada no sistema de valores culturais (incluindo o “direito tradicional”) das comunidades autóctones” (*Idem*: 105), ao mesmo tempo que dá conta da importância que, para a ciência, tem a exceção à regra como fonte de conhecimento e, neste caso, como meio de revelar as particularidades que definem as identidades.

2.4. HISPANIA À MICROESCALA: O POVOAMENTO

A paisagem que Roma foi construindo na Península Ibérica integrou uma pluralidade de povoamento: por um lado os aglomerados, por outro os núcleos dispersos. Este povoamento inseriu-se, por sua vez, dentro da superestrutura administrativa que

⁵ Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), capital da *civitas Cobelcorum*, é, muito provavelmente, o caso mais flagrante dessa realidade. Refira-se ainda a título de exemplo: N. ^a Sr. ^a de Mércos (Castelo Branco), possível capital de *civitas* dos *Tapori*; ou Numão (Vila Nova de Foz Côa), possível capital da *civitas Meidubrigenses*.

temos vindo a descrever: a das províncias, dos *conventus* e das *civitates*. Na década de 90 do século passado, Jorge de Alarcão (1995; 1998b; 1998c; 1999) esboçou uma tipologia para os sítios romanos, utilizando para tal conceitos como: aglomerados principais (cidades), secundários (*vici*) e terciários (*castella* e aldeias). A falibilidade de uma proposta deste tipo, que tem por base os materiais e respetiva dispersão à superfície, é manifesta. Porém, como salientou Carvalho (2007a: 334), apresenta a grande vantagem de nos permitir apurar a presença / ausência de um determinado tipo de assentamento ou o grau de incidência que esse teve numa dada região, evitando que todos os núcleos rurais romanos sejam classificados simplesmente como *habitat*. Por conseguinte, e se aplicarmos sempre os mesmos critérios, podemos proceder a um confronto regional, por forma a definir padrões de povoamento, porventura regionalmente diferenciados. Cabe, portanto, aqui entender que uma classificação deste tipo tem duas faces, pois embora seja problemática, na medida em que se classifica um sítio romano com base apenas nos vestígios de superfície observados em prospeção, abre linhas de investigação que não poderiam existir de outra forma. Trabalhos como esta dissertação, onde se tenta compreender a organização do povoamento rural com recurso às novas tecnologias, não seriam possíveis sem a construção de tipologias. Isto faz-nos pensar que uma proposta deve ser entendida ao seu tempo, embora falível e muito provavelmente efémera, ela é importante a partir do momento em que abre a discussão. Tudo isto responde a um princípio maior: a importância de fazer propostas (melhores ou piores), revê-las, refutá-las eventualmente, criar ruturas e rodar o nosso norte para um ângulo não antes abordado. Tentamos, às vezes falhamos, às vezes chegamos perto: é a arte da redescoberta.

As análises feitas, nos capítulos seguintes desta dissertação, partem todas elas de algumas premissas, desde logo a de que a construção da paisagem à chegada de Roma, pelo menos no território que ocupa a Beira Interior, é o resultado de integrações mútuas, i.e., não subestimando a intervenção ativa dos grupos locais na organização da paisagem, nomeadamente do povoamento, o que também implica não depreciar a capacidade interventiva de Roma. Nas palavras de Pedro C. Carvalho (2007a: 335) “[...] aqueles valores que se encontrariam mais arreigados aos costumes ou às tradições culturais autóctones: ao perdurar em época romana este sistema poderá ter-se manifestado não apenas numa dimensão exclusivamente ritual, mas também ao nível da organização material e simbólica do espaço.”

O resultado desta postura implica reconhecer que embora Roma tenha sido uma potência altamente eficiente em muitos dos desafios a que sabemos ter-se proposto,

nomeadamente a conquista e ocupação da Península Ibérica, isso não significa que o devamos ver como uma realização do imediato e totalmente transformadora. Muitos dos feitos administrativos deverão resultar antes de processos previamente planeados e executados no decorrer de etapas mais ou menos morosas e de adaptações, tendo em conta as idiosincrasias locais. É, portanto, nossa convicção que foi neste panorama que se desenhou a Península, desde a criação das províncias à construção de uma rede de povoamento.

Por se tratar de uma realização de significativa complexidade, sustentamos igualmente a convicção de que o processo de criação de uma rede de povoamento não deverá ter ocorrido de igual maneira em todo o território conquistado, o que aliás a arqueologia tem vindo a comprovar (Alarcão, 1999: 31)⁶. As diferenças deverão relacionar-se com fatores de ordem física ou geográfica, dos sítios onde se encontram implantados, com fatores sociopolíticos, nomeadamente com a maior ou menor intervenção dos governos provinciais e com as características da base social local.

2.4.1. *CAPUT CIVITAS: IGAEDIS*

“É preciso ir agora muito longe, lá para o Nascente, a fim de encontrar outra cidade famosa: a capital dos *Igaeditani*”
(Vasconcelos, 1905: 32).

Como antes foi referido, a *civitas Igaeditanorum* afigura-se, no quadro da Beira Interior, como a exceção, desde logo atestada pelo conjunto epigráfico que possui (cf. Encarnação, 1993: 256; Mantas, 1988; Sá, 2007). A importância estratégica que parece ter alcançado no quadro da administração provincial, funcionando como ponto médio aglutinador entre *Emerita*, capital provincial, e as restantes *civitates* da Beira Interior que dela dependeriam, permite-nos compreender o investimento urbanístico do qual logrou, que aliás responde ao modelo tradicional de cidade⁷. De acordo com Ortiz de Urbina (2000: 146-158) esta centralidade justificaria o facto de se tratar da única *civitas* da região que tinha verdadeiramente estatuto municipal, apesar da inscrição de Alcântara (CIL II 760) identificar as restantes como tal.

⁶ Veja-se, por exemplo, o caso de Trás-os-Montes, onde Lemos (1993) conclui existirem diferenças entre os padrões de povoamento da *civitas* dos Zoelas e a dos *Baniensis*.

⁷ Embora este não seja o único motivo: importa lembrar a relevância mineira, nomeadamente aurífera, do seu vasto território.

*Igaedis*⁸ corresponde à atual aldeia de Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Entre os primeiros arqueólogos a mencionarem esta cidade refira-se Leite de Vasconcelos (1895; 1905; 1927), Félix Alves Pereira (1909; 1917; 1938; 1956) ou Francisco Tavares Proença Júnior (1910). Mas antes destes autores do séc. XX encontramos na *Gazeta de Lisboa Ocidental* de 24 de julho de 1721 (*apud* Salvado, 1988: 7) a notícia de que “O Doutor Manuel Pereira da Sylva Leal, opositor na Universidade de Coimbra [...] que havendo lido mais de cem Autores, Hespanhoes y Estrangeiros y 22 inscrições romanas que fallão na Idanha [...] tinha entendido que fora Colónia y Municipio fundado pelos Romanos”. Entre a década de 50 e 70 do século passado merece especial destaque o investimento em investigação feito por parte de Fernando de Almeida (cf., entre outros, 1956; 1961; 1964a; 1964b; 1970; 1977a; 1977b; 1977c; Almeida e Ferreira, 1957a; 1957b; 1958; 1966; 1967; 1968) que, apoiado pelo Instituto de Alta Cultura e na companhia de Octávio da Veiga Ferreira, inicia em 1955 escavações na zona da Sé.

Mais tarde, Veiga Ferreira (1978: 227-235) é quem assina a primeira Carta arqueológica para a região Egitanense, sendo a segunda da autoria de Joaquim Baptista (1998). Os trabalhos mais recentes sobre a cidade romana são da autoria científica de Pedro C. Carvalho (2007a; 2009; 2013), mas antes destes tinha sido feito, no âmbito de um trabalho de seminário da licenciatura em História – variante de Arqueologia na Universidade de Coimbra, pelo mesmo autor, José Ruivo e Luís Fernandes (Ruivo *et al.*, 1991) um trabalho de prospeção intensiva que foi apresentado no 3º. Congresso Peninsular de História Antiga em 1994, mas que nunca chegou a ser publicado; no seguimento deste trabalho, e igualmente elaborado em contexto académico, Vítor Pedrosa (1996) desenvolveu um estudo de análise espacial sobre o território.

Segundo Mantas (1988: 418-420) *Igaedis* terá sido fundada no ano 35 a.C., momento em que o procurador *C. Norbanus Flaccus*, estabeleceu a *Colonia Norba Caesarina* (Cáceres). Segundo o autor tal dedução é possível a julgar pelo aparecimento frequente, na epigrafia local, dos nomes *Norbani* e *Flacci*. Mais que uma simples capital de *civitas*, *Igaedis* ergueu-se como polo vital do ordenamento territorial da Beira Baixa (Carvalho, 2007a: 88).

O tema da sua origem é ainda uma questão por esclarecer. Encontramos em Octávio Ferreira (1978: 233) a opinião de que Idanha-a-Velha tem génese pré-romana, nomeadamente no período lusitano. Porém, esta proposta não passa de uma opinião sem

⁸ Este topónimo deriva do nome do povo pré-romano que aqui habitava, segundo Jorge de Alarcão (1988a: 158) *Igaeditani*, tutelados pela divindade *Igaedus* (cf. Almeida, 1964a: 65-73; Encarnação, 1975: 199-200; 1987: 23-24). O topónimo atual Idanha deverá derivar, segundo Almeida (1956: 37-38), da forma suevo-visigótica *Egitania* e da medieval tardia *Idania*.

fundamento arqueológico. Almeida (1956: 25-26) afirma “[...] podemos supor que quando J. César se viu obrigado a vir aos montes Hermínios subjugar os Lusitanos (ano 60 a.C.), os habitantes desta região igeeditana teriam já descido dos castros para as terras baixas; e tê-lo-iam feito ou de vontade, o que tudo leva a supor, ou compelidos. [...] Deve ter sido esta vinda de César o que definitivamente fixou à península igaeditana um grande número de Luso-celtas” – mas esta proposta é igualmente especulativa como bem sublinha Mantas (1988: 417). A verdade é que não só carecemos de dados arqueológicos que possibilitem falar numa ocupação pré-romana⁹ (sendo, portanto, o mais provável tratar-se de uma fundação *ex nihilo*), como fica a dúvida se no começo se ergueu um assentamento de natureza civil, inicialmente com o estatuto de *vicus* (no sentido de instrumento de colonização que apropria e controla, como o encara Tarpin, 2002) e justificado pela necessidade de aí situar um ponto de controle administrativo e territorial; ou antes um assentamento de natureza militar, entendido dentro da lógica que movia o exército romano no séc. I a.C. (Carvalho, 2012a: 47-48).

Os trabalhos de Pedro C. Carvalho e respetiva equipa permitem-nos recuar Idanha-a-Velha pelo menos aos últimos anos da República. As escavações realizadas nos anos 2007 / 2008 (Carvalho, 2009; 2013) atestam, num dos lugares mais destacados da cidade, a existência de um edifício como paredes em terra, prévias à construção do fórum. Este achado, que surpreende pela raridade que encerra¹⁰, ainda se faz acompanhar de uma estrutura de combustão decorada com círculos impressos, semelhantes aos documentados no povoado proto-histórico do Lago (Amares, Braga) (Martins, 1988), ou aos documentados em Conímbriga (Alarcão e Étienne, 1977): ambos situados num momento inicial da ocupação romana e relacionados com a tradição indígena. Por outro lado, estas mesmas escavações, nomeadamente a sequência estratigráfica e a presença de fragmentos de *sigillata* de tipo itálico e cerâmica de paredes finas, permitiram situar a construção do fórum romano de *Igaedis* ao tempo de Augusto, coincidindo, provavelmente, com os anos (4-5 d.C.) em que se delimitou oficialmente o território da *civitas*.

Ao que tudo indica, a cidade capital na Época de Augusto terá sido fundada como *oppidum stipendiarium* (Alarcão, 1988a: 35-36); mais tarde, ao tempo dos Flávios, terá sido elevada a *municipium* (cf. contra Le Roux, 1990: 44-45); no séc. III / IV sabemos ter

⁹ Embora se deva referir o achado avulso de materiais da Idade do Ferro (cf. Almeida, 1964b: 95-96; Vilaça, 2005: 19, nota 5), bem como as cerâmicas de fabrico indígena detetadas por Pedro C. Carvalho (2009), o que, porém, não prova a ocupação pré-romana (Carvalho, 2012: 46).

¹⁰ Este tipo de estrutura é mencionado por Plínio (N.H. XXXV) para a *Hispania*, porém são escassos os vestígios até então documentados, além de casos como o de *Celsa* ou *Bilbilis*.

sido construída a muralha; posto isto e no seguimento das invasões bárbaras, a cidade romana desaparece em detrimento do reino suevo-visigótico, no seio do qual acaba por ganhar grande protagonismo como sede episcopal.

2.4.1.1. MALHA URBANA

Embora não tenhamos uma reconstrução do plano urbanístico da cidade, sobrevivem alguns traços do que poderá ter sido. Com a área do fórum bem delimitada *Igaedis* ter-se-á organizado a partir de dois eixos centrais que podemos ainda encontrar de certa forma plasmados nas ruas do Castelo e de Guimarães (N-S; *cardo*) e na rua Sé e da Igreja (E-O; *decumanus*), os arruamentos secundários estender-se-iam paralelamente a estas ruas (Cristóvão, 2005: 194); este tipo de ordenação, baseado na aplicação da planta ortogonal clássica, é um ideal que na prática se aplica mediante adaptação a realidades construídas pré-existentes ou à própria configuração natural do terreno. Para Mantas (1987: 40) este modelo dito clássico ou mediterrânico está claro em cidades como Braga ou Beja, porém o caso de Idanha-a-Velha configura-se mais duvidoso. Sabemos, de resto, que o processo de urbanização de Idanha terá ocorrido ao tempo de Augusto, segundo o que se depreende do próprio corpo epigráfico local (Mantas, 1998: 380).

Quanto ao equipamento que materializava esta cidade e possibilitava as vivências várias, de âmbito público ou privado, conhecemos algumas estruturas que passamos a descrever de forma genérica e individual.

2.4.1.2. AS NECRÓPOLES

Os contextos funerários que se conhecem para a Idanha romana são relativamente escassos, dispersos e nunca foram alvo de um estudo sistemático. O significativo conjunto de *pulvini* (i.e., elemento arquitetónico que encabeçava um *monumentum* funerário do tipo mausoléu, geralmente associados a poder económico e estatuto social) encontrados na *civitas Igaeditanorum*, possivelmente construídos no séc. I d.C., justifica um estudo mais aprofundado do contexto funerário desta *civitas* (para o mundo funerário romano da Beira Interior cf. Carvalho e Encarnação, 2006; Carvalho e Santos, 2008).

As primeiras referências relativas à realidade funerária romana de Idanha-a-Velha são de Almeida (1956: 89). Este refere o aparecimento, junto a um troço da muralha do Baixo Imperio do sector Norte, de um túmulo com um esqueleto completo, sobre o qual se encontrava uma inscrição romana. Segundo o autor, ficaria assim comprovado que a

cidade do Alto Império não chegaria àquela zona, teoria que, no entanto, acabou por ser refutada pelas as escavações realizadas, que mostram como o recuo do plano urbano e a construção da muralha no Baixo Império proporcionou a prática de enterramentos em zonas antes habitadas (Cristóvão, 2005: 192).

Um ano depois, Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira (1957b) publicam três sepulturas de inumação, na Rua do Cabeço (zona Sul da aldeia), que se faziam acompanhar de algum espólio, nomeadamente pregos de ferro e cerâmica da Época de Augusto cujo paradeiro é desconhecido (Baptista, 1998: 41-42). Na zona Norte da aldeia, em Chão dos Lamegueiros, sondagens realizadas por Fernando de Almeida atestam algumas sepulturas juntamente com materiais de construção, *terra sigillata*, pesos de tear e vidros (Baptista, 1998: 49-50). Não muito longe destas últimas, em Chãozinho do Espírito Santo, Baptista (1998: 46) refere a existência de túmulos escavados na rocha e que, segundo o proprietário do espaço, teriam sido escavados por Fernando de Almeida que, num dos túmulos, terá conseguido recuperar uma moeda de prata da qual nada se sabe.

Alguns anos mais tarde, em 1988 descobriu-se, em torno da via *Emerita – Bracara*, uma necrópole que remonta ao Período Flávio-Trajaniano (finais do séc. I / inícios do séc. II d.C.) e onde foram documentados vestígios cerâmicos (entre outros, cerâmica comum e *terra sigillata* hispânica) associados a cinzas (Baptista, 1998: 45; Côrte-Real, 1996: 21-44). Finalmente, do trabalho de prospeção intensiva realizado por Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes (Ruivo *et al.*, 1991) resultou a identificação de três possíveis sepulturas nos terrenos a Sul da cidade, nomeadamente em Afesseirão das Corgas, Quartos 2 e Cabeço do Salão, e uma necrópole em Curral das Lagoas 3, porém a identificação destes sítios como tal é duvidosa levando os autores a colocar a hipótese de poderem serem meros casebres; ainda a sul, mais próximo das margens do Ponsul e em torno da estrada romana, numa zona chamada Olival do Salão, os mesmos identificaram a possível necrópole da cidade.

2.4.1.3. ESTRUTURAS HIDRÁULICAS

No que respeita o abastecimento de água à cidade, este deveria ser feito essencialmente a partir do Ponsul. Porém este rio, tal como ainda hoje, tem um caudal instável, forte nas estações mais pluviosas e seco no verão (Almeida, 1956: 357; Baptista, 1998: 9). A solução alternativa deverá ter passado pela escavação de poços (Almeida e Ferreira, 1967; Baptista, 1998: 31). Pouco se sabe sobre a estrutura de armazenamento

para abastecimento de água. Almeida (1956: 358) refere, porém, uma passagem das Memórias Paroquiais de 1758 onde se indica existir uma estrutura remota abaixo da atual fonte do Arco, a sudoeste da aldeia. O mesmo autor (*idem*: 33) nota ainda a existência, perto da casa Marrocos, de uma “cavidade” que poderá corresponder a uma conduta de água ou aqueduto. Na década de 90 (Baptista, 1998: 32) publica-se o aparecimento de uma conduta também ela próxima da casa Marrocos.

A barragem do Torreão ou do Curral, implantada no ribeiro do Rio de Moinhos (afluente do Ponsul), encontra-se a 1,5 km a noroeste de Idanha-a-Velha, com c. 70 metros de comprimento e 11 de largura e apresenta uma capacidade provável de armazenamento de 180 000 m³. Deveria desempenhar um papel importante no abastecimento da cidade, e / ou nas tarefas agrícolas (por ex. irrigação dos terrenos) ou ainda artesanais (Alarcão, 1998c: 103; Almeida, 1956: 113; Baptista, 1998: 64; Cristóvão, 2005: 200-2001; Quintela *et al.*, 1995: 92-93).

De entre as estruturas hidráulicas que se conhecem refira-se ainda a existência, numa zona de colina, da conduta subterrânea da Mina Velha, escavada na rocha, tapada por blocos de pedra e alimentada por nascentes locais. Este aqueduto, ao que parece, estaria articulado com pequenos tanques de decantação ou de controlo da água (em períodos de forte pluviosidade). Estima-se que este, aproveitando a pendente, percorresse c. 1650 metros (Cristóvão, 2005: 199-200).

A Sul do *forum*, perto do Ponsul, documentam-se estruturas que parecem pertencer a umas termas parcialmente escavadas (Almeida e Ferreira, 1966; Reis, 2000; 2004: 61). No séc. XVIII esta estrutura era já comentada por Leal (1729: 34 *apud* Cristóvão, 2005: 198) e em 1903 Proença Júnior também escreve sobre ela, nomeadamente sobre o *alveus*, escavado alguns anos mais tarde por Fernando de Almeida. A julgar pelas grandes dimensões, é possível que corresponda a um edifício público (termas públicas da cidade) que remonta ao séc. I (Reis, 2004: 61).

De referir ainda uma estrutura encontrada no sector Sul da cidade (Pereira, 1956: 199; Proença Júnior, 1903), concretamente um muro com c. 0,80 metros de espessura, que poderá ter correspondido a um ramal do aqueduto que transportaria a água a partir de uma fonte situada nas redondezas até às termas (Cristóvão, 2002: 24-25; 2005: 193; Fonseca, 1927: 14; Reis, 2000: 51; 2004: 61) (cf., contra, Almeida, 1956: 89; 1977b).

2.4.1.4. A MURALHA

Entre os equipamentos urbanos que conhecemos em Idanha-a-Velha destaca-se o recinto amuralhado de planta oval irregular: este perímetro murado delimitava c. 2 hectares segundo Almeida (1977a: 41) ou c. 5 hectares segundo Torres (1992a: 176). A primeira referência a esta muralha é de Ahmed Arrazí (historiador e geógrafo do séc. X). O primeiro grande estudo desta estrutura é da autoria de Fernando de Almeida (entre outros cf. 1956; 1961; 1977a; 1977b) e o estudo mais recente e, portanto, atualizado, é a dissertação de mestrado de José Cristóvão (2002).

Como refere este último autor (*idem*: 18-20), distintas personalidades (Almeida, 1945; Costa, 1708; Fonseca, 1927; Landeiro, 1952; Marrocos, 1936) entre o séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX, escreveram sobre a muralha de Idanha-a-Velha sem nunca a fazer recuar à presença romana. Será só com Almeida (1956: 88) que se faz, pela primeira vez, menção aos “[...] Templários - ou outro que os precederam”, proposta que é confirmada mais tarde com as escavações de Almeida e Ferreira (1967: 62), que por sua vez apontam para uma cronologia situada entre o séc. III e IV d.C. Alguns anos depois, Alarcão (1973: 96; 1988a: 76; 1988b: 74) continua a ter dúvidas, bem como Torres (1992b: 397), Macías (1992: 421) e Fuentes Domínguez (1997: 482) que apontam para cronologias medievais; nos últimos anos do século passado Fernández Ochoa (1997: 244) considera o período tardo-romano e, finalmente, Cristóvão (2002: 22) baliza a construção da muralha entre os finais do séc. III e inícios do IV d.C. (os trabalhos de datação encontram-se ainda em fase de estudo).

A possibilidade de existir um recinto primitivo, remontando ao momento fundacional da cidade, não está comprovada. Mas parece-nos provável que também esta cidade, à semelhança de outras (como Conimbriga), contasse desde a sua fundação com uma muralha fundacional, de natureza honorífica. Aquela estrutura no sector Sul (Pereira, 1956: 199; Proença Júnior, 1903) que para alguns autores (Almeida, 1956: 89; 1977b) corresponde à primitiva muralha, para outros (Cristóvão, 2002: 24-25; 2005: 193; Fonseca, 1927: 14; Reis, 2000: 51; 2004: 61) corresponderá antes ao aqueduto que ligava às termas.

2.4.1.5. O FORUM

O *forum* era no urbanismo clássico o ponto central de uma cidade, quer em termos físicos como cívicos, integrando, portanto, uma série de dispositivos que tornavam possível a vida política, jurídica, religiosa, etc. (Alarcão, 2012d: 165). Sobre o *forum* de

Idanha-a-Velha já muito foi escrito (cf., por exemplo, Alarcão, 1986: 85; 1988a: 184; Carvalho, 2009; 2013; Mantas, 1987: 44; 1988; 1993; 1998: 380; 2002: 232-233). Porém, até ao momento, conhecemos pouco mais que três fiadas de pedra almofadada do pódio do templo principal (sobre o qual, mais tarde, foi construída a torre de menagem de um castelo templário): de planta regular, erigido com grandes silhares e pertencente, provavelmente, ao tipo prostilo / tetrastilo ou pseudo-períptero / tetrastilo. Conhecemos ainda as bases quadrangulares que dariam suporte à escadaria lateral deste templo, bem como as fundações de um pórtico nas suas traseiras e um muro delimitador que servia para sustentar o aterro que sobrelevava o *forum* em relação à restante cidade e o destacava na paisagem (Carvalho, 2009).

De acordo com Alarcão (1988a: 70; 1988b: 39), no fórum estaria o principal templo da cidade, possivelmente consagrado a Augusto, a Roma e Augusto ou a Júpiter; Mantas (1993: 246-247) inicialmente propôs que este templo tivesse sido consagrado a Vénus, mais tarde considera a sua ligação a Júpiter e localiza na zona nascente da entrada do *forum* os templos secundários a Vénus e Marte construídos por C. Cantius Modestinus e atestados pela epigrafia local (Alarcão, 1988a: 70 / 183-184; Mantas, 1993: 231-233 / 246-248; 1998: 380; 2002: 233). Considerando o que se verifica noutras capitais do interior Norte da Lusitânia e à profusão de dedicatórias a Júpiter, é provável que este templo fosse dedicado ao deus máximo do panteão romano, ainda que, numa fase posterior ao reinado de Augusto, pudesse ter sido dedicado ao culto imperial, à semelhança do que se observaria em cidades como *Aeminium* e *Conimbriga*.

As intervenções feitas por Fernando de Almeida apagaram os níveis de ocupação e abandono deste templo. O que este investigador desconhecia era o que preservavam os níveis de aterro que antecederiam esses níveis, contemporâneos da construção do fórum. As escavações efetuadas pela equipa de Pedro C. Carvalho (2009; 2013) revelaram para este momento fundacional estruturas de taipa e adobe (pertencentes a uma construção que foi expropriada e demolida para a construção do fórum), raras no cenário que compõe a *Lusitania* romana conhecida através de escavações. Estas intervenções arqueológicas vêm ratificar a proposta inicial de Alarcão (1988a: 70) que argumentava que o templo principal remontaria a Augusto, enquanto Mantas (1993: 235; 1998: 380; 2006: 89-91) propôs que a construção do templo tenha ocorrido em Época Flaviana, momento em que a cidade terá sido elevada a município. Na verdade, estas escavações, ao mesmo tempo que datam da primeira década do séc. I d.C. a construção do fórum (e do pódio que conhecemos), mostram também que o espaço forense de *Igaedis* terá sido remodelado (mediante pelo menos a construção de um pórtico em redor do templo

e da escadaria de acesso ao templo) ao tempo dos Flávios, talvez aquando da promoção municipal da capital de *civitas*.

2.4.2. POVOAMENTO RURAL: DA CRIAÇÃO DE TIPOLOGIAS ÀS PROSPEÇÕES EM TORNO DE *IGAEDIS*

Como já antes esclarecemos, *civitas* é um conceito ambivalente já que aglutina uma *urbs*¹¹ e um *territorium* povoado e explorado, pelo menos assim foi no caso da *civitas Igaeditanorum* onde esta dualidade se materializou num cenário de uma vasta territorialidade onde a cidade conviveu e se entrelaçou estreitamente com os estabelecimentos rurais. Tradicionalmente, a cidade e o campo são partes abordadas de forma desarticulada, o que não significa que estes elementos não se relacionem nas suas diferentes dimensões, seja política, social, jurídica, económica, etc. (sobre a relação cidade-campo cf. López Paz, 1989). A este propósito, as palavras de Pérez Losada (1998: 159) são elucidativas: “[...] a cidade em si, sem deixar de ser a medula e ao mesmo tempo o cume da sociedade romana, não é uma realidade isolada que dependa exclusivamente de si mesma: precisa do campo para subsistir e se desenvolver [...] Neste sentido são tão “cidadãos” (indivíduos que formam parte duma *civitas*) os que habitam o núcleo urbano como os rurais”.

O povoamento que assinala a ruralidade do mundo romano peninsular integra realidades isoladas e realidades agrupadas. No primeiro grupo de povoamento rural disperso encontramos as *villae* (sobre a origem destas cf. Alarcão, 1980), i.e grandes explorações agropecuárias, de riqueza relativa e extensão variável, compostas pela *pars urbana* (residência do proprietário) e *pars rustica* (alojamentos dos criados, *horrea* ou celeiros, *torcularia* ou lagares, *cella vinaria* e *cella olearia* ou adegas de vinho e azeite, etc.) e cujo *fundus* (ou propriedade) se dividia entre o *ager* (terreno cultivado), o *saltus* (pastagens) e a *silva* (mata) (Alarcão, 1998c; 2012e: 353). Nesse primeiro grupo encontramos ainda as granjas / quintas e os casais, onde habitavam pequenos proprietários ou arrendatários. As granjas corresponderiam a uma média exploração, que poderia recorrer sazonalmente a alguma mão-de-obra, para além dos membros da família nuclear, enquanto os casais correspondiam a uma exploração unifamiliar, mais pequena, com parcelas dispersas e cuja casa de habitar, em certos casos, poderia encontrar-se num aglomerado populacional, juntamente com outras (Alarcão, 2012a: 17;

¹¹ A existência de um polo urbanizado não é, como já vimos antes, um critério determinante para a existência de uma *civitas* / capital de *civitas*.

Alarcão, 1998c). Em Portugal, as pequenas / médias explorações têm sido pouco estudadas, refira-se, no entanto, a granja de Terlamonte (Covilhã) (Carvalho, 2007b; Silva e Carvalho, 2004), o casal de Monte Julioa (Mourão) (Canhão, 2004: 107-167), ou ainda o casal do Relengo (Barragem do Sabugal) (Osório *et al.*, 2008). Os *tuguria* eram pequenos casebres subsidiários de um núcleo principal (*villae* ou granjas) e podiam ter servido distintas funcionalidades¹², desde sítio habitacional a arrumos; o facto de, tendencialmente, se documentarem em zonas altas, por oposição às moradias que procuram zonas com exposição solar, poderá revelar a sua instalação estratégica como locais de apoio às diferentes atividades agropecuárias do núcleo principal e habitacional, o qual, em certos casos, poderia encontrar-se na proximidade, na cidade ou no *vicus*.

No segundo grupo, no povoamento agrupado, inserem-se os *vici*, correspondendo a aglomerados populacionais desprovidos de muralha, constituídos por casas e arruamentos que terão sido edificados de forma planeada ou espontânea (Alarcão, 1999: 31; Castillo Pascual, 1996: 247; Pérez Losada, 2002). Podiam deter uma fisionomia urbana, com um pequeno centro cívico, alguma autonomia administrativa com *iurisdictio* sobre um território e magistraturas próprias, ainda que sempre dependentes da *caput*¹³; ou podiam ser daquele tipo que, sem um grande projeto construtivo, ocupariam um lugar estratégico no que concerne à administração territorial porque, por exemplo, integrariam um território excessivamente afastado da capital, aparecendo, com frequência, no limite do território da *civitas* e próximos de uma via ou cruzamento de vias; ou ainda junto a uma importante área mineira, constituindo um mero agrupamento rural onde residiam as famílias (Carvalho, 2007a: 356; Castillo Pascual, 1996: 247-254). Por outro lado, importa ter em consideração a tese de Tarpin (2002: 247-260), que encara os *vici*, só identificáveis por via da epigrafia, não tanto como aglomerados populacionais secundários que nascem espontaneamente, mas antes como núcleos que nascem de uma decisão oficial e que funcionariam como instrumento de colonização, que apropria e controla aquilo que é do interesse de Roma, como as vias e os territórios com recursos naturais importantes (ex.: o controlo de áreas de mineração aurífera). Esta perspetiva explicaria a desigual distribuição destes sítios na Lusitânia ou na Hispânia (Carvalho, 2012b). Às funções administrativas acrescem outras: em alguns casos estes sítios seriam detentores do *ius nundinarum*, que lhes conferia um papel importante como mercados

¹² Também se interpreta os termos *aedificum*, *tuguria* e *casae*, referidos pelos clássicos (César, *De bello Gall.* I. 5 e V. 12; Varrão, *R. R.* III. 1. 3), para designar aquelas construções rurais indígenas ou insuficientemente romanizadas.

¹³ No interior Norte da Península, nomeadamente na *Lusitania*, e numa fase inicial de organização territorial, é possível que, em alguns casos, as *sedes civitatis* se tenham instalado neste tipo de sítios (Carvalho, 2007a: 357; Pérez Losada, 2002: 338-339).

locais e regionais, ao mesmo tempo que poderiam constituir-se centros artesanais, produtores de serviços; por outro lado, poderiam deter funções religiosas, dispondo de um recinto sagrado (Alarcão, 1999: 31; Carvalho, 2007a: 357-358). Segundo Varrão (L.I.5.145) o termo resultaria da palavra *via*, o que explicaria a sua localização junto a estas (e que faça com que estes sítios, no terreno, possam coincidir com as estações viárias); porém, como refere Isidoro (Orig.15.2.12) poderá também derivar do termo *oikos*, com sentido de casa (Castillo Pascual, 1996: 247-248); o termo pelo qual seria conhecido deveria provir do grupo que lhe subjaz, de um indivíduo proeminente ou do sítio onde se edificou.

Ainda no grupo dos agrupamentos encontramos as aldeias, sobre as quais pouco se conhece. Deverão ter sido pequenos povoados desprovidos de fortificação e localizados nas zonas baixas. Ao contrário dos *vici*, não deveriam ser fundações oficiais, nem se localizariam junto das vias principais e deveriam relacionar-se com atividades agropecuárias e mineiras, em detrimento das funções administrativas, comerciais e de controlo viários que caracterizavam alguns *vici*. Arqueologicamente, à superfície, revelam vestígios menos diversificados e parecem estar ausentes em certas regiões (Carvalho, 2007a: 387).

Finalmente, os *castella* são os antigos castros / povoados amuralhados, normalmente localizados em zonas altas, que continuaram a ser ocupados em Época Romana. Quando a população autóctone não se encontrava nestes sítios é muito provável que tivesse descido para se instalar nos núcleos de povoamento rural disperso ou em sítios tipo *vicus* ou aldeia. Segundo Pedro C. Carvalho (2007a: 384) *castella* e *vici* poderão ter coexistido, sendo uns mais característicos de uma região e outros de outra (para *vici* e *castella* na Lusitânia cf. Fernandes *et al.*, 2006).

Jorge de Alarcão foi pioneiro na criação de tipologias para o povoamento romano em Portugal. Por vários anos escreveu sobre o assunto e a cada publicação ajustou o que à época lhe pareceu congruente. Mais tarde Pedro C. Carvalho reajustou alguns dos aspetos estabelecidos nesta tipificação. Em 1995, Alarcão escreveu sobre a hierarquia do povoamento, distinguindo entre centros urbanos principais (a cidade), aglomerados urbanos secundários (*vici* e *castella* principais), aglomerados urbanos terciários (*castella* menores e aldeias) e povoamento rural disperso (*villae*, quintas, casais, *mansiones*, *mutationes*). Para a maioria destes sítios foram sugeridos alguns critérios de identificação (cf. Tabela 1).

Em 1998 (b e c) Alarcão publica uma incontornável reavaliação desta problemática: com uma revisão das categorias anteriormente abordadas, a adoção de uma nova

terminologia (adotando o termo granja como núcleo intermédido entre o casal e a *villa*) e desenvolvendo a questão das áreas de dispersão, o tipo de material encontrado (cf. Tabela 1) e respetiva correspondência com o tipo de sítio (cf. Tabela 2).

Perante estes dados, vejamos a revisão crítica de Pedro C. Carvalho (2007a) às características que demarcam o povoamento rural romano, tendo em consideração, essencialmente, o cenário da Beira Interior. Segundo o autor (*idem*: 379-380), os *vici* da Beira Interior denunciam os seguintes padrões: embora situados em zonas baixas, parecem privilegiar colinas (como por exemplo em Bemposta ou Torre dos Namorados); parecem privilegiar igualmente a proximidade relativa a povoados com ocupação anterior, o que poderá explicar-se pela existência de um processo de deslocação das comunidades indígenas, mas também pela localização estratégica desses sítios mais antigos junto a corredores naturais de passagem; frequentemente surgem ainda no entroncamento de vias, no limite dos *territoria* da *civitates* ou então junto a áreas com recursos naturais importantes. O autor (*ibidem*) corrobora a proposta tipológica de Alarcão (1995; 1998b e c), quer na presença de epígrafes, quer no que respeita aos valores apontados para a área de dispersão destes sítios (entre 3 a 4 ha), quer na proximidade às vias e ao seu cruzamento.

No que respeita as aldeias, Pedro C. Carvalho (2007a: 387-392) destaca a sua localização afastada das vias, por oposição aos *vici*, e a ausência de elementos epigráficos – essencialmente parece corroborar Alarcão. Como resultado dos trabalhos de campo e da identificação de manchas descontínuas de ocupação espaçadas em poucas centenas de metros, o mesmo levanta a questão dos agrupamentos de casais, que não constituíam aldeias, antes lugarejos compostos por um conjunto de pequenas casas relativamente dispersas (*idem*: 389; Carvalho *et al.* 2002: 146-148).

Quanto ao povoamento rural disperso documentado nos trabalhos de prospeção da Cova da Beira: predominam os *tuguria* (c. 116 sítios), seguindo-se os casais (c. 72 sítios), depois as quintas ou granjas (c. 36 sítios) e, finalmente, as *villae* (c. 26 sítios). Os critérios para a identificação de cada um destes tipos de sítio encontram-se descritos na tabela 3, e, essencialmente, corroboram e complementam a proposta de Alarcão, salvo algumas retificações ao nível das áreas de dispersão dos materiais, nomeadamente nos limites da área dos casais e no limite mínimo da área das quintas, não obstante todas as reservas na aferição destas áreas, face à ação diferenciada dos processos pós-deposicionais.

É de ter em conta a dificuldade em identificar determinados sítios no terreno e a absoluta importância de conjugar os diferentes critérios de identificação. No caso dos *tuguria*, por exemplo, é fácil passarem despercebidos, na ausência de prospeções

intensivas, ou serem erroneamente identificados como tal, devido à ação de diferentes processos pós-deposicionais ou pela semelhança com os critérios que nos permitem identificar os casais. O mesmo tipo de equívoco pode ocorrer com quintas e *villae* (sobretudo se atendermos ao facto de as *villae* da Beira Interior serem relativamente pobres por comparação com as do Sul do país, pelo que vestígios de termas ou mosaicos são raros, dificultando assim a sua identificação), ou mesmo entre quintas e casais que apresentam um padrão material à superfície do terreno semelhante (Carvalho, 2007a: 398- 416).

Uma noção adquirida desde cedo é a das diferenças regionais ao nível do padrão de povoamento romano, o que aliás se explica por motivos de diferente natureza, sejam sociais ou económicos. Assim, em algumas regiões interiores a Norte do Tejo, granjas e aldeias deverão ter sido as modalidades mais frequentes (já a Norte do Douro estas serão raras, predominando os *castella* ou povoados fortificados: cf. para Trás-os-Montes: Lemos, 1993; cf. para Marco de Canaveses: Dias, 1997), embora na região de Coimbra, por exemplo, parece não haver registo de aldeias, antes de *vici* como ocorre no Ameal, em Maiorca ou Soure (Alarcão, 1998b: 185); no Sul do país estas modalidades de povoamento parecem estar mais ausentes (cf. Carneiro, 2011; Lopes, 2000). Já as *villae* são, não só a Sul do Tejo, mas também no litoral Norte, mais ricas, ao ponto de a cerâmica importada não funcionar, muitas vezes, como elemento diferenciador, ao contrário do que ocorre, por exemplo, na Beira Interior onde este tipo de material, pela sua escassez, poderá denunciar aquelas moradias que pertenciam a famílias abastadas (cf. Alarcão *et al.*, 1990; Martins, 1990: 223-224).

No panorama concreto da Beira Interior é interessante notar como o terreno nos possibilita inferir alguma ordenação territorial, provavelmente ao tempo de Augusto e a partir de *Igaedis*, já que os *vici*, por exemplo, se localizam frequentemente em função das vias, sendo aliás possível prever novos sítios atendendo à regularidade dos *vici* em intervalos de 8 a 9 milhas. Refira-se a existência de alguns *vici*, como seja o da Capinha (Fundão), localizado num entroncamento da via imperial, e o de Meimoa / Canadinha (Penamacor), próximo das minas da Presa e do Covão do Urso, ambos localizados no Vale da Ribeira da Meimoa e na periferia da *civitas Igaeditanorum* e da *civitas Lacienses Oppidani*, respetivamente. Acrescem, ainda, muitos prováveis *vici*, com distintas características e problemáticas, como em Nossa Senhora das Estrelas (Inguías), em Caria e *Centum Celas* (ambos em Belmonte), Torre dos Namorados (Fundão), Bemposta (Penamacor), Tapada de Santa Maria / Mosteiros e Quinta de S. Domingos (ambos no

Sabugal), entre outros (para um panorama completo e detalhado cf. Carvalho, 2007a: 356-387).

As aldeias da Beira Interior apresentam uma distribuição irregular: documentam-se no Alto Côa (Osório, 2000: 78-80) e parecem desaparecer na área do Médio Côa, Massueime e Cova da Beira. Será interessante notar as coincidências, i.e. na área onde se registam aldeias, estão ausentes os *castella* romanizados; enquanto nas áreas aparentemente livres de aldeias é onde se documenta um número significativo de povoados fortificados com ocupação romana (cf. Carvalho, no prelo; Perestrelo, 2003).

Na Cova da Beira, aparentemente, há poucos *castella* romanizados. Estes poderão ter sido abandonados ou se não foram, deverão ter mantido no Alto Imperio as suas vivências nos moldes tradicionais, de tal forma que a ocupação tipicamente romana se encontra omissa no registo que resulta da prospeção. As várias epígrafes com referência ao mundo indígena reforçam esta hipótese (Carvalho, 2007a: 381-383). Entre alguns dos poucos sítios proto-históricos romanizados que se conhecem para a região de Idanha conta-se por exemplo Monsanto e, sobretudo, o Cabeço dos Mouros (cf. Silva, 2005).

Perante tudo isto muita coisa pode ser dita, desde logo porque definir critérios para a identificação de sítios se trata de uma criação académica, carimbada por quem a escreve e pelo tempo em que a escreve. Na prática (leia-se no campo), a aplicabilidade destes critérios não é linear ou matemática, já que apenas lidamos com parte de uma realidade (observável à superfície) que deverá ter sido muito mais complexa. Nem todos os sítios deverão ter obedecido ao ideal pensado e estipulado, há exceções ou razões que desconhecemos, pelo que a pouca flexibilidade do investigador poderá constituir um impeditivo e levar-nos a ver somente aquilo que procuramos. Por outro lado, há padrões, e esses são os que nos permitem fazer o nosso trabalho na qualidade de “recoletores de pistas”. Os factos que se repetem aproximam-nos do que podia ter sido e, se por um lado, podemos indagar o passado por via de padrões, por outro resta-nos esperar que, de alguma forma, as exceções venham ao nosso encontro.

No que diz respeito ao povoamento rural romano que se desenvolveu em torno de *Igaedis*, destacam-se os trabalhos de prospeção intensiva realizados em 1991 por Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes. Importa igualmente referir outros trabalhos de prospeção levados a cabo nestes territórios, como os de Joaquim Baptista (1998) e de Pilar Reis (2013), com uma importância secundária para o presente trabalho por motivos que explicaremos nos capítulos seguintes. Uma vez que os resultados destes trabalhos, sobretudo do primeiro mencionado, constituem um objeto ativo do presente trabalho, optámos por apresentá-los melhor no subcapítulo 3.3. e analisá-lo no capítulo 5.

2.5. A AGRICULTURA NO MUNDO ROMANO: BREVES NOTAS

2.5.1. AS FONTES

A agricultura romana encontra-se amplamente explanada nos tratados de agronomia da época, abordando quer a tecnologia empregue como as culturas praticadas. A vastidão e minúcia destas obras são tais que qualquer resumo apresentado nesta dissertação se configura, necessariamente, redutor e incompleto. Porém, não podemos deixar de as mencionar no sentido de completar aquele que é o nosso objetivo central - o da elaboração de uma cartografia que nos permita analisar os usos prováveis da terra em Época Romana, pois é nestes tratados que encontramos a maior parte da informação relativa à produção e tecnologia agrícola romana; acrescentaríamos ainda que, face à existência e à riqueza deste tipo de fontes históricas, a arqueologia não pode abordar o mundo agrário em época romana sem as ter em conta.

Entre os autores destas fontes destacam-se agrónomos como Catão, Varrão, Columela e Paládio. A Catão deve-se a autoria do tratado *De agri Cultura*, da primeira metade do séc. II a.C., constituindo a obra mais antiga. Este tratado estrutura-se de forma confusa, como ressalta White (1970: 19-20) e também Alarcão (1997: 139). Mas sabemos fazer referência, entre outros aspetos, às *vineae* (vinhas), aos *olivae* (olivais), à *silva* (bosque) ou ainda, por exemplo, ao enxerto de árvores de fruto. O tratado *De re rustica* foi elaborado por Varrão, no ano 37 a.C. e, nessa medida, dá-nos conta do ponto de situação da agricultura nos finais da República e inícios do Império. Esta obra é composta por três livros: o primeiro livro aborda a agricultura, o segundo a pecuária e o terceiro a criação de aves de capoeira, abelhas e peixes em viveiro. Entre outras informações relevantes, podemos referir que aqui a vinha já não aparece com o potencial rentável em que a colocava Catão. O tratado mais completo é o de Columela, recua ao séc. I d.C. e denomina-se *De re rustica*. Este manual é bastante extenso e detalhado e aborda variados temas, desde a cultura do trigo, da vinha e da oliveira, à criação de gado ou apicultura. Finalmente, para a segunda metade do séc. V, temos a obra *Opus agriculturae* de Paládio, a primeira escrita desde o ponto de vista de um proprietário e não de um agricultor. Esta divide-se em treze livros sobre agricultura, um dedicado à medicina veterinária e outro à enxertia. Nesta obra podemos ainda encontrar um calendário para os trabalhos rurais, onde o autor identifica os trabalhos de campo ideais ou aconselháveis para cada mês do ano.

Estas são as principais obras que abordam o tema. Porém, sabemos de outras que também fazem referência aos trabalhos de campo, como *A História Natural* de Plínio, as *Geórgicas* e *Bucólicas* de Virgílio. Entre as obras perdidas conte-se, por exemplo, a obra de Magão, o manual dos Saserna, ou ainda o contributo de Cornélio Celso, Júlio Ático, Júlio Grecino e Gargílio Marcial (Alarcão, 1997: 140).

Mas as fontes que nos informam sobre esta realidade produtiva e a tecnologia agrária não se ficam pelas literárias, pois também as evidências arqueológicas nos fornecem importantes dados. Esses testemunhos arqueológicos podem ser obtidos a partir da escavação de sítios rurais (*villae*, quintas, etc.), a partir das materialidades resultantes desse trabalho de escavação ou de outros de prospeção, da análise da fotografia aérea ou mesmo da análise de representações iconográficas em monumentos ou objetos.

2.5.2. O CAMPONÊS

Um camponês livre do Período Romano ou *rusticus*¹⁴ podia ser um proprietário, constituir um assalariado ou servir como rendeiro. Qualquer uma destas condições tinha, no entanto, em comum o facto de pressuporem uma dependência da terra.

Catão (De R.R. I. 3) alerta para a necessidade de se considerar a disponibilidade de mão-de-obra na vizinhança, tal como a manutenção de uma boa vizinhança na hora de contruir uma *villa*, parecendo assim sublinhar a importância do assalariado e também da entre-ajuda. Em Varrão (R.R. 1. 17) também encontramos a recomendação de que ao assalariado devem ser entregues os piores terrenos e as tarefas mais trabalhosas ou perigosas, já que desde o ponto de vista económico a morte de um assalariado seria menos prejudicial do que a de um escravo. Os *mancipes* eram empresários que, em algumas situações, coordenavam equipas de assalariados.

Quanto aos rendeiros, estes trabalhavam as terras de outrem, a quem, em contrapartida, pagariam em dinheiro, em espécies ou mão-de-obra. Em certos casos sabemos ter ocorrido *reliquia colonorum*, ou seja, atrasos nos pagamentos, tal como em casos de desgraças poderiam ser permitidas *remissiones*, que eram reduções nas quantias a pagar. No Início da República, a situação dos rendeiros associava-se a fenómenos específicos como o de escravidão por dívida. A estes indivíduos Varrão (R.R. 1. 17) dá o

¹⁴ Importa ressaltar que este é um conceito lato, remete-nos, portanto, para a noção de “homem modesto” do campo. Por outro lado, o conceito *agricola* pode encaminhar-nos para o camponês no sentido estrito do termo, mas também pode querer dizer rico proprietário. Já *colonus* parece ser um conceito utilizado em diversas circunstâncias, podendo ter como significado: pequeno agricultor, o que habita uma colónia, aristocrata senatorial e equestre (Kolendo, 1992: 169).

nome de *obaerati*, situando-os sobretudo na Ásia e no Egito. Nos finais da República a situação do rendeiro justifica-se com o incremento dos latifundiários, onde deverão ter convivido com escravos; Columela (R.R. I. 7) descreve como a vastidão das propriedades obriga à delegação de tarefas por parte dos proprietários, referindo ainda que rende mais delegar as terras a um colono do que a um escravo. Na Fase Imperial a presença de colonos ainda se faria sentir mais, como refere Plínio o Jovem (Ep. III. 19).

A partir do séc. II a.C. e no quadro do Império em geral, a pequena propriedade que até então caracterizava a paisagem dá lugar à média e grande propriedade, mantida com trabalho escravo e revigorada com o cultivo da oliveira e da vinha, mais rentável que o cereal. Neste cenário o pequeno camponês, com pouca capacidade de investimento, contrapõe-se ao rico proprietário, grupo constituído por senadores ou endinheirados locais e no seio do qual progride uma conceção capitalista da agricultura. É na obra de Catão, da primeira metade do séc. II, que encontramos este cenário de mudança: com a consciência do rendimento que pode ser obtido através das explorações e o crescente entusiasmo movido pelo lucro. O séc. II a. C. é o das reformas promulgadas pelos Gracos, mas sobre as quais não nos vamos estender. No séc. I a.C. a dinâmica agrícola é outra, assentando sobretudo na entrega de terras a veteranos de guerra, política adotada por Pompeu, César e Octaviano.

O camponês é o motor que torna sustentável a existência de um mundo rural. No entanto, pouco se conhece sobre este grupo social uma vez que pouco se escreveu sobre as suas condições de vida ou sobre a variedade de situações locais. A maior parte das referências são indiretas, figurando por exemplo entre os temas das leis agrárias, da produção agrícola ou dos processos de fundação de colónias. Por este motivo, escapam-nos questões importantes como seja o momento em que se definiu uma classe camponesa ou a partir de que altura se passou a distinguir a classe de proprietários fundiários que não cultivavam a terra (Kolendo, 1992: 169-178).

2.5.3. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

As produções mais importantes na Época Romana eram os cereais, a vinha e a oliveira – triologia que hoje se designa de “dieta mediterrânica”. Mas a estas somam-se as hortaliças, os legumes, as ervas aromáticas, as árvores de frutos, sobretudo macieiras, pereiras, figueiras e noqueiras, e para a pastagem, o feno, o trevo e o tremçoço.

Como já foi anteriormente referido, a análise direta dos tratados clássicos constitui um trabalho fundamental para o estudo da agricultura romana, mas também um

trabalho muito denso que não dava para conciliar com os prazos desta dissertação. Por este motivo, as descrições que passamos a fazer neste pequeno capítulo são essencialmente baseadas em obras como as de Jorge de Alarcão (1997: 136-1148; 2004: 29-40) e K. D. White (1970). Mas não a deixamos de abordar, uma vez que qualquer estudo agrário para a época romana que se debruce sobre povoamento, produções, práticas e tecnologia não pode deixar de ter em conta as fontes literárias e a enorme riqueza de informações que estas contêm.

A realidade cerealífera romana assentava no trigo, na cevada, na aveia e no milho-miúdo. O procedimento do cultivo do cereal incluía os seguintes passos: antes de se semear a terra, fazia-se uma primeira lavra que normalmente demora dois dias por *jugerum* (c. 0,25 hectares), enquanto a segunda demorava apenas um dia por *jugerum* e fazia-se depois das primeiras chuvas. De acordo com Columela, a regra das três lavras – no verão, na primavera e no outono, aplicava-se apenas às terras em pousio. Seguia-se o *occatio* (ou destorroamento), onde se desfaziam os torrões e se esmiuçava a terra. Finalmente, semeava-se a terra. Normalmente, a sementeira fazia-se em outubro / novembro e a ceifa em maio / junho¹⁵. De acordo com Columela o semeadura podia ser *in lira*, onde a sementeira era coberta por uma lavra, ou *sub sulco*, onde a sementeira pousava sobre o sulco da lavra e era coberta à enxada ou com recurso à grade. Quando o cereal brotava, sachava-se o terreno, ou seja, mobilizava-se a camada superficial, destruindo as ervas infestantes; quando o cereal brotava basto realizava-se a *runcatio* (ou monda), ato de destruir as ervas daninhas. Feito isto, procedia-se à *messis* (ou ceifa) e depois à debulha, que consistia em retirar as sementes das vagens, espigas ou outros frutos e que era realizada na eira. Por último, realizava-se a *capisterium* ou joeira, onde se separava as impurezas das sementes, peneirando-as ou lançando-as ao ar para que as palhas voassem e o grão caísse sobre um panal.

Segundo Varrão, no séc. I a.C. a vinha já não tem a rentabilidade que tinha no séc. II a.C., nos moldes em que a descreve Catão. Os solos ideais eram os pedregosos e, recomenda Columela, a exposição a sul ou a este era a mais recomendável para esta cultura que considera exigente. As videiras não precisavam de amparo e os ramos podiam cair sobre o chão (*vitis prostata*) ou podiam crescer em altura mediante poda (*vitis capitata* ou *bracchiata*). Quando tinham amparo, este podia ser por estaca (*vitis pedata*), por estaca em forma de cruz (*vitis jugata*), através de uma armação em círculo (*vitis characata*) ou os ramos podiam trepar uma árvore (*vitis arbustiva*). Poderiam ainda

¹⁵ Em climas frios seria possível fazer-se o semeio em março.

dispor de latadas (*vitis compluviata* ou *pérgula*). No outono e inícios do inverno procedia-se à *ablaqueatio*, ou seja, cavava-se na zona da cepa e cortavam-se as raízes superficiais nefastas. Em maio fazia-se uma cava geral e uma outra em agosto, visando o destorroamento da terra. A poda (*falx vinitoria*) seria em fevereiro / março, mas também outubro, segundo Columela. Em maio levava-se a cabo a *pampinatio*, isto é, cortava-se os rebentos que estavam em excesso. Finalmente, em setembro fazia-se a *vindemia* ou vindima.

A oliveira era uma cultura de extrema importância, pois dela provinha a azeitona com a qual se fazia o azeite. O azeite era um elemento estrutural da dieta mediterrânica e, portanto, da alimentação romana. Mas os seus usos não se restringiam à alimentação, eles estendiam-se à medicina, à cosmética, ao aquecimento e até à iluminação. Foi esta diversidade funcional que, por um lado, fomentou a produção de distintas qualidades de oliveira (Catão menciona sete, Columela dez e Plínio quinze) e que, por outro lado, favoreceu a generalização da oliveira por todo o Império, desde as terras do Oriente, à Península Ibérica¹⁶ ou ao Norte de África. Sabemos que o azeite itálico e hispânico gozavam de certa popularidade, ao contrário por exemplo do Norte africano que era utilizado essencialmente para iluminação. Encontramos em Plínio (N.H.37.203) a menção à Hispânia como grande produtora de azeite, mas também de cereais, vinho e metais. A província da *Baetica* é mencionada como a mais produtiva, chegando o azeite bético às paragens mais longínquas do Império e à sua capital.

Para o cultivo da oliveira, Varrão recomenda que o campo esteja exposto ao sol e voltado a poente. Por seu turno, Columela refere que quando o clima é quente é preferível que a oliveira esteja voltada a norte, e a sul quando o clima é frio. Já em termos de relevo esta cultura rejeita os extremos em detrimento das pendentes moderadas. Mas antes, diz-nos Columela, a oliveira era criada em viveiro e só ao fim de cinco anos era então transplantada para covas abertas um ano antes; esse transplante seria feito no outono se o terreno fosse seco e na primavera se fosse húmido ou pantanoso. Quando a intenção era fazer um olival no sentido estrito do termo, então separavam-se as oliveiras de 25 a 30 pés (1 pé romano = 0.296 m), mas se nesse olival se quisesse semear trigo ou cevada então o espaçamento entre as oliveiras deveria ser maior. Mas Columela alerta que o intervalo entre as fileiras de oliveiras deveria variar segundo o terreno e orientação. Por fim, aconselha ainda Columela à lavra do olival no verão e no outono, sendo também no outono que o olival deveria ser estrumado e limpo de líquenes. A poda, segundo

¹⁶ Antes de Roma os “povos do Norte” alimentava-se da manteiga, aspeto que regista Estrabão (Geo. III. 3) e que é interpretado pelos gregos como um traço de barbaridade (Dalby, 2003: 65).

Varrão, devia fazer-se entre os finais de março e inícios de maio e a apanha, segundo Columela, deveria ser em dezembro. Por fim, nos meses de novembro e dezembro, a azeitona era apanhada à mão ou com recurso à vara ou varejões (*harundo* ou *pertica*), à semelhança do que se pratica ainda hoje em alguns meios rurais do país. Logo após a apanha, a azeitona deveria seguir para a moagem e prensagem (*trapetum* e *torcular*), processos detalhadamente descritos na obra de Columela, e que referiremos mais adiante.

Quanto ao tipo de azeitona, diz-nos Columela que os tipos *pausia*, *regia*, *orquis* e *radio* são os melhores para se comer, enquanto o tipo *liciniana* dá o melhor azeite e o tipo *sergia* o mais abundante.

A rotação de culturas terá sido prática e a duração do pousio das culturas deverá ter variado de acordo com as características naturais dos sítios onde se fazia a prática agrícola. Além da utilização da água, elemento fundamental para a prática agrícola e que era recolhida em poços e linhas de água, também a estrumação era prática frequente, baseada essencialmente no estrume animal: o melhor seria o esterco dos galinheiros, mas também o dos ovicaprinos; já o estrume dos bovinos e suínos não seria tão eficiente. De acordo com Varrão, o estrume cavalari e muar embora de pouca qualidade para searas, era bom para prados. Os esgotos das casas e lagares deveriam ser direcionados para as hortas e pomares, como testemunha o caso da *villa* de S. Cucufate na Vidigueira, onde aparece uma latrina perto de onde se preparava o estrume. Por outro lado, Columela também recomenda a utilização de adubos verdes, como o tremçoço, favas, ervilhas e sargaço, além da cal para as oliveiras.

2.5.4. A PECUÁRIA

A par da atividade agrícola praticou-se a criação de gado bovino, cavalari, asinino, muar, caprino, ovino, suíno e de capoeira. Acresce a prática da columbofilia.

O gado bovino, bois e vacas, constituíam uma força de trabalho e fornecia carne e leite. O gado cavalari, cavalos, o gado asinino, burros, e o gado muar, mulas, eram utilizados sobretudo como meio de transporte. O cavalo era ainda o animal escolhido para as corridas com bigas ou quadrigas no circo, para a cavalaria dos exércitos ou para a caça ao veado ou ao javali, enquanto o burro servia também para as atafonas ou moinhos. O gado caprino, cabras, e ovino, ovelhas, fornecia carne, mas também o leite com o qual se fazia o queijo e a lã no caso da ovelha. O gado suíno interessava sobretudo pela carne. Entre os animais de capoeira, contavam-se galinhas, pavões, patos e gansos,

que davam ovos e carne. A domesticação de pombos era também uma prática corrente, para serem usados como pombos-correio ou aproveitados pela sua carne.

Quanto às pastagens ou *saltus*, a manutenção do gado bovino e cavalos exigia uma paisagem de prados, ou seja, terrenos de plantas herbáceas, comumente chamadas de “ervas”, ou subarbustivas, isto é, planta que não excede um metro de altura, lenhosa na base e herbácea no resto do corpo. O gado ovicaprino pastava no olival ou na folha de pousio. As varas seriam mantidas sobretudo nos montados (plantação de azinheiras ou sobreiros), mas também nas pocilgas. As capoeiras e pombais localizavam-se na *villa*.

Em suma, a criação de gado complementava e aumentava a diversidade dos produtos resultantes da prática agrícola. Deverá ter sido muito recorrente, já que exigia um investimento menor relativamente à atividade agrícola, seja de mão-de-obra ou de manutenção. Por outro lado, a pecuária não dependeria tanto da natureza como a agricultura (por exemplo do clima).

Se indagar sobre a prática agrícola é difícil, a procura de evidência do pastoreio na Época Romana complica-se ainda mais. Normalmente os testemunhos materiais são indiretos, e relacionam-se não tanto com as áreas de pastoreio e criação de gado, mas mais com a produção de tecidos em lã ou em linho, como revelam os pesos de tear ou os cossoiros encontrados na área edificada de uma *villa*, granja ou casal.

2.5.5. A TECNOLOGIA

2.5.5.1. ALFAIAS AGRÍCOLAS

As alfaias agrícolas romanas eram compostas por materialidades para trabalhar a terra como a enxada (*ligo*) e a enxada de gancho (*bidens*), que servia para cavar o terreno; o sacho (*sarculum*), que tinha a mesma função que a enxada; o alvião (*dolabra*), também serve para cavar a terra, assemelha-se a uma picareta; o ancinho (*rastrum*), usado para aplanar ou limpar as terras; a pá (*pala*), a pá de valador (*scuditia*), para a deslocação de terra, entre outros elementos, e para a joeira; a grade (*irpex*), utilizada para desfazer torrões, alisar a superfície do terreno, destruir ervas, enterrar sementes; e o arado (*aratrum*), utilizado para revolver a terra; quanto aos instrumentos para manusear a erva, o feno, o estrume, etc., destaca-se a forquilha (*furca* ou *furcilla*).

No que diz respeito aos arados, podemos encontrar três tipos: o arado radial, o arado de camba e o arado de garganta. O primeiro tipo, o radial, é composto pelo dente (*dentale*) e uma relha (*vomer*), peças que formam um ângulo obtuso e constituem a parte

ativa do instrumento, sobretudo o *vomer* que é a parte mais dianteira e, portanto, aquela que abre os sulcos na terra; pela rabiça (*stiva*), parte do arado que é empunhada pelo lavrador; e pelo temão (*temo*), peça comprida à qual se atrela o animal que vai puxar o arado. No segundo tipo, o de camba, o temão é furado pela parte ativa, enquanto no arado radial sucede ao contrário: o temão fura a parte ativa. Finalmente, o arado de garganta, com uma parte ativa composta pelo *dentale* e *vomer*; à *stiva* acresce um manípulo (*manicula*); e o *temo* o qual inclui uma zona anterior com uma curvatura à qual se dá o nome de garganta curva (*buris*). A garganta pode incluir uma sega (*culter*) ou faca de ferro (*vomer*) para facilitar a lavra e cortar raízes. A ladear a relha do arado radial ou de garganta, podemos ainda encontrar ou uma ou duas aivecas, que permitem o revolvimento da terra, como refere Virgílio nas *Geórgicas* (I). O arado com aivecas corresponde ao tipo mais avançado que se conhece para o Período Romano.

Para a ceifa, corte manual ou mecânico de plantas, os Romanos utilizavam instrumentos tais como a foice (*falx*), a roçadeira (*falx faenaria*), ceifeiras mecânicas empurradas por mulas (*vallus*) e ceifeiras mecânicas empurradas por bois (*carpentum*). Na eira utilizava-se o mangual (*pertica* ou *baculus*) e o trilho (*tribulum* e um outro mais complexo denominado *plostellum poenicum*), ambos os instrumentos eram utilizados para a debulha, o primeiro é um pau empunhado pelo homem, o segundo é um estrado puxado por animais. Refira-se ainda instrumentos de corte como a tesoura (*forpex*).

2.5.5.2. MOINHOS DE CEREAL

Os cereais podem ser moídos com recurso a um almofariz, com o pio de piar o grão, com um moinho manual circular, com um moinho montado numa mesa, com uma atafona (*versatilis* ou *mola asinaria*) ou com um moinho de água. A primeira opção é a mais primitiva. O pio de piar é composto por um bloco de pedra escavado e enterrado no chão (o pieiro), sobre o qual se coloca uma tábua que inclui na extremidade o pilão. O mecanismo funciona mediante um movimento de sobe e desce, proporcionado pela força dos pés de quem sobre a tábua se coloca.

Quanto ao moinho manual circular, deverá ter sido a opção mais frequente em contextos domésticos. É composto por uma parte dormente e por outra parte giratória que, adaptadas uma à outra, possibilitavam a moagem do cereal (introduzido a partir de um orifício situado na mó giratória) quando acionada manualmente a mó giratória por um manípulo nela encaixado.

Nas mós montadas sobre uma mesa é colocada, de baixo desta, uma prancha (*urreiro* ou *arreiro*) com segurelha que se ajusta mediante uma corda e cuja ação de aperto ou desaperto regulava a posição da mó girante. De acordo com Varrão este mecanismo terá sido inventado em Itália – *mola Volsínios*, mas Catão denomina-o *mola hispaniensis*, a diferença deveria ser o manípulo horizontal na primeira e vertical na segunda.

A atafona (*versatilis*) inclui mós de grandes dimensões: a parte dormente (*meta*) tinha forma de campânula e a girante (*catillus*) de ampulheta. O mecanismo seria acionado com o auxílio de dois homens que manobravam uma armação encaixada na mó girante. Caso este tipo de mecanismo fosse manobrado por burros designava-se antes *mola asinaria*. Existe ainda uma outra versão dentro deste tipo de mós de grandes dimensões onde a mó girante constituiria um anel de pedra com entalhes para a instalação de uma armação de madeira. A atafona teria sobretudo um uso industrial, surgindo associada habitualmente a padarias.

Finalmente, o moinho de água. Era constituído por uma roda (*rota*) principal acionada pela água, nessa encaixava um eixo (*axis*) que também atravessava uma segunda roda dentada denominada entrosga (*tympanon*). Segundo Vitrúvio, a entrosga comunicava com uma outra roda dentada ainda maior (nos moinhos modernos comunica com um carrete) que se movia e acionava a mó girante, à qual ia parar o grão através de uma moega.

2.5.5.3. **CELLA VINARIA**

Uma vez concluída a *vindemia*, cabia aos *calcatores* a tarefa de pisar a uva em estruturas tipo lagariças ou tanques construídos em pedra ou *opus signinum*, mas podia também ser pisada em cubas, dornas (recipiente pequeno e móvel) ou balseiros (dorna grande e baixa) de madeira. O mosto, que corresponde ao sumo da uva antes de completar o processo de fermentação e originar o vinho, poderia fazer-se nestes recipientes, devidamente cobertos. Uma outra técnica seria a de bica aberta, onde se separava o mosto dos engaços, películas e grainhas antes de se iniciar a fermentação.

Recorrendo à bica aberta ou não, existia aquilo que denominamos ainda hoje vinho de talha. Este vinho é aquele cujo processo de fermentação ocorre nas talhas (*dolia*), tonéis ou balseiros. Esta técnica ainda hoje é praticada em território nacional, sobretudo no Alentejo (cf. https://www.rtp.pt/noticias/pais/tecnica-romana-de-ha-2000-anos-recuperada-para-fazer-vinho-de-talha_v937575, consultado a 28 de junho de 2017;

<https://www.publico.pt/tradicoes/jornal/o-vinho-da-talha-resistiu-a-erosao-do-tempo-e-esta-de-volta-no-alentejo-23452564>, consultado a 28 de junho de 2017).

Hoje designamos água-pé aquela bebida de fraco teor alcoólico, obtida através da prensagem do bagaço, *engaço* ou *cangaço* (resíduos sólidos que advêm da pisa) da uva. Este processo de prensagem decorreria num sistema semelhante ao descrito mais à frente, para os lagares de azeite.

2.5.5.4. *TORCULARIUM*

A azeitona, depois de varejada para o panais que se estendiam sobre o chão, era levada para a tulha ou amontoada no chão do lagar (ou *torcularium*) à espera de amadurecer. Porém, Columela aconselha a apanha e ida direta para o moinho.

Na moagem triturava-se o fruto. Esse processo podia ser feito por *canalis et solea*, ou seja, a azeitona era pisada com umas socas de madeiras, segundo a descrição de Columela; ou com recurso a moinhos: o *trapetum* incluía na bacia ou pio de pedra (*mortarium*) uma coluna de pedra (*milliarium*) e um agulhão de ferro (*columella*); este último suportaria uma trave de madeira (*cupa*) que atravessava duas meias esferas de pedra (*orbis*); na *mola olearia* erguia-se, no centro do pio, um mastro giratório de madeira; nesse mastro encaixava um varal onde, por sua vez, encaixava uma ou duas mós; finalmente, dois homens manobravam o varal, acionando assim o moinho.

Uma vez feita a moagem, resultava uma pasta (ou *sampa*) que era depois colocada em seiras de esparto (*fiscus*, *fiscina* ou *capistra*) e submetida à prensa (*torcular*). Esta estrutura de prensa incluía uma grande trave (*prelum*) que encaixava à parede do lagar e servia para galgar a *area*, local onde estavam as seiras. O movimento descendente da trave era possível através de um sarilho (*sucula*) encaixado numa pedra, ou por meio de um parafuso (*malus*) acionado por uma vara ou cruzeta (*vectus* ou *stella*). A área dispunha de um *tacho* de pedra onde podíamos encontrar um sulco circular cavado, seria por aí que o azeite corria para as talhas ou reservatórios de pedra. Juntamente com o azeite corria a água churda ou água ruça, água resultante da vegetação contida na azeitona e nas seiras, essa água era escaldada numa caldeira presente no lagar e separada do azeite através de um furo que continham as talhas ou reservatórios (o azeite não saia porque flutuava devido à baixa densidade), evitando assim a absorção do azeite pelo esparto ressequido.

3. PAISAGEM E LUGARES

3.1. A PAISAGEM COMO OBJETO DE ESTUDO

A paisagem foi sendo considerada ao longo dos anos por diferentes áreas do saber como objeto de estudo (cf. Criado Boado, 1999; Orejas Saco del Valle, 1991; 1995; 1996; 1998), na arqueologia existe desde os anos 80 do século passado e parte do seu valor reside no facto de ser um termo amplo, ao contrário de outros como espaço ou território, demasiado restritivos, já que portadores de características muito específicas e, nessa medida, limitadoras. O que legitima a paisagem como objeto de estudo na arqueologia é o facto de ela ser parte integrante da sociedade e ao mesmo tempo ser o seu produto (já que resulta de atividades económicas, políticas, etc.), concentrando em si toda a ação do Homem, num dado espaço e no decorrer do tempo (Ruiz del Árbol Moro, 2001: 139-144; Sastre Prats, 2001: 25-28). Esta ação por sua vez pode permanecer fossilizada, continuada ou desaparecer nas paisagens atuais. O seu carácter integrador pressupõe, concomitantemente, uma “[...] *reflexión teórica sobre la definición de esa socialidade intrínseca al concepto de paisaje [...] el análisis del territorio no es un objetivo en sí mismo, sino una vía de acceso al estudio de las realidades sociales que determinan la formación de esse territorio*” (Sastre Prats, 2001: 26); desta forma, impõe-se fundamental um estudo dinâmico que concilie as análises territoriais com outros tipos de fontes, atendendo, porém, ao facto de não existir um uso claro e uno do termo “Arqueologia da Paisagem” nem dos seus próprios métodos (González Villaescusa, 2006: 29).

Perante a dificuldade que o conceito de paisagem encerra, parece-me particularmente interessante o ponto de vista do antropólogo Tim Ingold (1993) que esclarece o que a paisagem não é por via de uma “*dwelling perspective*” (ou perspetiva habitacional), segundo a qual a paisagem é considerada o registo e o testemunho de vidas e trabalhos de gerações passadas que nela tenham habitado e deixado algo de si. Desta forma, segundo Ingold (*idem*: 153-157), a paisagem não é “*land*” (terreno), “*nature*” (natureza), nem “*space*” (espaço): não é terreno porque este é quantitativo e homogéneo e a paisagem é qualitativa e heterogénea “[...] *you can ask of a landscape what it is like, but not how much of it there is*” (*idem*: 153); não é natureza porque este termo pressupõe um agente externo e nós vivemos dentro dela e não com ela “*We live “in here”, in the intersubjective space marked out by our mental representations*” (*idem*: 154); e não é espaço porque este é um modo de representação, é um conceito que pressupõe fronteiras “*And whereas actual journeys are made through a landscape, the board on which all*

potential journeys may be plotted is equivalent to space” (idem: 154-155). Finalmente, alerta para o facto de paisagem também não ser o mesmo que ambiente já que este conceito pressupõe organismo, enquanto paisagem pressupõe forma: “[...] *in just same way that the concept of the body emphasizes the form rather than the function of a living creature*” (idem: 156).

Depois de explicar o que a paisagem não é, Ingold explica o que não é a temporalidade: não é cronologia enquanto intervalos de datas onde ocorrem eventos, nem é História na qualidade de eventos ocorridos em intervalos cronológicos; Ingold (idem: 157-161) cria o conceito “*taskscape*” (ou paisagem-tarefa) para designar aquelas tarefas que se desenvolvem num meio ambiente e cuja temporalidade é social, cadenciada, inerente ao movimento e não artificial ou metronómica: “*Thus the temporality of the taskscape, while it is intrinsic rather externally imposed (metronomic), lies not in any particular rhythm, but in the network of interrelationships between the multiple rhythms of which the taskscape is itself constituted*” (idem: 160). Concluir dizendo que à paisagem concernem todas essas tarefas do passado e do presente porque ela é movimento, interação ou um contínuo ato de construção: “[...] *the landscape seems to be what we see around us, whereas the taskscape is what we hear*”; se observarmos a fotografia aérea de uma qualquer cidade do país e contrastarmos com uma outra de algumas décadas atrás podemos entender como este fenómeno de mudança se processa, por exemplo, com a urbanização crescente.

É no séc. XVIII que encontramos as primeiras referências à paisagem na qualidade de objeto de estudo: por exemplo Bernhardus Varenius escreve pela primeira vez sobre a influência concomitante dos fatores terrestres (topografia, hidrografia, etc.), celestes (clima) e humanos na paisagem; o Conde Buffon escreveu sobre a influência de elementos como a pastorícia e a agricultura no meio e, por sua vez, a influência deste no comportamento. No séc. XIX a paisagem constituiu-se uma disciplina, primeiro da Geologia, depois da Geografia, os estudos espaciais tornaram-se efetivos e floresceram no âmbito académico com um carácter essencialmente descritivo.

Foi no séc. XIX, com o historiador e filósofo francês Jules Michelet, que pela primeira vez se preconizou o entendimento da paisagem por meio da História. A partir daqui começou a desenvolver-se uma cisão entre naturalistas e aqueles outros que legitimavam a importância da História para o seu entendimento. Obras como as dos geógrafos Friedrich Ratzel¹⁷ ou Vidal de la Blache¹⁸ denunciam, já nos finais do séc. XIX e

¹⁷ Célebre pela criação da noção de “espaço vital” (ou *Lebensraum*), conceito da geografia política que fundamentou a política expansionista e alegada superioridade da raça ariana na Alemanha do séc. XX.

inícios do seguinte, pouca precisão terminológica, e desde então a definição de paisagem tem sido largamente discutida: “*Es tan impreciso como fácil de comprender y esto há sido el origen del debate generado en torno a su uso científico y de las dificultades para encarar un sustituto sin perder riqueza semántica y claridad*” (Orejas Saco del Valle, 1991: 193).

No séc. XX, com Carl O. Sauer, pai da geografia cultural americana, apareceu a primeira definição de paisagem com carácter marcadamente “regionalista”: “*el paisaje cultural se crea, por un grupo cultural, a partir de un paisaje natural. La cultura es el agente, el área natural el medio y el paisaje cultural el resultado*” (apud Sánchez Yustos, 2010: 140). Na segunda metade deste século realizaram-se alguns avanços importantes para o estudo da paisagem, autenticados essencialmente por personagens associadas ao movimento historiográfico francês da Escola dos Annales: daqui resultou desde logo a consideração da paisagem como objeto de estudo não só por geólogos e geógrafos, mas também por historiadores, incitando então a problematização diacrónica e interdisciplinar. Este impulso, porém, não considerava a paisagem anterior ao Período Medieval, o que só veio a acontecer mais tarde com o contributo do historiador francês André Déléage (Orejas Saco del Valle, 1995: 19-32).

Na arqueologia, o estudo da paisagem foi sendo produzido a partir de diferentes pontos de vista e designações (cf. Anschuetz *et al.*, 2001; Criado Boado, 1999; González Villaescusa, 2006; Orejas Saco del Valle, 1995; 1998; Orejas Saco del Valle *et al.*, 2002; Sánchez Yusto, 2010). Desde os enfoques que encaram a paisagem como um cenário estático onde os monumentos têm lugar, aos que trabalham os elementos que se articulam com a paisagem (como as centurições), destacam-se aquelas perspetivas que denunciam com alguma clareza as posturas (teóricas) do processualismo e do pós-processualismo: a visão economicista e a simbólica.

A perspetiva economicista define-se, essencialmente, pelo seu carácter ecológico e funcionalista e contribuiu para o incremento da Ecologia humana ou cultural (baseada na Arqueobotânica, Arqueozoologia, etc.), a partir da qual se desenvolveram estudos de padrões de assentamento, subsequentes daqueles outros onde se criavam mapas de distribuição. Foi a partir da década de 60 do século passado que, na vanguarda da *New Archaeology*, esses estudos de padrão ganharam um folego significativo e que, desde um ponto de vista metodológico, nasceu todo um novo mundo (que se contrapõe com os métodos descritivos): veja-se a Teoria do Alcance Médio, a Teoria do Lugar Central,

¹⁸ Criou o “possibilismo” e desenvolveu a noção de região como resultado da atividade do homem no decorrer do tempo. Ao contrário do determinismo geográfico de Ratzel que encara o território como um elemento que determina a organização humana, esta outra crê que o homem pode antes ter uma postura ativa sobre o meio, o que não implica que não seja influenciado por ele.

Análises de Captação de Recursos, Polígonos de Thiessen, etc. (cf. García Sanjuán, 2005: 198-234). Em suma, o funcionalismo ecológico explica os diferentes elementos arqueológicos de forma utilitária e como uma adaptação ao entorno desde um ponto de vista ecológico; o território passa, então, a ser encarado como um possessor de recursos que se relacionam com a comunidade, e quando esta relação falha poderá pressupor-se uma adaptação por parte das comunidades.

Neste contexto desenvolvem-se diversos estudos territoriais como: *Site Catchment Analysis* (SCA) e a Arqueologia Espacial. Os primeiros têm por base análises paleoambientais (Vita-Finzi e Higgs, 1970), enquanto os segundos tratam de entender o Homem no espaço através da distribuição de sítios e / ou materiais por via da micro, meso ou macroescala (aqui sobressaem figuras como D. Clarke, L. White). É neste sentido que podemos também entender o desenvolvimento de conceitos como o de *off-site*, cuja ideia é a de uma análise que vai mais além do sítio arqueológico (*on-site*), portanto, uma análise que considera a mobilidade e o uso de um espaço mais vasto e que pressupõe uma adaptação, por parte das sociedades, ao meio físico e seus recursos potenciais. A Nova Arqueologia, embora tenha desempenhado um papel fundamental para o crescimento da arqueologia como ciência, foi criticada quer pelo “excesso” de funcionalismo empregue, quer pela aplicação de termos e modelos (como a teoria geral de sistemas) sem profundidade teórica ou metodológica; ou ainda pela artificialidade dos modelos espaciais e aplicação estatística em amostras segmentadas (Orejas Saco del Valle, 1995: 90).

Perante estas orientações, surgem outras correntes com abordagens fenomenológicas e existenciais e, portanto, com uma visão simbólica e estrutural dos elementos arqueológicos, passando-se a considerar a subjetividade e o afetivo do espaço vivido. Com base nesta ideia crê-se então ser possível estudar a paisagem, na qualidade de espaço vivido, por via da experiência e crê-se possível reconstituir os espaços vividos de outros povos (Orejas Saco del Valle, 1995: 66). É nesta lógica que, desde a última década do século passado, arqueólogos pós-processualistas (entre os quais se destaca Ian Hodder) desenvolvem estudos sobre o simbólico, sobre o não visível, sobre aquilo que foi pensado e sentido (cf. entre outros Tilley, 1994). Criado Boado (1999) fala numa Arqueologia Total, aquela que de acordo com o autor inclui, na paisagem, a dimensão física (o meio), social (as relações) e simbólica (o pensado); ainda mais completa é a proposta de Parcero (2002: 19-20) que a estas últimas acrescenta a dimensão económica, ou seja o que ocasionam as estratégias que garantem a reprodução de uma comunidade. Entre as críticas a esta corrente podemos contar, desde logo, com o risco do estudo da

paisagem visível numa ótica fenomenológica se reduzir ao descritivo, além do risco de estratificação da paisagem, ou ainda o facto de muitas vezes se ignorar elementos da organização do espaço evidentes (Orejas Saco del Valle, 1995: 92-93).

Por outro lado, julgo urgente combater a parcialidade que mina a arqueologia, i.e. aqueles que, movidos pelo dogma da certeza (relativamente àquela ou àqueloutra teoria), ignoram o potencial do “muito”, do “diferente” e do “duvidoso”. Será neste sentido importante lembrar que, no final, o objetivo último do arqueólogo e do historiador deverá ser sempre a compreensão do passado do Homem, mais que fazer valer uma ideia, uma postura, uma teoria. Neste sentido, é minha convicção que a interação de óticas e métodos só pode ser benéfica na medida em que nos permite uma aproximação menos distorcida ao nosso objeto de estudo. A discussão sobre o reconhecimento da complementaridade de correntes arqueológicas é longa e já largamente tratada por Alarcão (1996; 2000; Alarcão e Jorge, 1997), é no pensamento deste autor que, a nosso ver, podemos encontrar a postura mais sensata, a de quem reconhece que a complexidade do Homem carece de uma abordagem plurifacetada.

3.2. RECURSOS E POVOAMENTO: CONCEITOS ENCADEADOS OU DICOTÓMICOS?

Aqui chegados, e tendo em conta que um dos objetivos desta dissertação passa precisamente por compreender como é que o povoamento rural da *civitas Igaeditanorum* se relaciona e interage com o território que ocupou, importa ver de que forma, na história recente da investigação arqueológica, se tem feito a relação entre os recursos e o povoamento.

Entre os diversos trabalhos que se têm desenvolvido em arqueologia podemos encontrar diferentes abordagens ao meio e ao povoamento. Uma prática recorrente parece ser a exposição do espaço produtivo como “[...] *una estampa de fondo sin relación com la naturaleza del asentamiento humano y su significación histórica*” (Currás Refojos, 2014a: 23). Este quadro geralmente materializa-se num capítulo inicial de um trabalho onde se descrevem minuciosamente os distintos elementos naturais (vegetação, hidrografia, litologia, etc.) que caracterizam a região em causa. O problema dessas descrições é que, na maior parte dos casos, são vãs, desprovidas de uma conexão com o povoamento e o facto dos elementos recurso e povoamento figurarem separadamente faz-nos falar numa representatividade dicotómica resultando, portanto, numa análise do povoamento menos rica relativamente ao potencial que encerra e fazendo com que essas

descrições não passem, muitas vezes, de meros “elementos decorativos” que transformam a paisagem num “contentor” de factos não integrados.

Por outro lado, encontramos aqueles trabalhos que encaram o meio e o povoamento como conceitos encadeados, não dicotómicos: “*El medio deja de ser el marco que establece los limites que condicionan la reproducción de los grupos humanos y se convierte en un espácio de interacción en el que las sociedades construyen un paisaje a través del diálogo com el medio*” (Currás Refojos, 2014b: 63); este é o princípio pelo qual se rege esta dissertação e que, portanto, consideramos ser a que encerra mais potencial para analisar o povoamento rural romano em consideração. Não se entende o povoamento como um organismo totalmente determinado pelo espaço: o facto de existir um espaço com características ideais para a implantação de um determinado assentamento é importante, mas não é determinante porque em jogo deverão ter estado outros critérios; há, porém, a consciência de que os recursos e o povoamento se relacionam tendencialmente e, por de trás dessa relação, há lógicas / estratégias de ocupação que podemos procurar, neste caso através da elaboração de um mapa de usos potenciais da terra – mecanismo a partir do qual os territórios antigos podem ser analisados de forma a entender o potencial agrícola que encerrava.

A forma como os investigadores têm tentado estudar essa relação entre o povoamento e o território apresenta-se muito diversificada. A metodologia utilizada nesta dissertação, com a criação de um mapa de usos potenciais, constitui uma delas e no âmbito da investigação nacional parece não haver registo de que tenha sido alguma vez aplicada às sociedades do passado; pelo contrário, Espanha conta já com alguns trabalhos que procederam ao cálculo da potencialidade do solo, ainda que sempre adaptado às diferentes realidades e meios. Refira-se, entre outros, o Mapa de Usos Potenciais da Terra da Galiza (MUPTGA) elaborado por Currás Refojos (2014a), as análises de potencial produtivo produzidas por Fábrega Álvarez *et al.* (2005), Parcero Oubiña (2002) ou Romero Perona (2015).

É, no entanto, pertinente referir outras abordagens metodológicas. A consulta de cartografia temática (Carta de Capacidade de Uso do Solo, Carta de Solos, etc.) constitui uma prática relativamente comum (cf. Almeida, 1996; Carneiro, 2011; Lopes, 2000; Pedrosa, 1996; Silva e Silva, 2007); outros trabalhos indagam o impacto do Homem no território através da fotointerpretação de traçados fósseis (cf. Mantas, 1996; Osório, 2006; Carvalho, no prelo); em menor número estão aqueles que se dedicaram à Arqueogeografia (cf. Chouquer, 2012; Costa, 2010; Freitas, 2015); ou ainda aqueles outros

que aplicam os SIG à arqueologia (cf. Carvalho, 2007a; Osório, 2016; Osório e Salgado, no prelo; 2007; Osório *et al.*, 2015).

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁREA DE TRABALHO, A ESCALA E OS LUGARES

A eleição de um espaço de trabalho, posicional e em escala, deverá responder aos objetivos que definem uma investigação; neste processo, a estipulação de fronteiras é quase sempre uma ação crítica já que, muitas vezes, responde a condicionamentos do presente e não às realidades do passado, interligadas, interdependentes e complexas. É por este motivo que urge a reunião da investigação que se vai produzindo, numa lógica de complementaridade, analogia e correlação.

Embora se reconheça que a metodologia empregue neste trabalho mereça uma escala maior do que a utilizada, não foi possível exceder os limites da Carta Militar n.º 270 à escala 1: 25 000 (Fig. 1). Entre os condicionamentos impossíveis de ultrapassar, conta-se desde logo a dimensão exigida para um trabalho desta natureza, o seu limitado tempo de execução e o facto dos vários passos necessários para a elaboração de um mapa de usos potenciais da terra implicarem um moroso processamento (manual e automático) dos dados, mas também a falta de disponibilidade de uma série de fontes, nomeadamente da cartografia digital.

A nossa área de trabalho, embora de reduzidas dimensões, conta com uma amostra muito representativa do povoamento rural que compunha a *civitas Igaeditanorum* e que resultou essencialmente de trabalhos de prospeção intensiva, mas ainda assim é relativamente limitada em diversidade, do ponto de vista físico (geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos etc.) e biótico (ecossistemas).

Pelos motivos descritos, esta dissertação configura-se essencialmente metodológica e as análises obtidas com recurso ao mapa de usos potenciais da terra representam a abertura de uma nova linha de investigação que, ainda assim, carece de um aprofundamento e de uma escala mais possante.

A Beira Interior define um vasto território constituído por especificidades geomorfológicas e delimitado por irregularidades naturais ou marcos artificiais (o Tejo a sul, planalto Guarda / Sabugal a norte, a oeste pela Cordilheira Central que liga a serra da

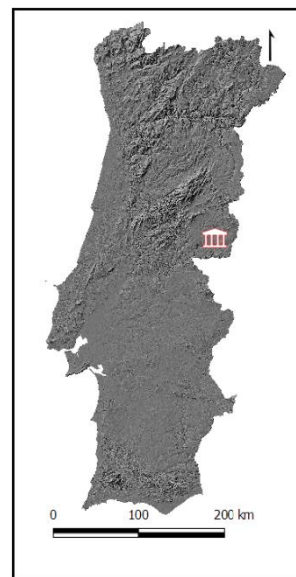


Fig. 1:
Enquadramento geográfico da área de estudo.

Lousã à serra da Estrela e a este pela atual fronteira Portugal / Espanha). Entre as distintas sub-regiões que definem a Beira Interior, localizamo-nos a sul, na Beira Baixa ou Beira Interior Sul (Gaspar, 1993: 86), contornada a norte pelas serras da Malcata e da Gardunha, a sul pelo Tejo, a oeste pelo rio Ocreza e a leste pelo rio Erges (atual fronteira Portugal / Espanha). A falha do Ponsul, principal afluente do Tejo, estende-se no sentido NE / SW e divide a região (cf. Ribeiro, 1943: 109-123), granítica a norte, da xisto-grauváquica a sul.

A nossa área de trabalho prolonga-se pelos territórios a Norte e a Sul da falha do Ponsul, em torno da atual Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) e cobre a Carta Militar de Portugal n.º 270, à escala 1: 25 000.

O principal trabalho de prospeção com o qual contamos é o de Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes, realizado em 1991, no contexto de um trabalho de seminário da licenciatura em História-variante de Arqueologia para a Universidade de Coimbra; acresce o importante facto de ter assumido um carácter intensivo, metodologia fundamental que nos permite um cenário suficientemente fidedigno da dispersão do povoamento (Carvalho, 2004). Embora em menor número, na nossa área de trabalho também foram considerados lugares identificados por Pilar Reis (2013) e por Joaquim Baptista (1998).

Os resultados obtidos foram apresentados no 3º. Congresso Peninsular de História Antiga em 1994, comunicação que, porém, nunca chegou a ser publicada¹⁹. Refira-se em contrapartida algumas publicações de Alarcão que utilizam esses mesmos dados (1998c; 1999). Convém, igualmente, referir o trabalho de análise espacial que Vítor Pedrosa desenvolveu sobre este território e que vem no seguimento do anterior, elaborado em 1996 no âmbito de um trabalho de seminário da licenciatura em História-variante de Arqueologia para a Universidade de Coimbra.

A área prospectada intensivamente corresponde aproximadamente a 2.500 hectares entre Idanha-a-Velha e Alcafozes, realizou-se durante o mês de julho e contou com os impedimentos típicos: a dimensão da equipa, as adversidades do terreno como a cobertura vegetal, erosão dos solos, trabalhos agrícolas ou mesmo as vivências acumuladas dos sítios (Ruivo *et al.*, 1991).

Utilizou-se a metodologia de prospeção em linha, com intervalos regulares de 30 metros (em terrenos de pousio ou com vegetação) a 50 metros (em terrenos lavrados).

¹⁹ Em outubro de 2016, o assunto voltou a ser abordado pelos autores e por mim num colóquio de homenagem a Francisco Tavares Proença (1883-1916) – Carta arqueológica do distrito de Castelo Branco, contributos para uma revisão cem anos depois, com a seguinte comunicação: “Prospectando em redor de Idanha-a-Velha (1991) e novos percursos de investigação, 25 anos depois”.

Quando se detetava um sítio, o terreno era varrido com maior detalhe a fim de recolher material e delimitar a área de dispersão do mesmo.

Os resultados apontam para a identificação de 41 sítios, entre eles *villae*, casais, casebres, cabanas (equivalente a *tugurium*) e sepulturas; aqueles sítios que continham pequenas quantidades de fragmentos (2 / 3 unidades) não foram classificados.

Este trabalho de prospeção assumiu, no panorama nacional da época, particular pertinência, desde logo porque adotou um carácter intensivo, mas também porque pretendeu a tipificação dos sítios. Lembrar, portanto, que a classificação tipológica do povoamento rural romano só viria a ser desenvolvida de forma mais consistente por Jorge de Alarcão, mais tarde (o que não significa, porém, que não existissem já propostas tipológicas veja-se, por exemplo, a classificação de Manuela Martins [1990: 224] para a bacia do curso médio do Cávado).

A partir dos 41 sítios documentados, os investigadores definiram 5 categorias, tendo em consideração o tipo de material e respetiva área de dispersão. Como *uillae* identificaram aqueles sítios que continham *terra sigillata*, vidro e / ou elementos arquitetónicos e compreendiam uma área de dispersão superior a 2000 m²; como casais aqueles sítios que incluíam cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum, pequenos blocos graníticos, *dolia*, mós manuais, pesos de tear e / ou escórias de ferro, compreendendo uma área de dispersão entre 1000 e 2000 m²; por casebres aqueles sítios que continham pequenas quantidades de *tegulae*, *lateres*, cerâmica doméstica comum, *dolia*, etc., compreendendo uma área de dispersão entre 100 e 600 m²; por cabanas aqueles que numa área de dispersão entre os 100 e 400 m² continham cerâmica romanas, mas onde não se encontrou *tegulae*; finalmente, as sepulturas, denunciadas pela presença de *tegulae*, cerâmica doméstica comum, nas proximidades de *uillae* e casais e em áreas de aproximadamente 100 m².

No que respeita a números, de 41 sítios identificados, 5 deverão corresponder a *uillae*, 4 a casais, 22 a casebres, 3 cabanas e 4 sítios que poderão corresponder a um casebre ou a sepulturas; acresce a identificação de 1 *horreum*, 1 necrópole e 1 forno cerâmico (cf. Mapa 2 e 3).

4. USOS POTENCIAIS DA TERRA – UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

“What is considered as important to record on a map, as well as methods of measurement and criteria for classification, are the result of subjective choices. These choices are influenced by particular social structures and historical circumstances.”
(Axelsen e Michael, 1987: 461).

4.1. A REPRESENTAÇÃO DOS SOLOS EM PORTUGAL – CONJUNTURA E PROBLEMAS

O incremento das imagens satélites aliadas ao aumento de dados disponíveis possibilitou o desenvolvimento de uma grande variedade de mapas temáticos, os quais nos dias de hoje podemos consultar e aplicar com diferentes finalidades. Os solos de Portugal encontram-se representados desde diferentes perspetivas: a edafológica, a de classes agronómicas e a de uso atual, além da RAN (Reserva Agrícola Nacional) e da REN (Reserva Ecológica Nacional).

As Cartas de Solos constituem um documento base que categoriza este corpo dinâmico de acordo com a sua taxonomia e distribuição espacial. Existem distintos sistemas taxonómicos de classificação que visam a ordenação, comparação, mapeamento, gestão e planeamento das unidades pedológicas. São eles:

Sistema nacional:

- A) Editado pelo S.R.O.A. (Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário), atual C.N.R.O.A. (Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário) – onde as categorias taxonómicas se caracterizam por ordens (agrupa os solos de acordo com os seus horizontes), subordens (subdivide as ordens com base em importantes características genéticas do solo), grupos (subdivide as subordens com base em indicadores de processos genéticos menos relevantes), subgrupos (subdivide os grupos com base no conceito central deste e transições para outros grupos), famílias (subdivisão que considera a natureza geológica da rocha mãe) e séries (agrupa solos com horizontes semelhantes) (Cardoso, 1965).

Sistemas internacionais:

- A) Classificação americana indicada pelo USDA (*U.S. Department of Agriculture*) – *land capability classification*.
- B) Classificação europeia indicada pela FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) – *land suitability evaluation*.

C) Classificação europeia indicada pela WRB (*World Reference Base for Soil Resources*). Resulta da colaboração coordenada pelo ISRIC (*International Soil Reference and Information Centre*) e patrocinada pela IUSS (*International Union of Soil Sciences*) e FAO. É o sistema mais recente (FAO, 2015).

As Cartas de Capacidade de Uso do Solo (CCU) são representações interpretativas que avaliam a aptidão do solo e, nessa medida, contribuem para o planeamento e ordenamento do território português. Com base num sistema taxonómico, estas cartas agrupam os solos em classes e subclasses agrológicas que classificam a terra em função das suas limitações (cf. Tabela 4). Como salienta Díaz-Fierros Viqueira e Gil Sotres (1982: 150), a determinação da qualidade da terra e a escolha dos fatores limitativos depende, por um lado, do uso que se está a fazer da terra e respetivas necessidades, e por outro lado, da disponibilidade de dados relacionada com a escala de trabalho.

A cartografia disponível em Portugal para o Uso e Ocupação do solo representa o terreno, as atividades que aí decorrem e a distribuição espacial dos fenómenos. A noção de ocupação ou cobertura pressupõe uma classificação física, química ou biológica da superfície (ex.: floresta), enquanto a noção de uso diz respeito aos usos que o Homem faz dessa cobertura (ex.: criação de gado); um uso pode ter lugar num só tipo de cobertura ou usar vários tipos de cobertura (ex.: sistemas agrícolas que combinam terrenos cultivados, floresta, pastagem), tanto quanto uma cobertura pode ser alvo de diferentes usos (ex.: usar a floresta para recolher lenha, para caça, etc.), a mudança de uso pode levar a uma mudança da cobertura, mas a permanência de um mesmo uso não implica a permanência da cobertura (Meyer e Turner, 1994; Mota *et al.*, 2012). Esta cartografia visa então a caracterização detalhada da ocupação e uso do solo em Portugal, considerando a sua extensão, distribuição e relação espacial. Utilizam um sistema hierárquico de classes de ocupação e uso e constituem uma importante ferramenta para o planeamento do território e controlo de questões ambientais, sendo com base nelas que se elaboram outros tipos de carta (risco de erosão, risco de incêndio florestal, etc.). Em Portugal, as principais fontes cartográficas sobre a ocupação e uso do solo atual encontram-se em formato vetorial e segmentam o espaço em unidades poligonais (Caetano *et al.*, 2008). Contamos então com a seguinte cartografia:

A) Em 1990 e 2007, o Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG) (atualmente integrado no IGP) em colaboração com a Associação das Empresas Produtoras de Pasta de Celulose (ACEL) (atual Associação da Indústria Papeleira),

produziu cartografia de uso e ocupação do solo à escala 1 / 25 000: COS'90 e COS'2007 (cf. Instituto Geográfico Português, 2010).

B) O programa CORINE (*Co-ordination of Information on the Environment*) surgiu em 1985 na Comunidade Europeia a fim de fazer um ponto de situação sobre o estado do ambiente europeu. No âmbito deste programa destaca-se o projeto CORINE Land Cover (CLC), a partir do qual se produziu cartografia de uso e ocupação do solo para os países da União Europeia à escala 1 / 100 000 – CLC90, CLC2000 e CLC2006 (cf. Bossard *et al.*, 2000).

C) O projeto COSMIC foi desenvolvido pelo Grupo de Deteção Remota (GDT) da IGP e visa a criação de cartas de ocupação e uso do solo por via de metodologias automáticas.

Finalmente, importa mencionar a criação, nas últimas décadas do século passado, da RAN (Reserva Agrícola Nacional)²⁰ e da REN (Reserva Ecológica Nacional)²¹. A RAN delimita e protege as áreas atuais de maior potencial agrícola (solos com Capacidade de Uso A e B, de baixas aluvionares e coluviais e todas aquelas que respondam ao critério da RAN) ou aquelas que sofreram alterações de forma a incrementar a sua capacidade produtiva, estas áreas são, portanto, reservadas à agricultura e é proibido qualquer ação que intente contra o seu potencial agrícola. A REN delimita e protege áreas costeiras e ribeirinhas, áreas interiores, de máxima infiltração e zonas declivosas, com características ecológicas específicas, visando a exploração de recursos, o equilíbrio ecológico e das estruturas biofísicas das regiões e a manutenção de valores económicos, sociais e culturais. Nestas áreas está, portanto, proibida qualquer ação construtiva e a destruição do coberto vegetal.

A aplicação desta cartografia na arqueologia é relativamente recorrente, porém perigosa, pois nenhum destes mapas possui qualquer significado histórico. O caso mais crítico é, provavelmente, o das Cartas de Capacidade de Uso, já que são aquelas que mais frequentemente se aplicam ao passado, mas também porque são construídas segundo princípios problemáticos. As Cartas de Capacidade de Uso determinam a capacidade do solo a partir das suas limitações, por sua vez essas limitações são enquadradas na conjuntura económica, agrícola e tecnológica atual, que pouco ou nada tem a ver com o do passado. O facto dessas limitações serem pensadas segundo um cenário de cultivo

²⁰ cf. Decreto-Lei n.º 196 / 89, de 14 de Junho; Decreto-Lei n.º 274 / 92, de 12 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 278 / 95, de 25 de Outubro.

²¹ cf. Decreto-Lei n.º 321 / 83, de 5 de Julho; Decreto-Lei n.º 93 / 90, de 19 de Março; Decreto-Lei n.º 316 / 90, de 13 de Outubro; Decreto-Lei n.º 213 / 92, de 12 de Outubro; Decreto-Lei n.º 75 / 95, de 20 de Abril; Decreto-Lei n.º 180 / 2006, de 6 de Setembro.

ideal, agrupando as exigências máximas nos diferentes fatores, negligencia as múltiplas formas de cultivo. Assim sendo, esta avaliação feita mediante um processo de descarte de limitações não serve para considerar outra escala temporal ou outro enquadramento tecnológico se não aquele para o qual foi pensada.

A cartografia de uso e ocupação revela problemas semelhantes, pois descreve a cobertura e o uso atual. Tal como a RAN e a REN, não só fornecem uma imagem estática no tempo, como muitas vezes é elaborada segundo um grau de rigor questionável. Definitivamente, esta cartografia serve, sobretudo, as necessidades da atualidade, nomeadamente as de planeamento territorial.

É então neste sentido que se compreende a importância do mapa de usos potenciais da terra, como ferramenta que nos permite refletir sobre o aproveitamento da terra no passado, neste caso no Período Romano. Mas para que o significado histórico deste mapa seja efetivo, importa que esta ferramenta seja construída por arqueólogos, pois o bom enquadramento na cronologia em que se pretende aplicar determina o valor do mapa. Por outro lado, é imprescindível uma nova abordagem metodológica, que faça desaparecer a noção de “limitações do solo”, para dar lugar à ideia de qualidades que potenciam a terra, essas qualidades relacionam-se com elementos básicos como o solo, o clima ou as características do sítio. É igualmente importante substituir o conceito de “solo” em detrimento do de “terra”, nos moldes em que o define a FAO (1976; 2007): a terra (ou *land*) como um conceito mais amplo, que aglutina todo o ambiente físico – o clima, o solo, o relevo, a hidrografia, a vegetação.

“[...] land as an area of the earth’s surface, the characteristics of which embrace all reasonably stable, or predictably cyclic, attributes of the biosphere vertically above and below this area, including those of the atmosphere, the soil and underlying geology, the hydrology, the plant and animal populations, and the results of past and present human activity, to the extent that these attributes exert a significant influence on present and future uses of the land by humans.” (FAO, 2007).

4.2. A CRIAÇÃO DE UM MAPA DE USOS POTENCIAIS DA TERRA

O mapa de usos potenciais da terra não assume um carácter determinante e não espelha o uso efetivo da terra em Período Romano. A noção de uso potencial reflete antes o seu carácter norteador, encaminhando-nos para o uso provável com base em critérios genéricos, passíveis de se aplicar na longa diacronia. Desta forma, podemos

tentar inferir possíveis formas de produção agrária e fundamentar as estratégias de assentamento em Período Romano.

A metodologia aqui proposta permite-nos avaliar, neste caso para parte do *ager* da *civitas Igaeditanorum*, o uso potencial da terra e, por conseguinte, perceber o quão determinante terá sido, para o estabelecimento dos assentamentos rurais, a existência de terras com maior aptidão agrícola. O senso comum levar-nos-ia, quase de imediato, a dar por garantido o critério da aptidão agrícola (entre outros) nas estratégias locacionais, desde logo porque, como já vimos, em princípio qualquer *villa*, casal ou quinta romana praticaria a agricultura com maior ou menor intensidade. Ainda assim, importa entender até que ponto a terra constitui o critério predominante para as estratégias de ocupação ou se outras atividades foram fatores motivacionais para essas mesmas estratégias.

O modelo aqui desenvolvido aplica-se apenas a 2500 hectares da vasta *civitas* em estudo. A escala utilizada (Carta Militar de Portugal n.º 270, à escala 1: 25 000) reflete os condicionalismos já descritos (essencialmente tempo e meios), e a escolha posicional subjaz os trabalhos de prospeção intensiva desenvolvidos. Infelizmente, nesta primeira fase, o reduzido espaço ao qual nos cingimos não permite testar todas as capacidades deste método, nomeadamente o potencial preditivo que pode assumir quando ampliada a sua escala.

O mapa de usos potenciais, segundo a metodologia aqui desenvolvida, apresenta várias vantagens. A mais importante reside talvez no facto de nos permitir elaborar uma cartografia contextual, o que significa que não se limita necessariamente ao Período Romano. Por outras palavras, esta metodologia pode ser aplicada em qualquer cronologia e conjuntura económica, agrícola e tecnológica, mas uma vez feita de acordo com um determinado contexto, ela fica determinada historicamente. Isto significa que os parâmetros devem ser ajustados aos diferentes períodos e contextos históricos, pois a capacidade tecnológica que, por exemplo, Roma deteve em pouco se assemelha ao contexto tecnológico, por exemplo, das sociedades proto-históricas. Os parâmetros que determinam a potencialidade da terra não são, portanto, universais. Este tipo de cartografia permite-nos ainda considerar diferentes formas de exploração agrícola, por exemplo se é uma exploração de uso extensivo ou de uso intensivo, de sequeiro ou de regadio; autoriza a aplicação de diferentes escalas de trabalho; o cruzamento de um mapa de usos potenciais da terra de uma determinada zona com o povoamento aí conhecido, pode encerrar um potencial preditivo, porém este aspeto deve ser avaliado com cuidado e cumprir alguns requisitos: só se pode considerar o povoamento da cronologia com base na qual o mapa foi elaborado e esse cruzamento tem que mostrar

resultados que sugiram uma preferência por espaços classificados de uma determinada forma, por exemplo caso se comprove que o povoamento aparece predominantemente em zonas de boa aptidão agrícola. Além dos aspetos já mencionados, importa ainda referir que este método tem a grande vantagem de possibilitar que sejam feitas alterações ao nível dos parâmetros introduzidos que contribuem para a avaliação da aptidão agrícola, essas alterações podem pressupor uma adição de parâmetros ou, pelo contrário, uma remoção de parâmetros que, entretanto, possam deixar de fazer sentido utilizar.

Porém, importa entender que o mapa de usos potenciais não é uma proposta decretória, mas sim uma proposta com limitações. A consciência prévia da margem de erro é uma etapa importante que deverá ser sempre tida sempre em consideração. O erro de um mapa de usos potenciais pode derivar de diferentes aspetos. Entre eles destaca-se o facto de estarmos a construir um mapa de potencial agrícola global a todas as culturas, o que implica um trabalho de generalização das qualidades da terra e, nessa medida e de certa forma, desconsideração das condições específicas e ideais que cada cultura requer para um bom desenvolvimento. Ao já referido, acresce o facto das fronteiras que delimitam zonas de maior ou menor potencial agrícola corresponderem no mapa a demarcações representativas da realidade, mas não a realidade em si, pois a determinação exata do sítio onde começa um tipo ou outro de solo é difícil de estabelecer, sobretudo se pensarmos que existem áreas de transição ou indefinição. Outro problema prende-se com o processo matemático que subjaz a contiguidade espacial dos fenómenos, que parte de um conjunto discreto de pontos, ou seja, a superfície é determinada a partir de uma recolha amostral (por exemplo a altitude representada por uma curva de nível contem valores descontínuos) considerando a primeira Lei de W. Tobler: fenómenos espacialmente mais próximos relacionam-se mais do que aqueles que estão espacialmente mais afastados. Finalmente, importa considerar o erro inerente a qualquer tentativa de ler as marcas do passado na paisagem e, naturalmente, o erro inerente à condição humana. E, provavelmente, mais algum outro que não fomos, de momento, capazes de identificar.

Nos diferentes estudos onde esta metodologia é aplicada, o conjunto de critérios utilizados para a ponderação do potencial da terra nunca são iguais, mas muitos repetem-se. A maior parte das abordagens ao uso potencial da terra na análise histórico-arqueológica (cf. Carballo Arceo, 2001; Currás Refojos, 2014a e b; Parcero Oubiña, 2002; Xusto Rodríguez, 1993) cingem-se a uma reclassificação de estudos técnicos que avaliam a capacidade produtiva atual através de análises multivariáveis, como por exemplo o *Mapa de Capacidad Productiva de los Suelos de Galicia* (MCPSG) (Díaz-Fierros Viqueira e

Gil Sotro, 1984) ou a *Carta dos solos e da aptidão da terra de entre Douro e Minho* (CSATEDM) (DRAEDM, 1995); enquanto outros estudos, nomeadamente o do presente trabalho, criaram o mapa de raiz, através do cálculo e ponderação dos critérios necessários à avaliação do potencial agrícola (cf. Fábrega Álvarez *et al.*, 2005; Orejas Saco del Valle, 1996).

4.2.1. OS PARÂMETROS CONSIDERADOS

Os critérios que fundamentam os mapas técnicos que avaliam a capacidade produtiva atual através de análises multivariáveis são diversos. Por exemplo, no caso do *Mapa de Capacidad Productiva de los Suelos de Galicia* (MCPSG) (Díaz-Fierros Viqueira e Gil Sotro, 1984; cf. síntese em Currás Refojos, 2014a; 2014b) encontramos os seguintes:

- A. Principais características da terra, divididas em 7 classes que se estruturaram a partir da **pendente**, da **profundidade** do solo, da ocorrência de **afloramentos rochosos** e do risco de **erosão**.
- B. **Risco de geada**, dividido em 5 classes estruturadas relativamente ao tempo que uma dada área está sujeita à geada. A geada importa na medida em que pode pôr em causa a colheita.
- C. **Regime hídrico**, dividido em 9 classes de acordo com o número de dias que chove por ano e, portanto, relacionado com o excesso / déficit de água presente no solo.
- D. **Disponibilidade de nutrientes**, dividida em 5 classes atendendo à quantidade de nutrientes do solo original (excluindo os artificiais), o que se faz atendendo ao pH e à saturação.
- E. **Toxicidade**, em função dos níveis de salinidade ou níquel dos terrenos.

No caso da *Carta dos solos e da aptidão da terra de entre Douro e Minho* (CSATEDM) (DRAEDM, 1995; cf. síntese em Currás Refojos 2014a; 2014b) encontramos:

- A. **Temperatura**, dividida em 3 classes que consideram a temperatura média anual e o risco de geada.
- B. **Profundidade** dos solos, dividida em 4 classes.
- C. **Fertilidade** dos solos, dividida em 3 classes.
- D. Capacidade de **drenagem** do solo, dividida em 4 classes.
- E. **Disponibilidade de água** no solo, dividida em 4 classes segundo a quantidade de água ao longo do ano.

- F. **Risco de erosão**, dividido em 5 classes que combinam pendente e erosão.
- G. **Afloramento rochoso**, dividido em 3 classes de acordo com a quantidade percentual de afloramento.
- H. **Pedregosidade**, dividida em 2 classes de acordo com a presença de pedra e cascalho à superfície.
- I. **Pendente**, dividido em 5 classes.

Para a elaboração do mapa de usos potenciais da terra aplicado ao território de Idanha-a-Velha no Período Romano, não foi possível recolher dados que nos permitissem considerar todos estes critérios. Embora estejamos conscientes do risco que corremos ao considerar valores atuais para qualquer um dos parâmetros, entende-se que esta generalização é mais grave para alguns critérios do que para outros. Por outro lado, a determinação de alguma dessa informação para o Período Romano, como por exemplo dados relacionados com a disponibilidade de nutrientes ou a toxicidade do solo, exigiria por si só um trabalho de investigação independente. Desta forma, e contando sempre com alguma margem de erro, foram considerados aqueles critérios cujas alterações no tempo não deverão ter sido muito significativas. Os obstáculos que nos impedem de considerar muitos dos parâmetros que contribuem para uma melhor avaliação da aptidão das terras romanas de Idanha, tem mais impacto pelo facto da nossa escala de trabalho ser reduzida, repercutindo-se numa menor heterogeneidade relativamente àquela que poderíamos ter se ampliássemos a escala ou se tivéssemos acesso a todos estes critérios com um rigor apurado.

A determinação dos critérios que permitem construir um mapa de usos potenciais pressupõe a utilização de uma grande variedade de fontes. Cada um desses parâmetros desenvolvidos implicou a utilização de um determinado recurso - seja a consulta de bibliografia específica, a análise de fotografia aérea, a leitura de cartografia temática ou a elaboração de cálculos com recurso às ferramentas dos SIG. Também teria sido importante percorrer o terreno no sentido de comprovar alguns dos dados obtidos. Porém, o tempo que esse trabalho de reconhecimento exigiria e o prazo imposto para a elaboração do presente trabalho não eram compatíveis.

Deste modo, resta descrever quais foram os parâmetros aqui utilizados para elaborar o mapa de usos potenciais da terra e de que modo é que se obtiveram. Em termos gerais, consideraram-se características respeitantes ao solo - o tipo; ao território - o relevo e os afloramentos rochosos; e, com menos sucesso por motivos que se explicarão mais à frente, ao clima.

O **solo** é um elemento fundamental enquanto base de toda a atividade agrícola. Define-se como um corpo dinâmico, natural e não consolidado, constituído por material orgânico, mineral e matéria viva, que está constante e simultaneamente a ser adicionado, removido e transformado. Diferentes fatores contribuem para a constituição de um solo: além dos naturais, contam-se os artificiais englobados por toda a atividade humana potencial (agricultura, enterramentos, lixeiras, etc.). É a conjugação dos vários fatores que determina a especificidade de cada solo. Entre os constituintes básicos de um solo (Reed *et al.*, 2000: 6-7) podemos contar com: matéria mineral ou inorgânica, cristalina ou amorfa, como por exemplo as rochas e os minerais; substâncias orgânicas, formadas por atividade bioquímica, como por exemplo a atuação conjunta de animais e microrganismos na decomposição de folhas mortas de plantas, tecidos radiculares, etc. Estas, tendem a concentrar-se nas proximidades da superfície onde a atividade biológica é mais intensa e, por esse motivo, esses solos são frequentemente mais escuros relativamente aos mais profundos. Estas substâncias constituem uma reserva de nutrientes e protegem os solos contra alterações de pH; e finalmente os poros do solo, que armazenam água e gases atmosféricos. A transferência dos nutrientes para as plantas é possível graças à água, enquanto o ar contido no solo constitui a fonte de oxigénio que permite a respiração radicular e microbial.

A formação de um solo (ou pedogénese) (Reed *et al.*, 2000: 7-10) é um processo moroso, onde a intensidade e direção com que ocorre podem oscilar no decorrer do tempo. Este processo tem início com a desagregação lenta da rocha mãe (através da água, do vento, etc.) e quando é formado na zona de origem de degradação denomina-se residual, mas se esse solo residual sofrer a ação transportadora provocada pelo vento ou pela água, perdendo o vínculo com a rocha original, denomina-se solo transportado.

Depois de formado, um solo evoluído estrutura-se num conjunto de camadas, paralelas à superfície. Desde o ponto de vista edafológico, cada uma dessas camadas tem uma nomenclatura própria, a da classificação portuguesa é: Horizonte O, Horizonte A, Horizonte B e Horizonte C. (cf. Tabela 5).

No que concerne a distribuição dos solos na paisagem, a topografia tem um papel determinante. O clima e a atividade biológica constituem outros fatores importantes para a formação de um solo. A temperatura e quantidade de água que circulam num perfil afetam a matéria orgânica, a profundidade de acumulação da argila, do carbonato de cálcio e / ou sal, o tipo de minerais presentes, o pH, a cor e a distribuição de ferro, alumínio e fósforo. A pedogénese conta ainda com a influência dos animais, das plantas e dos microrganismos, por exemplo, animais como formigas ou minhocas misturam o solo,

raízes de plantas retiram nutrientes do solo para os depositar nas suas folhas, micróbios decompõem detritos de plantas e animais, etc.

Uma vez que o solo se trata de um elemento estrutural da terra, é importante conhecer a sua dinâmica, mas as suas características apenas nos interessam aqui na medida em que discriminam a sua maior ou menor aptidão agrícola. Cada tipo de solo inclui diferentes variáveis físicas, químicas e biológicas que influenciam o tipo de utilização que dele é feita. Deste modo, podemos distinguir as seguintes ordens de solos:

- A. Incipientes (subordem: litossolos, regossolos, aluviosolos e coluviosolos): são solos em formação, não evoluídos, sem horizontes definidos e, portanto, reduzidos a material originário.
- B. Litólicos (subordem: litólicos húmicos e litólicos não húmicos): pouco evoluídos, pouco profundos, não calcários, baixo teor de matéria orgânica, permeabilidade rápida.
- C. Calcários (subordem: calcários pardos e calcários vermelhos): pouco evoluídos, baixo teor de húmus, pouca vegetação, permeabilidade moderada a rápida.
- D. Barros (subordem: barros pretos e barros castanho-avermelhados): evoluídos, férteis, de cor escura, textura muito pesada (necessidade de maquinaria pesada) e sérios problemas de drenagem.
- E. Argilosos pouco insaturados (subordem: mediterrâneos pardos e mediterrâneos vermelhos ou amarelos): evoluídos, férteis.
- F. Podzolizados (subordem: podzóis e podzóis hidromórficos): evoluídos, baixo teor de matéria orgânica, acidificação do húmus, permeabilidade rápida.
- G. Halomórficos (subordem: salinos): com grandes quantidades de sal.
- H. Hidromórficos (subordem: sem horizonte eluvial e com horizonte eluvial): sujeitos a inundação.
- I. Orgânicos hidromórficos (subordem: solos turfosos): sujeitos a inundação, mas com alto teor de matéria orgânica.

Na tabela 6 podemos observar as diferentes unidades pedológicas da área de estudo e no mapa 5 a sua distribuição no espaço. Neste sentido, distinguimos uma grande mancha na zona centro-norte, onde predominam as seguintes unidades pedológicas:

(Arg) - Imperam aqui os afloramentos rochosos de granitos ou quartzodioritos. Trataremos destes afloramentos mais à frente e veremos que peso têm no mapa de usos potenciais.

(Pg) - Os solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins são pouco evoluídos, surgem de rochas calcárias e caracterizam-se por perfis A B ou A B C, com profundidades que podem atingir os 15 a 25 cm no horizonte A, se incluir B - 10 a 40 cm e mais de 10 cm no C (Cardoso, 1965: 82).

(Eg) - Litossolos dos climas de regime xérico, de granitos ou quartzodioritos, solos esqueléticos e incipientes, surgem de rochas consolidadas e não apresentam horizontes definidos, geralmente reduzem-se a um perfil tipo C R, embora se possa criar um tipo A incipiente. Geralmente apresentam uma profundidade inferior a 10 cm, baixo teor orgânico e compreendem fragmentos da rocha-mãe meteorizados (Cardoso, 1965: 65-67).

(Egn) - Litossolos dos climas de regime xérico, de gnaisses ou rochas afins (ver descrição acima).

(Pgn) - Solos mediterrâneos, pardos, de materiais não calcários, normais, de gnaisses ou rochas afins. Com perfis A (com 20 a 30 cm de espessura) B (15 a 40 cm de espessura) e C (Cardoso, 1965: 168).

No que respeita a zona central do mapa, documenta-se um predomínio das seguintes unidades pedológicas:

(Ex) - Litossolos de xistos ou grauvaques. Estes solos, esqueléticos e incipientes, surgem de rochas consolidadas e não apresentam horizontes definidos, geralmente reduzem-se a um perfil tipo C R, embora se possa criar um tipo A incipiente. Geralmente apresentam uma profundidade inferior a 10 cm, baixo teor orgânico e compreendem fragmentos da rocha-mãe meteorizados (Cardoso, 1965: 65-67). Desta forma, este tipo de solo apresenta baixo interesse agronómico, podendo servir para mata, ou seja, superfície com espécies arbóreas e arbustivas silvestres (portanto sem intervenção do homem) e pastagens (possivelmente espontânea).

(Vx) - Os solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de xistos constituem os segundos mais dominantes. Estes solos, evoluídos, compreendem os horizontes A (entre 15 a 25 cm de profundidade), B (20 a 50 cm de profundidade) e C (mistura do horizonte anterior com fragmentos de rocha-mãe) (Cardoso, 1965: 219).

(Px) - Solos mediterrâneos, pardos, de materiais não calcários, normais, de xistos ou grauvaques. Com perfis A (com 15 a 25 cm de espessura) B (10 a 30 cm de espessura) C (Cardoso, 1965: 169).

A mancha definida a sudeste define-se por um marcado predomínio de:

(Sr) - Solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de materiais não calcários, normais, de "rañas" ou depósitos afins. Definidos por um perfil A (15 a 25 cm de profundidade) B (20 a 50 cm de profundidade) C (Cardoso, 1965: 220-221).

A sudoeste encontramos uma realidade muito semelhante à do centro norte, onde se regista o predomínio de:

(Pg) – Solos litólicos não húmicos de granitos ou rochas afins (descritos em cima).

(Arg) – Afloramentos rochosos de granitos ou quartzodioritos.

A área de trabalho alvo do nosso estudo apresenta, em termos gerais e estritamente do ponto de vista da análise dos solos, solos de baixo interesse agronómico. A presença de solos esqueléticos, de pouca profundidade, é muito efetiva e mostra-nos como a criação de um mapa de classes de uso do tipo intensivo / extensivo resulta desequilibrada nesta área, pois verifica-se um uso potencial extensivo muito marcado relativamente ao uso potencial intensivo que se limita a pequenas áreas que se estendem nas proximidades das linhas de água, como veremos melhor mais à frente. Por outro lado, sabemos que os solos delgados que predominam nesta área poderão ter servido para mata, ou seja, zona com espécies arbóreas e arbustivas silvestres (portanto sem intervenção do homem) e pastagens (possivelmente espontânea). Porém, importa entender que esta é uma perspetiva demasiado redutora, porque apenas considera o fator solo que pode ser grandemente influenciado pela presença de água.

Deste modo, tendo apenas em consideração a carta de solos para esta área, entendemos que predominam solos de baixa aptidão agrícola, seguindo-se as áreas de afloramento rochoso e, finalmente, outras áreas mais pontuais com solos com alguma profundidade e que, embora não sejam o cenário agrícola ideal, poderão ter permitido algum tipo de atividade agrícola.

A determinação do **afloramento rochoso** foi elaborada à parte, manualmente, num processo analítico-dedutivo, através da fotointerpretação e vetorização direta sobre a fotografaria aérea do *Bing Maps* por meio do QGIS (cf. Mapa 6 e 7). As manchas delimitadas como sendo afloramento rochoso de granitos ou quartzodioritos são consideradas nulas desde o ponto de vista do potencial agrícola. Ao observarmos o mapa 6 verificamos que existem duas manchas deste tipo na nossa área de trabalho, a mais expressiva no centro norte e uma outra mais reduzida a sudoeste.

O **relevo** apresenta-se como um elemento estrutural do solo já que pode influenciar a sua formação e potencialidade de diferentes formas. A variação da morfologia, do declive e da altitude joga com a alternância da incidência da luz solar e dos ventos, consequentemente com a ação da erosão, com a infiltração ou escoamento das águas da chuva, com a acumulação ou arrastamento de detritos, ou mesmo com a profundidade que podem atingir os solos (Reed *et al.*, 2000: 7-10). Desta forma, o relevo constitui um fator determinante para a avaliação do potencial agrícola, mas complexifica-se se

pensarmos que cada cultura tem o seu grau de tolerância à pendente e que a pendente pode constituir um maior ou menor impedimento de acordo com a disponibilidade tecnológica, sendo este o motivo pelo qual as classes de pendentes determinadas em mapas de potencial atual, como o MCPSG ou CSATEDM, não são válidas para o passado.

Um relevo montanhoso, normalmente elevado e de declive abrupto, está mais sujeito à ação do vento e, portanto, tem maior risco de erosão e menor profundidade, não sofre processos de retenção pois proporciona o transporte e escorrências. Este tipo de impedimento pode, porém, e em algumas situações, ser contornado com a construção de terraços (cf. terraços do nordeste da Lusitânia em Ruiz del Árbol Moro, 2001).

Em contrapartida, uma zona de vale tende à acumulação já que sofre o resultado dos processos de escorrências, o que se pode traduzir num potencial agrícola reduzido na perspectiva da antiguidade, sobretudo se nos situarmos desde o ponto de vista do pequeno / médio camponês que não deveria dispor da tecnologia ideal necessária ao trabalho deste tipo de terras comprimidas (cf. alfaias agrícolas romanas em Alarcão, 1997: 136-148; 2004: 29-39). A lavra não seria feita nestes solos pesados. Quando muito, praticava-se alguma horticultura, se estes solos estivessem nas proximidades dos núcleos habitacionais. Como alternativa, é também muito provável que este tipo de solos tenha sido drenado, porém é difícil documentar vestígios dessa prática já que as soluções devem ter passado pela criação de canais de drenagem no próprio solo. Teoricamente, os planaltos, localizados em zonas altas, as planícies, localizadas em zonas baixas, e as colinas, situadas em zonas intermédias, são relevos com declives planos ou ligeiros e constituem o tipo de relevo, *grosso modo*, com maior potencialidade agrícola. Em teoria, as planícies apresentam um potencial mais elevado relativamente aos planaltos e colinas, já que estes, por se situarem em pontos altos ou intermédios, acabam por estar mais suscetíveis à erosão.

O mapa 1 representa o relevo da área de trabalho. Neste mapa do tipo raster, denominado Modelo Digital do Terreno (MDT), cada *pixel* contém um valor altimétrico e à totalidade desses valores é atribuída uma rampa de cores que nos permitem perceber melhor a morfologia do terreno. Este mapa foi gerado mediante um cálculo de interpolação no QGIS, tendo por base as curvas de nível da CMP 206 à escala 1 / 25 000.

A informação presente neste mapa, por si só, pouco nos oferece. A utilidade de um MDT resulta melhor no momento em que o cruzamos com outros dados, como os relativos ao povoamento, mas também ao utilizá-lo como base para distintos cálculos

passíveis de serem executados em ambiente SIG, como por exemplo a criação de um mapa de declives, de exposição solar, de visibilidade, entre outros.

Ao observarmos o MDT gerado entendemos que a área de trabalho aqui em causa é relativamente uniforme no que respeita ao relevo. A altimetria da região varia entre os 250 metro e 570 metros, registando-se valores mais elevados a sudeste, na Serra da Murracha, e valores mais suave a noroeste, em torno do rio Ponsul.

Para obtermos uma melhor perceção da orografia e da altimetria do território de Idanha calculámos cinco perfis topográficos, com base na ferramenta *Terrain Profile* do QGIS (cf. Mapa 9). Estes cortes encontram-se distribuídos de forma representativa por toda a área de trabalho e atestam as principais oscilações altimétricas, denunciando uma plataforma com pouca variação orográfica entre o rio Ponsul e a Serra da Murracha. É sobretudo nessa plataforma onde se localizam os nossos sítios arqueológicos de carácter rural, denunciando uma preferência pelos locais de baixa altitude, embora seja de considerar a ausência de prospeções nos sítios mais elevados.

A superfície de declives, obtida a partir do MDT, assinala através de um jogo de cores a inclinação do terreno, neste caso calculada em percentagem. O processo de reclassificação desta superfície implicou a análise das classes de declive criadas por outros investigadores para os seus mapas de usos potenciais (Currás Refojos, 2014a; 2014b; Orejas Saco del Valle, 1996; Romero Perona, 2015). Contudo, o facto da maioria desses autores disporem de uma escala mais ampla e heterogénea que a nossa e utilizarem um sistema de classificação final distinto do aqui criado, não nos permitiu utilizar o mesmo sistema. Ainda assim, foi possível entender que estes autores têm em comum a seguinte consideração: declives superiores a 30% / 35% são, desde o ponto de vista da aptidão agrícola, problemáticos. Deste modo, na reclassificação dos declives de Idanha, foi fácil estipular o limite máximo de declive, os restantes podemos ver na tabela 8.

Declive (%)	Descrição	Ponderação
0 a 5	Plano	Potencial alto
5 a 15	Moderadamente ondulado	Com potencial
15 a 30	Inclinado	Potencial moderado
> 30	Ingreme	Sem potencial

Tabela 8: Classificação dos declives da área de trabalho.

Observando o mapa gerado (cf. Mapa 10), onde os tons de verde indicam as zonas com menor declive e o cor-de-laranja e preto as zonas de declive mais acentuado,

constatamos que a declividade da nossa área de trabalho não é muito elevada, revelando um potencial alto, pois as zonas de declive acentuado (> 30 %) são muito pontuais, quase imperceptíveis, enquanto predominam em quase toda a extensão desta área as zonas planas (0 a 5 %) e moderadamente onduladas (5 a 15 %). Os declives de 15 a 30 % definem as proximidades das linhas de água e sobretudo o contorno da Serra da Murracha.

O **clima** constitui um fator físico muito importante para a produção agrícola, já que determina a distribuição das espécies cultivadas. Cada espécie tem uma resistência concreta à temperatura e exige quantidades específicas de água. A luz solar exerce o seu papel no processo de fotossíntese e a ação dos ventos pode, por um lado, contribuir positivamente para o processo de polinização e, por outro, fomentar a erosão dos solos.

Porém, a sua ponderação para a execução do mapa de usos potenciais, a esta escala, não tem qualquer impacto, pois a totalidade da área aqui analisada corresponde ao mesmo tipo de clima. Ou seja, fatores como o regime hídrico, o regime de geadas ou a temperatura não são critérios passíveis de serem avaliados no presente mapa e de constituírem fatores diferenciadores de zonas.

Ainda assim, importa referir que o clima de Portugal Continental, de acordo com a classificação de Köppen, é temperado e divide-se em duas regiões: *grosso modo* o interior do Algarve e do Alentejo, a Beira Baixa e uma parte de Trás-os-Montes, registam invernos chuvosos e verões secos e quentes; o resto do país regista invernos chuvosos e verões secos e pouco quentes (cf. www.ipma.pt). Genericamente, o litoral português apresenta uma amplitude térmica anual (i.e., diferença entre a temperatura máxima e mínima) reduzida, ao contrário do interior onde se registam invernos frios e verões quentes (Ferreira, 2000: 24-27).

No caso concreto da Beira Baixa, como já foi referido, regista invernos chuvosos e frios e verões quentes e secos. A precipitação média anual em Castelo Branco situa-se entre os 700 e 800 mm. A pouca capacidade de retenção de água, devido em parte à secura da região, levam a que até a principal linha de água da região, o rio Ponsul, escasseie deste elemento no verão. Assim se entende a grande densidade de poços e outras estruturas de função semelhante por estes territórios (cf. Mapa 4).

Finalmente, falta-nos considerar o parâmetro da **exposição solar** (cf. Mapa 11). A exposição solar das vertentes que delimitam o território foi calculada em ambiente SIG, tendo por base os valores da altimetria. Esta superfície matricial revela, em função da orientação das vertentes, quais as zonas mais expostas à luz solar ou mais sujeitas à sombra. Também aqui se utilizou uma rampa de cores contrastante para diferenciar as

zonas sombrias, indicadas a amarelo, as soalheiras, indicadas a roxo, e as planas, indicadas a branco.

A consideração deste parâmetro na criação do mapa de usos potenciais da terra parte do princípio de que as superfícies situadas entre os 90° e 270°, ou seja, voltadas a sul, sudeste e sudoeste, recebem mais luz solar, o que contribui positivamente para o potencial agrícola que as terras encerram; por outro lado, as superfícies situadas entre os 0° e os 90° e situadas entre os 270° e 0°, portanto voltadas a norte, noroeste e nordeste, são superfícies com um potencial agrícola mais reduzido. No caso das zonas planas, assinaladas a branco no mapa, optámos por lhes dar um peso positivo, semelhante ao atribuído às zonas solarengas; esta opção resulta do facto de conhecermos o território o suficiente para saber que os planos que temos se situam em zonas abertas, recebendo a luz solar sem impedimentos orográficos. Em contrapartida, deve ser dado um peso negativo àquelas zonas planas que se situam numa paisagem fechada, ou seja, rodeadas por elevações que impedem a passagem da luz solar.

Esta visão da potencialidade da exposição solar para a agricultura é uma interpretação ampla e necessária quando elaboramos um mapa de usos potenciais da terra genérico, que não considera cultura a cultura. Falando em termos gerais, é um facto que a receção de luz solar é determinante para o crescimento positivo das plantas, porém cada cultura tem um regime próprio no que respeita a quantidade de luz absorvida, o que significa que a exposição solar direta não é necessariamente o cenário ideal para todas as culturas.

4.2.2. O PROCESSAMENTO DOS CRITÉRIOS E A DETERMINAÇÃO DE CLASSES

Uma vez obtidos os dados relativos a cada um dos parâmetros considerados, toda a informação foi processada e analisada em ambiente SIG, procedendo-se então à criação de classes de uso potencial da terra, são elas: uso potencial extensivo máximo (cf. Fot. 1), uso potencial extensivo médio (cf. Fot. 2), uso potencial intensivo (cf. Fot. 3 e 4) e uso potencial nulo (cf. Fot. 5).



Fot. 1: Aspeto atual de uma zona de uso potencial extensivo máximo. Imagem captada em agosto de 2017.



Fot. 2: Aspeto atual de uma zona de uso potencial extensivo médio. Imagem captada em agosto de 2017.



Fot. 3: Aspeto atual de uma zona de uso potencial intensivo. Imagem captada em agosto de 2017.



Fot. 4: Aspeto atual de uma zona de uso potencial intensivo. Imagem captada em agosto de 2017.



Fot. 5: Aspeto atual de uma zona de uso potencial nulo. Imagem captada em agosto de 2017.

A construção de classes de uso potencial da terra é um passo que pressupõe uma conversão dos dados que temos para cada um dos parâmetros, mas essa conversão só é possível através da atribuição de um peso ou significado à informação. Por outras palavras, se optarmos por designar os dados dos vários parâmetros de objetos, podemos considerar as classes como um sistema que agrupa objetos com atributos que têm algo em comum, mas que não são iguais. Assim, agrupamos na classe de uso extensivo máximo, todos aqueles objetos que admitem um uso extensivo da terra. Esta classe representa, portanto, o potencial agrícola extensivo máximo de Idanha. A classe de uso potencial extensivo médio, inclui todos aqueles objetos que admitem um uso extensivo da terra, mas que pressupõem um grau de dificuldade maior relativamente à classe anterior. A classe de uso intensivo da terra, diz respeito, tal como o nome indica, aquelas áreas passíveis de se fazer uma agricultura de tipo intensivo. Enquanto a classe de uso potencial nulo representa aquelas áreas cujos objetos naturais não permitem que aí se exerça qualquer tipo de agricultura.

Este trabalho de agrupamento das qualidades da terra em classes conta sempre com alguma subjetividade, embora aqui tenhamos tentado adotar o máximo de coerência possível. Não existe uma fórmula que nos permita avaliar com total rigor qual é o peso da influência de cada um dos parâmetros naturais para a exploração agrícola e tal constitui um problema acrescido para os arqueólogos, pois nem sempre temos formação necessária para fazer esta avaliação ao nível de um agrónomo.

As classes utilizadas para determinar o uso potencial da terra em períodos recuados têm variado de autor para autor: Currás Refojos (2014a e b), Parceró Oubiña (2002) e Fábrega Álvarez *et al.* (2005) classificaram a terra de acordo com o seu potencial

extensivo, intensivo e nulo; Orejas Saco del Valle (1996) optou por classificar o uso potencial da terra em culturas de sequeiro, culturas de regadio e de captação; Carballo (2001) utiliza a noção de alta qualidade, baixa qualidade e não cultivável; Romero Perona (2015) optou pela criação de classes de uso intensivo, extensivo, regadio / pastos e nulo.

No nosso ponto de vista, a classificação da terra em categorias de uso potencial intensivo e uso potencial extensivo é a escolha ideal porque são termos suficientemente abrangentes e representativos. As áreas de uso intensivo caracterizam-se, *grosso modo*, por solos pesados, muito nutridos, enquanto as áreas de uso extensivo representam uma menor capacidade produtiva, com solos ligeiros, bem drenados, pouco profundos, muito dependentes do clima e da litologia. Porém, a área de estudo aqui em causa, desde logo face à sua amplitude, não é suficientemente representativa desta diversidade. Basta-nos uma análise rápida aos solos que caracterizam esta região para perceber que, ao adotar uma classificação deste tipo, o resultado final é o de uma mancha uniforme, quase na sua totalidade reduzida ao uso de tipo extensivo. Desta forma, o motivo que nos leva a considerar a distinção entre uso extensivo e intensivo é o facto de utilizarmos uma escala de trabalho muito reduzida (mas compaginável com o ensaio feito para um mestrado).

Todo este processo de conversão resume-se na seguinte tabela 9:

Parâmetros / Classes	Potencial extensivo máximo	Potencial extensivo médio	Potencial intensivo	Potencial nulo
Declive	0-15%	15-30%	0-15%	>30 %
Exposição solar	solarengo	sombrio	solarengo	-
Solos	solos podzolizados; solos argiluvitados	solos incipientes; solos litólicos	solos incipientes da subordem aluviosolos; solos incipientes da subordem coluviosolos	zonas de afloramento rochoso; área social; solos hidromórficos

Tabela 9: Classes de uso potencial da terra.

Depois de reunidas as características que compõem cada classe, procedeu-se à representação cartográfica das mesmas, resultando no nosso mapa final - o mapa de usos potenciais das terras em torno de *Igaedis*, onde é atribuída uma cor distinta a cada classe de solos (cf. Mapa 14 e 15).

Esta cartografia foi elaborada em ambiente SIG e tem por base métodos fundamentados em álgebra de mapas. A lógica subjacente a este processo matemático

explorado por Dana Tomlin em *Geographic Information Systems and Cartographic Modeling* (1990), é a de que um mapa pode ter associado a cada local da sua área um valor quantitativo ou qualitativo e, com base nesses valores, é possível realizar diferentes tipos de operações: de vizinhança, zonais e pontuais. Aqui realizou-se uma operação do tipo pontual, o que significa que os valores de cada uma das células do nosso mapa de usos potenciais da terra dependeu dos valores que se encontravam na mesma posição geográfica em cada mapa relativo aos vários parâmetros empregues na sua construção.

Dentro desta operação, os dois passos mais importantes para a obtenção do mapa final foram:

- A. Atribuiu-se às diferentes áreas dos mapas relativos aos critérios ponderados um valor numérico, fazendo corresponder o valor 0 à classe de aptidão nula, o valor 1 à classe de potencial extensivo médio e o valor 2 à classe de potencial extensivo máximo e o valor 3 à classe de potencial intensivo. Assim, para o mapa relativo aos declives foi atribuído o valor 0 àquelas áreas onde o declive era igual ou superior a 30%, o valor 1 àquelas áreas onde o declive se inseria no intervalo de 15-30% e o valor 2 e 3 àquelas áreas que se inseriam no intervalo situado entre 0-15%. A mesma lógica foi aplicada ao mapa de exposição solar: as áreas classificadas como solarengas receberam o valor 2 e 3, tal como as planas, enquanto as áreas sombrias receberam o valor 1. É legítimo que o leitor estranhe a atribuição do valor 2 às áreas planas, pois estamos conscientes de que um plano se pode inserir numa paisagem aberta, recebendo neste caso bastante luz solar, como também pode inserir-se numa paisagem fechada, por exemplo, caso se localize num vale com uma profundidade significativa, recebendo sombra a maior parte do tempo. A escolha deste peso para as áreas com esta característica prende-se então com a topografia da nossa área de trabalho, que sabemos ser bastante regular e aberta, como aliás o denuncia o MDT. Quanto ao mapa de solos, o princípio utilizado foi o da atribuição do valor 3 aos solos incipientes da subordem aluviossolos e aos solos incipientes da subordem coluviossolos, do valor 2 aos solos podzolizados e solos argiluiados, do valor 1 aos solos incipientes e solos litólicos e do valor 0 às zonas de afloramento rochoso, áreas sociais e aos solos hidromórficos.
- B. Finalmente, uma vez ponderadas estas superfícies matriciais relativas aos critérios utilizados, foi elaborada uma operação de álgebra de mapas para cada um destes parâmetros, originando o mapa de usos potenciais da terra também em formato raster, mas que foi depois convertido para o formato vetorial de modo a obtermos uma melhor representatividade.

Podemos observar os resultados desta metodologia no mapa 14. As manchas preenchidas a verde vivo com linhas diagonais correspondem às zonas de uso potencial extensivo máximo e situam-se, *grosso modo*, ao centro, a sul, sudeste e nordeste. As manchas relativas à classe de uso potencial extensivo médio encontram-se representadas a verde claro e linhas horizontais, encontrando-se dispersas um pouco por toda a área. As zonas tintadas a verde água dizem respeito à classe de uso potencial intensivo e localizam-se, sobretudo, em torno das linhas de água. As zonas a azul escuro e pintas correspondem à classe de uso potencial nulo e predominam a norte, noroeste e sudoeste.

5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MAPA DE USOS POTENCIAIS DA TERRA: A TERRA E O POVOAMENTO RURAL ROMANO EM TORNO DE IGAEDIS

Uma vez descrito o povoamento rural romano (cf. subcapítulo 2.4.2 e tabela 7) e concluído o mapa de usos potenciais da terra (cf. capítulo 4), resta-nos cruzar os dados e unir aquilo que na realidade nunca esteve separado: a terra e as gentes. Essa união visa, em grande medida, relacionar a cidade e o campo e compreender o território de exploração dos assentamentos rurais da *civitas Igaeditanorum*²²: mediante a análise de operatividade e falibilidade do mapa de potencialidade agrícola aqui criado, procura-se i) verificar se os sítios se localizam preferencialmente nas áreas consideradas mais aptas para a agricultura e ii) encontrar as possíveis áreas de influência para cada um dos sítios. Em suma, pretende-se entender quais as relações existentes entre estes sítios e quais as relações existentes entre estes sítios e o meio que os envolve: o quão determinante terá sido a terra no âmbito das estratégias locacionais? Que tipo de sítios encontramos nas zonas de melhor ou pior aptidão agrícola?

Ao observarmos o mapa 15 entendemos de imediato que há uma preferência locacional genérica pelas classes consideradas aptas para a atividade agrícola. De um total de setenta e sete sítios arqueológicos identificados de carácter rural, vinte e sete localizam-se na classe de uso potencial extensivo máximo, trinta na classe de uso potencial extensivo médio, cinco na classe de uso intensivo e quinze na classe de uso nulo (cf. Gráfico 1).

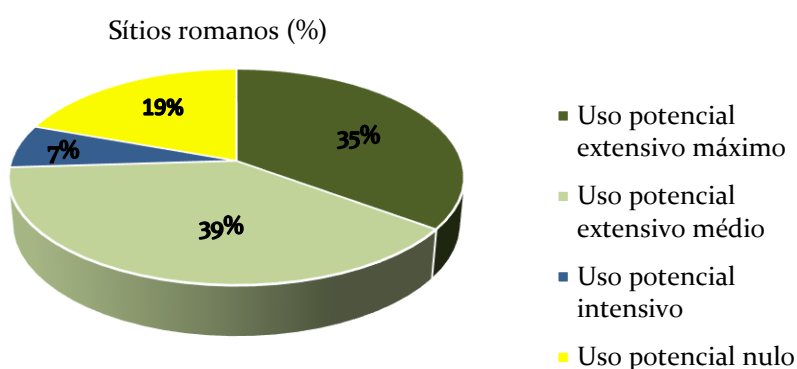


Gráfico 1: Sítios romanos em relação com os usos da terra.

²² Lembramos, apesar disto, que este não é o objetivo central desta dissertação, ainda que possa sê-lo num estudo ulterior, face ao investimento que fizemos na produção de mapas de uso potencial da terra e tendo em conta o manifesto interesse do estudo da relação entre a terra e as comunidades que nela viveram.

Contudo, importa entender que estes resultados são puramente estatísticos e reveladores de tendências. Para além do mais, nenhum sítio arqueológico é um ponto no mapa. Na verdade, a melhor forma de representar os núcleos rurais cartograficamente é através da sua mancha de dispersão, partindo do princípio que esta revela de certa forma a sua área construída, hoje soterrada. Por sua vez, importa considerar que um núcleo de povoamento rural não se cinge, obviamente, à sua área edificada (*pars urbana* e *pars rustica*), aquela que normalmente nos aparece em prospeção, mas inclui também o *fundus* (ou propriedade), composto pelos terrenos cultivados (*ager*), pastagens (*saltus*) e mata (*silva*), partes geralmente mais silenciosas no registo arqueológico, mas fundamentais para o estudo em curso. No entanto, este tipo de representação cartográfica não foi possível de fazer, uma vez que os prospectores destes sítios somente indicam uma coordenada representativa do lugar edificado.

Poderíamos deixar assim esta questão por desenvolver, mas nesse caso não se justificaria o esforço de compreender a relação destes sítios com a potencialidade agrícola porque, como podemos observar no mapa 15, muitos deles encontram-se em zonas de fronteira com outras classes e, quase de certeza, que estes, na prática, conjugaram na área total da sua propriedade várias classes de aptidão agrícola.

Este é um problema que nos deixa com poucas opções. A solução que encontramos para nos aproximarmos das propriedades / terreno explorado, foi a de criar uma área de influência em torno de cada um destes pontos.

Este exercício foi possível através de um cálculo euclidiano denominado *buffer* (Mano, 2012: 23) e que consiste na estipulação de uma distância fixa a partir de um ponto central (que neste caso corresponde a cada um dos sítios arqueológicos). Essa distância define o raio a partir do qual se vai desenhar um círculo em torno do ponto central, sendo o interior desse círculo a área de influência.

Paralelamente a estas áreas de influência de tipo *buffer*, calculámos um outro tipo de área de influência, através do método dos polígonos de Thiessen. Estes territórios poligonais constituem um dos tipos de análise espacial mais utilizados na arqueologia (Wheatley e Gillings, 2002: 149) e consiste num cálculo a partir do qual se geram células, estritamente geométricas, cuja fronteira passa numa zona equidistante entre os centroides, que neste caso são as *villae* e os casais.

Entre o total de sítios identificados, apenas considerámos para o cálculo de áreas de influência as *villae* e os casais, enquanto cabeças de propriedade, excluindo desta forma aqueles sítios cuja natureza funcional não tem qualquer repercussão na posse e exploração da terra, como por exemplo as necrópoles. A partir daqui, aqueles outros que

ajudam a explicar e perceber o povoamento rural foram devidamente cruzados com estes resultados e interpretados, como os lagares ou os *tuguria*. Neste sentido, os polígonos de Thiessen foram calculados a partir de *villae* e casais e os *buffers* criados foram calculados metricamente tendo em conta a proposta de propriedade hipotética estipulada por Jorge de Alarcão (1999: 34), que atribui às *villae* um *fundus* de c. 100 hectares e aos casais propriedades de dimensões que rondam os 5 hectares. Para encontrarmos o raio (valor a partir do qual se desenha o *buffer*) tendo por base medidas de área (hectares) utilizou-se a expressão matemática: $\pi \times r^2$. Obtivemos assim raios de aproximadamente 564 metros para as *villae* e de aproximadamente 126 metros para os casais (cf. Mapa 16).

A partir da determinação das áreas de influência geométricas, analisámos então as áreas agrícolas dos vários sítios de que dispomos. A criação de áreas de influência não deixa de ser crítica, já que se trata de um processo demasiado matemático para uma problemática que, na prática, deverá ter sido mais espontânea e terá contado com os elementos da natureza (linhas de água, relevo, etc.) mais do que com a geometria, fundada inclusivamente numa centuriação inexistente nestas paragens do interior da Lusitânia romana.

Uma vez elaborados estes cálculos, resta-nos compreender que significados estão contidos neste cruzamento de informação, questionando: como se poderá justificar a localização destes sítios numa ou noutra classe de aptidão agrícola? Poderá haver uma lógica agrícola subjacente à distribuição destes assentamentos rurais ou outros critérios de ordem diversa pesaram mais nas estratégias locacionais dos habitantes de *Igaedis*?

Em contrapartida, quando tentamos fazer uma interpretação deste tipo estamos sempre limitados por algumas dificuldades. Toda a problemática inerente à atribuição de tipologias a sítios não escavados e, portanto, apenas prospetados, é por si só uma questão controversa. O facto de este exercício passar por uma avaliação subjetiva, pode conduzir-nos a erros e interpretações equivocadas. Uma das principais dificuldades na atribuição de tipologias a sítios não escavados prende-se com o problema de que nem todos relevarem à superfície uma imagem suficientemente fidedigna do que está soterrado, fruto de ações diferenciadas de processos pós-deposicionais. Todavia, mesmo que rotular um sítio não reflita necessariamente a complexidade da sua realidade produtiva (por exemplo a ausência de evidências de atividades como a caça ou criação de gado), a sua utilidade para a compreensão da paisagem antiga é manifesta. Quando se abordam as questões em torno da propriedade e exploração do solo estas classificações tipológicas justificam-se na medida em que a diferença entre uma *villa* e um casal reside desde logo

na escala de produção e a escala (e diversidade) dessa produção está também dependente também da propriedade / dimensão e características das terras.

O facto da prospeção e conseqüente registo das áreas de dispersão refletirem fundamentalmente a localização relativa do sítio edificado deixa-nos sem saber onde exatamente seria a respetiva zona de produção (*fundus*). Neste quadro, o mapa de usos potenciais da terra pode dar-nos pistas, como veremos mais à frente no caso das *villae*, cujas manchas de dispersão (áreas construídas) se registam em zonas de produtividade má ou mesmo impossível, mas que distam apenas alguns metros de zonas aptas para a agricultura.

No âmbito dos estudos sobre o povoamento antigo, torna-se essencial sublinhar o que diz Pedro C. Carvalho (2004: 127-128) quanto à importância da aplicação dos mesmos critérios de identificação dos sítios em diferentes territórios, mas também à necessidade de se fazerem prospeções de carácter intensivo para obter uma imagem suficientemente representativa do padrão de povoamento antigo, bem como normalizar os processos de recolha e registo. Desta forma, será possível executar análises que nos permitam falar sobre regularidades / irregularidades, padrões de povoamento semelhantes ou distintos, com eventuais concentrações e vazios, fenómenos ou relações locais e regionais. A aplicação rígida de uma tipologia com base nos vestígios de superfície é, de facto, um risco (Ruiz Del Árbol Moro, 2001: 170-173), desde logo porque muito daquilo que julgamos passível de classificação pode não ser mais que o reflexo de uma ocasionalidade, resultante de fatores pós-deposicionais ou porque nem sempre é possível averiguar com o devido rigor qual a área de dispersão de um dado sítio.

Seja como for, muitos sítios identificados em prospeção são passíveis, com relativa segurança, de classificação tipológica com base nos vestígios observados à superfície, sendo possível por exemplo distinguir casais de *villae* (sendo essas classificações frequentemente confirmadas quando os sítios são escavados). Não tentar essa classificação implica a não distinção das unidades de povoamento rural e a sua uniformização como “*habitat*”, quando cada unidade encerra uma distinta dimensão socioeconómica que se reflete no modo como a propriedade é explorada. Mas para tentar essa classificação é necessário percorrer os sítios e aplicar os necessários critérios de classificação tipológica, encarando esse processo como uma ferramenta que ajuda à compreensão das paisagens do passado romano. Naturalmente, o ideal passa pela execução de escavações - sem elas, ficarão sempre questões por responder, inclusivamente sobre a cronologia específica de ocupação de cada sítio. Num quadro ideal, qualquer abordagem à estruturação de um território em Época Romana, deveria

dispor da cronologia de ocupação dos núcleos. Ao classificarmos todos os sítios como pertencendo genericamente à Época Romana e localizando-os simultaneamente num mesmo mapa, estamos a partir do princípio - não comprovado - de que todos foram contemporâneos e de algum modo se relacionaram. Mas a ocupação do espaço e a configuração das propriedades foi um processo dinâmico e evolutivo, onde foram surgindo e desaparecendo núcleos rurais ao longo da Época Romana, com a conseqüente reconfiguração contínua da paisagem rural.

Como enunciámos, o problema mais grave com que nos deparamos é a ausência total de classificação, a inexistência de uma norma comum para essa identificação ou ainda o uso de termos vagos ou ambíguos como “*habitat*”, “mancha de ocupação” ou “estação de superfície”, o que se traduz numa georreferenciação e uso de simbologia indistinta e desprovida de significado social, económico e cultural. Devido a esta situação, do total de sítios que temos registados (setenta e sete), praticamente apenas aqueles que resultam dos trabalhos de prospeção intensiva (Ruivo *et al.*, 1991) (quarenta e um), e que foram objeto de proposta de classificação tipológica, é que nos permitem fazer uma interpretação mais fundamentada da dispersão de povoamento rural romano da *civitas Igaeditanorum*, além de sítios pontuais interpretados na carta arqueológica (Baptista, 1998) (sete sítios) e dos lagares documentados por Reis (2013) (sete sítios).

A situação é agravada quando as descrições dos sítios detetados nem sempre são as melhores. O facto de muitas vezes essa caracterização se limitar a uma listagem do espólio encontrado desencoraja qualquer tentativa de interpretação, que deve resultar sempre da articulação de um conjunto de critérios - à informação respeitante ao espólio deve pelo menos juntar-se a área de dispersão do material e a caracterização do meio. O uso crescente dos SIG na arqueologia e as potencialidades que este tipo de ferramentas encerra, aconselha a adaptação a estas novas tecnologias e à georreferenciação rigorosa, a partir de agora, das áreas de dispersão. Ou seja, importa que os prospetores não se limitem à captura de uma coordenada representativa de toda a área, mas sim à obtenção de um conjunto de posições georreferenciadas que permitam posteriormente desenhar essa área de dispersão tal como ela se observa no terreno (trabalhando-se assim com polígonos e não com pontos). Isso seria uma forma de potenciar os trabalhos que vão sendo elaborados à escala do território e que contam, quase sempre, com um predomínio de sítios documentados por via da prospeção e não da escavação.

Desta forma, perante o conjunto de sítios interpretados pelos prospetores, procedemos à seguinte reclassificação: substituímos os termos “casebre” e “cabana” que aparecem no trabalho de Ruivo *et al.* (1991) pelo conceito de *tugurium*, utilizado por

Pedro C. Carvalho (2007a) e João Bernardes (2007)²³. De resto, todos os sítios que Pilar Reis (2013) classificou como “*habitat*” e “mancha de ocupação” foram reduzidos ao conceito de “indeterminado”. Embora a autora faça uma breve descrição destes sítios, ainda se levantam muitas questões quando, por exemplo, se define uma área de dispersão de 30.000 m² com materiais essencialmente de construção, cerâmica doméstica comum e fragmentos de mó: se por um lado a dispersão nos pode sugerir um núcleo rural de grandes dimensões, tipo *villa* (até grandes de mais para os padrões que temos visto), por outro, não há outros testemunhos claros (para além da cerâmica comum e de construção) que o fundamentem, parecendo aproximar-se até mais do tipo de sítio “aldeia” definido por Alarcão (1998c). Os sítios georreferenciados a partir da carta arqueológica (Baptista, 1998), maioritariamente classificados como “estação de superfície”, foram igualmente reduzidos ao conceito de “indeterminado”.

Feita esta introdução, vejamos quais os resultados obtidos com a criação de áreas de influência (*buffers*). Ao analisar o mapa 16 verifica-se que 64 % dos casais e *villae* incluem na sua área de influência um predomínio de terras de uso potencial extensivo médio. Isto significa que, percentualmente, a maioria dos sítios arqueológicos se inserem nas zonas mais aptas para uma agricultura extensiva - esse é, aliás, o tipo de agricultura ainda hoje predominante na região.

No que respeita às *villae*, na nossa área de trabalho documentam-se seis²⁴, conforme se observa no seguinte quadro:

<i>Villae</i> (n.º)	Domínio de influência
1	44 % de terras de uso potencial extensivo médio; 29 % de terras de uso potencial nulo; 24 % de uso potencial extensivo máximo; e 3% de terras de uso potencial intensivo
2	88 % de terras de uso potencial nulo; 11 % de terras de uso potencial extensivo médio; e 1 % de terras de uso potencial extensivo máximo
7	31 % de terras de uso potencial extensivo médio; 26% de terras de uso potencial extensivo máximo; 22 % de terras de uso potencial nulo; e 21 % de terras de uso potencial intensivo
23	80 % de terras de uso potencial extensivo médio; 15 % de terras de uso potencial nulo; e 5 % de terras de uso potencial extensivo máximo
30	47 % de terras de uso potencial extensivo médio; 40 % de terras de uso potencial

²³ A propósito da diversidade de vocábulos utilizados nos estudos de povoamento rural romano em Portugal consultar quadro síntese de André Carneiro (2004: 43; 2011: 132).

²⁴ N.º 1: Veiga I; n.º 2: Corxo; n.º 7: Olival das Almas; n.º 23: Curral das Lagoas 2; n.º 30: Quartos 1; e n.º 63: Terra da Maria de Campo.

	extensivo máximo; e 13% de terras de uso potencial nulo
63	63 % de terras de uso potencial extensivo médio; 28 % de uso potencial nulo; e 9 % de uso potencial extensivo máximo

Tabela 10: Descrição da área de influência das *villae*.

Analisando estes resultados, constatamos que todas as *villae*, exceto a *villa* n.º 2, incluem nos seus territórios de influência um predomínio de terras de uso potencial extensivo médio, enquanto a *villa* n.º 2 se localiza numa área onde predominam terras de uso potencial nulo e apenas duas outras (*villae* n.º 1 e 7) se localizam nas proximidades de zonas aptas para uso intensivo da terra, sendo que a presença destas terras no caso da *villa* n.º 7 é muito mais significativa que no caso da *villa* n.º 1.

Esta distribuição diferenciada poderá denunciar diferentes tipos preferenciais de produção no seio destes assentamentos. O facto de as áreas aptas para um uso intensivo escassearem nesta região, poderá levar-nos a especular sobre o valor acrescido que teriam essas zonas mais raras e, conseqüentemente, temos aqui um motivo para pensar numa distinção entre o estatuto (social e económico) dos proprietários destes estabelecimentos e os daqueles que se localizam em zonas mais afastadas da cidade, onde o tipo de produção potencial é mais frequente. Porém, não se justifica aprofundar este tipo de abordagem, uma vez que não temos forma de a comprovar por meio de desejáveis trabalhos de campo. De qualquer forma, dentro desta ótica, destacar-se-iam as *villae* n.º 7 e n.º 1 pela proximidade a essas zonas de uso intensivo, pelo facto de incluírem nos seus territórios de influência uma grande variedade de terras (estão aí representadas todas as classes de potencial aqui criadas), mas também pela proximidade à cidade, potencial centro consumidor preferencial das suas produções (cf. Mapa 16 e 17).

O caso mais controverso é o da *villa* n.º 2, situada numa zona de aptidão nula. Qual é o sentido desta localização? Uma explicação possível para estas ocorrências relaciona-se com a questão da dimensão real da propriedade, que nos é desconhecida. A informação que temos é de que a dispersão de materiais atual se situa nos 3.000 m², mas essa dispersão traduzirá ou revelará de algum modo apenas a área onde se erguiam os edifícios da propriedade e, de acordo com esta lógica, podemos especular que os campos cultivados se situariam, no caso da *villa* n.º 2, mais a sul, ou seja nas zonas aptas à agricultura, imediatamente mais próximas, que neste caso distam c. 368 metros em linha reta – distância que neste contexto, como veremos, nos parece facilmente percorrível. Com efeito, as isócronas calculadas, i.e., territórios de marcha que simulam a distância-

custo de um determinado sítio a outro²⁵, mostram-nos como em menos de 30 minutos de caminhada, partindo do princípio que 1 hora de caminhada corresponde a 5 km em terreno plano (Vita-Finzi e Higgs, 1970: 7 e 36; Bintliff, 1977: 112), conseguimos alcançar terras de uso potencial extensivo (cf. Mapa 18). Em termos de tempo e custo de marcha, estas distâncias significam muito pouco, não constituindo, no nosso entender, um impedimento à relação entre área edificada e acesso a zonas aptas para a agricultura, neste caso de tipo extensivo.

Merece também ser mencionada a proximidade desta *villa* com estruturas hidráulicas que poderão ter servido de apoio aos trabalhos agrícolas. Com efeito, imediatamente à volta do sítio registam-se pelo menos três dessas estruturas: dois poços e uma azenha. A este propósito, não deixa de ser interessante notar como todas as *villae*, exceto as *villae* n.º 23 e 30, registam nas suas áreas de influência linhas de água e / ou estruturas hidráulicas (cf. Mapa 16); destas duas exceções é especialmente estranha a ausência quase total de linhas de água e estruturas hidráulicas nas proximidades da *villa* n.º 23 (embora o mapa 19, criado a partir do casal n.º 22 que fica nas suas proximidades, nos mostrar como em 30 minutos de caminhada o acesso a essas estruturas seria possível). É de extrema importância frisar que as estruturas às quais nos referimos foram cartografadas a partir da CMP 270 (cf. Mapa 4), o que significa que este cruzamento de dados constitui somente uma nota a título de curiosidade, pois não temos como atestar a antiguidade. Apesar disto, não deixa de ser um exercício interessante, sugestivo, mas também especulativo: primeiro pela coincidência de aparecerem precisamente neste local estes três mecanismos, depois porque sabemos que o recurso à água potencia grandemente a produção agrícola.

Por outro lado, importa considerar o facto de os próprios prospetores terem dúvidas quanto à classificação deste sítio (n.º 2) como *villa*, para o qual apenas se regista cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e um peso de lagar – talvez hoje estes vestígios dessem mais corpo à proposta de quinta ou granja, tal como a define Alarcão (1998c).

De forma a melhor compreendermos a relação entre as *villae*, os múltiplos *tuguria* que se registam e os usos potenciais da terra, procedemos à já antes mencionada criação

²⁵ Agradecemos desde já a superfície de fricção disponibilizada por Pedro Baptista que facilitou a execução deste cálculo.

de polígonos de Thiessen que, tal como os *buffers*, mas segundo uma lógica diferente, também criam áreas de influência (cf. Mapa 20)²⁶.

O resultado deste cálculo revelou-se muito interessante na medida em que, de forma muito clara, a cada umas das *villae* e casais parecem corresponder diversos *tuguria*, interpretáveis como casebres de apoio à atividade agropecuária, que estariam na dependência de um sítio principal. Assim, é sugestivo associar à *villa* n.º 1 o *tugurium* n.º 8, que aliás coincide também com a área criada pelo *buffer*; à *villa* n.º 7 os *tuguria* n.º 4, 5, 9, 15 e 16, relação que se verifica igualmente no *buffer*, exceto para os *tuguria* n.º 15 e 16; a *villa* n.º 23 poderá relacionar-se com os *tuguria* n.º 20, 26, 27 e 28, enquanto a área abrangida pelo *buffer* aponta para os *tuguria* n.º 24, 25 e 26; e a *villa* n.º 30 com os *tuguria* n.º 31, 32 e 33, ficando excluído do *buffer* apenas este último. Para as *villae* n.º 2 e 63 não encontramos qualquer estrutura deste tipo associada, o que de uma ótica preditiva pode ser sugestivo. Importa ainda notar que, no entorno da *villa* n.º 63, se registam sítios classificados como “indeterminados”, o que lembra, mais uma vez, a necessidade de voltar a olhar estes sítios.

Um outro resultado observável de extrema importância, é o facto das linhas de fronteira dos polígonos comuns aos vários sítios, se encontrarem em zonas de uso potencial nulo (cf. mapa 20). No geral, os assentamentos principais parecem estar, de acordo com este cálculo, centrados de maneira a que a sua propriedade englobe terras com diferentes tipos de uso potencial (mas sobretudo extensivo), fazendo coincidir o limite da propriedade nessas zonas desprovidas de aptidão agrícola. Embora a criação de polígonos de Thiessen se justifique, sobretudo, para melhor analisar e associar os sítios dispersos no mapa relativamente a eventuais dependências e não tanto para delimitar a propriedade dos núcleos principais (para tal consideramos melhor utilizar os *buffers*, uma vez que nos permitem escolher a extensão da área de influência, com base nos valores hipotéticos sugeridos para a propriedade), consideramos esta observação igualmente válida para o mapa 16.

Neste sentido, é pertinente lembrar que o *fundus* de uma *villa* não tinha que se restringir a zonas de boa capacidade agrícola, pois *saltus* e *silva*, pastagens e bosques, eram também uma necessidade. A agricultura, a par da silvicultura e da pastorícia, atestam a diversidade de recursos que definiam a exploração agrária romana, pelo que faz todo o sentido que um núcleo rural, seja uma *villa* ou um casal, inclua no seu *fundus* diferentes tipos de terras, para diferentes usos.

²⁶ Este é um exercício teórico que não contempla os lugares classificados como casal na dependência direta de uma *villa*, ainda que essa relação, em abstrato, pudesse ocorrer.

De resto e de modo geral, estes assentamentos correspondem ao padrão dos clássicos: quase todas as *villae* encontram-se em terrenos planos a moderadamente ondulados, próximo de linhas de água (exceto as *villae* n.º 23 e 30), distando destas entre os 24 e os 200 metros. Em termos de exposição solar, situam-se maioritariamente em zonas aplanadas ou em vertentes soalheiras, com exceção da *villa* n.º 23 (cf. Mapa 12).

No que respeita aos casais, registam-se cinco²⁷ e documenta-se a seguinte situação (cf. mapa 16) conforme se observa no seguinte quadro:

Casais (n.º)	Domínio de influência
12	68 % de terras de uso potencial intensivo; 17 % de terras de uso potencial nulo; e 15 % de terras de uso potencial extensivo médio
22	87 % de terras de uso potencial nulo; e 13 % de terras de uso potencial extensivo máximo
29	só possui terras de uso potencial extensivo médio
36	só possui terras de uso potencial extensivo máximo
38	61 % de terras de uso potencial extensivo médio; e 39 % de terras de uso potencial extensivo máximo

Tabela 11: Descrição da área de influência dos casais.

Tal como sucede nas *villae*, também aqui a maioria dos casais se situa em zonas de aptidão agrícola de carácter extensivo, sendo que os casais n.º 29 e 36 apenas detêm este tipo de terras. O casal n.º 12 destaca-se por se encontrar nas poucas áreas passíveis de se praticar agricultura intensiva (e por estar, tal como a *villa* n.º 7, nas proximidades da cidade) e o casal n.º 22 por se encontrar numa área de uso potencial nulo. Este último caso é descrito pelos prospetores como um conjunto de três núcleos com uma área de dispersão de 1000 m², 600 m² e 300 m², considerados inclusivamente como um só sítio e talvez até relacionado com a mineração. Embora apenas nos seja fornecida uma coordenada, acreditamos que o *buffer* criado cubra este conjunto, tendo em conta também a informação que os referidos autores nos deram sobre a proximidade entre as distintas manchas de materiais. Analisando a situação posicional do sítio verificamos que se encontra apenas a uma distância de 60 metros e a menos de meia hora de caminhada de terras com aptidão para uso extensivo (cf. Mapa 19), distância que consideramos perfeitamente aceitável para conferir uma dimensão agrícola a este núcleo rural.

²⁷ N.º 12: Queijeira das Corgas; n.º 22: Valados 1, 2 e 3; n.º 29: Terra do João Rodrigues; n.º 36: Azinhal Velho 5; e n.º 38: Espadaneira.

Por outro lado, importa recordar que o facto de um casal aparecer relativamente afastado de uma zona com aptidão agrícola não é mais estranho do que tal suceder com uma *villa*. Recordemos, pois, que a um casal estaria associada uma escala de produção menor. Essas áreas de terras cultivadas de menores dimensões deveriam ser então complementadas com zonas de pastagem (*saltus*) mais desenvolvidas e significativas. O facto de a criação de gado exigir um investimento, em manutenção e mão-de-obra, muito menor relativamente à agricultura, de não estar tão dependente de fatores imprevisíveis de ordem sobretudo climatérica e de fornecer uma diversidade considerável de bens (carne, produtos lácteos, etc.), justifica a possibilidade desta prática ter sido muito mais efetiva do que pensamos. Portanto, um casal poderia ter uma dimensão pastoril mais vincada – onde as terras de pasto, para criação de gado, poderiam assumir uma maior prevalência no total da área da propriedade. Além disto, outras atividades poderiam realizar-se num núcleo deste tipo, desde a exploração de recursos metalúrgicos ao artesanato. Mas, o real carácter deste sítio, tal como o de todos os outros, apenas a escavação e o estudo detalhado da envolvente o poderá determinar.

Tal como analisámos nas *villae* através de áreas de influência determinadas por polígonos de Thiessen, o mesmo poderemos fazer para os casais²⁸. Desta forma, é possível colocar em abstrato a hipótese de os *tuguria* n.º 10, 11 e 13 poderem estar na dependência do casal n.º 12; os *tuguria* n.º 18, 19, 24 e 25 como sendo parte integrante do casal n.º 22; o *tugurium* n.º 37 como pertencente ao casal n.º 36; e os *tuguria* n.º 34 e 35 como sendo estruturas de apoio ou ao casal n.º 36 ou ao casal n.º 38. No caso do casal n.º 29, tal como sucedeu em algumas *villae*, parece não existir uma dependência nas proximidades, embora os *tuguria* n.º 31, 32 e 22, antes associados à *villa* n.º 30, possam igualmente ser parte integrante deste. De resto, nenhum *buffer* de cada um destes cinco casais inclui, na sua extensão, algum *tuguria*, salvo o casal n.º 22 que tem o *tugurium* n.º 24 mesmo na linha onde termina o *buffer*. Não obstante, é importante relembrar que estas análises de territórios de influência são sempre problemáticas. Por exemplo, dificilmente a propriedade de um casal ou de uma *villa* teria a forma circular. Neste sentido, se conhecêssemos a forma real da propriedade, poderíamos constatar que o

²⁸ Como já antes referimos, este é um exercício teórico que não contempla os casais na dependência direta de uma *villa*, ainda que essa relação, em abstrato, pudesse ocorrer. O facto de elaborarmos os polígonos de Thiessen em simultâneo para casais e *villae* não significa que essa seja uma proposta exclusiva para a repartição da propriedade, pois este exercício é útil sobretudo para analisar e associar os sítios dispersos no mapa relativamente a eventuais dependências. Por seu turno, as áreas delimitadas pelos *buffers* permitem uma representação mais ajustada daquilo que seria a propriedade do núcleo, pois este cálculo permite escolher a extensão da área de influência com base nos valores sugeridos hipoteticamente por Alarcão (1999: 34) para as propriedades romanas.

tuguria n.º 24 não se encontra na zona limite da propriedade estipulada pelo *buffer* do casal, mas sim perfeitamente integrado nela.

Estes sítios arqueológicos situam-se nas proximidades de linhas de água (salvo os casais n.º 22 e 29), entre os 41 e 180 metros, em zonas planas a moderadamente onduladas e em zonas solarengas (cf. Mapa 13).

Os *tuguria* poderiam ser subsidiários de um núcleo principal, explorado pelo proprietário ou arrendado, e ter servido distintas funcionalidades (abrigo, arrumação, associado a atividades artesanais). Estes locais constituem a maior parte dos sítios e localizam-se sobretudo em zonas moderadamente onduladas²⁹, por vezes no topo de pequenas elevações, e em alguns casos nas proximidades de linhas de água. Ao todo contamos com vinte e oito sítios³⁰ desta tipologia.

Voltando a observar o mapa 20. Temos vindo a associar os *tuguria* às *villae*, mas também aos casais, pois consideramos perfeitamente razoável a ideia de a um casal estarem associados estes pequenos casebres cujo esforço de construção e manutenção não deveria ser muito elevado. Mas as possibilidades interpretativas não se esgotam aqui, pois o facto de em torno da cidade capital encontrarmos certa quantidade destes pequenos sítios poderá indicar igualmente que se trata de casebres de apoio à agricultura de quem residia na cidade e explorava pequenas propriedades em redor desta, nomeadamente pequenas hortas que se poderiam situar nas zonas de uso intensivo junto ao Ponsul. Nesta situação estão sobretudo os *tuguria* n.º 4, 5, 8, 9. Mas, além destes, outros há que ainda não foram mencionados, nomeadamente os *tuguria* n.º 15, 16, 17, 39, 40 e 41, que se encontram muito afastados e fora dos limites estipulados pelos polígonos. Na nossa interpretação, ou poderão ser dependências de residentes da cidade mais afastadas e em zonas de uso potencial extensivo, ou poderão pertencer a uma *villa* / casal ainda não identificado. Acreditamos mais nesta última opção, que aliás exemplifica bem o potencial preditivo que um mapa de usos potenciais pode encerrar. Por outro lado, alguns ficam exatamente nas zonas de potencial nulo (n.º 1, 5, 9, 10, 24 e 28), onde poderiam desempenhar funções ligadas à pastorícia ou mineração.

²⁹ Como vimos, a altimetria da nossa área de trabalho não é muito acentuada. No entanto, parece ser habitual a localização destes sítios em zonas um pouco mais altas, funcionando como locais de apoio à pecuária.

³⁰ N.º 4: Cabeço do Salão; n.º 5: Furdas; n.º 8: Queijeira do Vale do Conde; n.º 9: Cavaleiro; n.º 10: terra do Valentim; n.º 11: Afesseirão das Corgas; n.º 13: Beiradas; n.º 15: Terra da Nazaré 1; n.º 16: Terra da Nazaré 2; n.º 17: Lomba do Ouro; n.º 18: Arraial da Gravaia 1; n.º 19: Arraial da Gravaia 2; n.º 20: Piçarreira; n.º 21: Vale do Milhano; n.º 24: Curral das Lagoas 3; n.º 25: Curral das Lagoas 4; n.º 26: Curral das Lagoas 5; n.º 27: Curral das Lagoas 6; n.º 28: Terra do Leitão; n.º 31: Quartos 2; n.º 32: Azinhal Velho 1; n.º 33: Azinhal Velho 2; n.º 34: Azinhal Velho 3; n.º 35: Azinhal Velho 4; n.º 37: Azinhal Velho 6; n.º 39: Portal dos Carros; n.º 40: Quinta da Granja 1; e n.º 41: Quinta da Granja 2.

Resta comentar o aparecimento preferencial de lagares³¹ em zonas de aptidão nula, nomeadamente o lagar n.º 48, 75, 76 e 77. Para além do n.º 47 e 69, que conjugam na sua área de influência terras de uso potencial nulo e extensivo médio, apenas os lagares n.º 44, 45 e 46 se localizam em zonas de potencial extensivo médio. De um modo geral, todos os lagares documentados se encontram em posições intermédia entre zonas de aptidão nula e zonas de potencial extensivo, onde, talvez, se localizassem olivais. O mapa 8 mostra-nos como praticamente todos os lagares documentados se encontram nas proximidades ou em zonas de afloramento rochoso (que aliás contribuíram para a sua classificação como zonas de uso potencial nulo), ajudando a explicar a facilidade da sua construção mediante o aproveitamento de afloramentos rochosos. Ao observarmos o mapa 8 percebemos que existem duas zonas de concentração destas estruturas, o que nos leva a ponderar a possibilidade de aí se localizarem lagares eventualmente comunitários, como aliás aconteceu em tempos recentes em Idanha-a-Velha.

Ainda a propósito deste tipo de lagares, é importante que se tenha em consideração a problemática em torno da identificação e classificação de lagares escavados na rocha em contexto de prospeção. Nem sempre é fácil datar rigorosamente estas estruturas, uma vez que na Época Medieval estas lagaretas não diferiam muito das do Período Romano. É igualmente complicado a associação destes lagares à produção de vinho ou de azeite, sem outros dados não é seguro estabelecer afirmações. De todo o modo, face às características edafo-climáticas desta região, parece-nos mais provável a sua associação às oliveiras cultivadas, que terão ocupado progressivamente estas paisagens rurais a partir do séc. I d.C. Para a Beira Interior refira-se a descoberta de um lagar, em princípio de azeite, em Terlamonte (Covilhã), datado da segunda metade do séc. I d.C. e particularmente interessante na medida em que surge associado a um caroço de azeitona carbonizado (Carvalho, 2007b; Queiroz, 2004).

Em suma, a paisagem rural em torno de Idanha-a-Velha, a par da paisagem urbana da então *Igaedis*, terá ganho novos contornos e uma nova vida com a chegada do domínio de Roma, sobretudo a partir do séc. I d.C. A partir da capital *Igaedis* eclodiu uma rede de lugares (as *villae*, os casais...) que povoaram o *ager* da *civitas Igaeditanorum*, em zonas que parecem não ter sofrido ocupação anterior, processando-se assim uma viragem no padrão de povoamento que vigorava até aquele momento (o da Proto-

³¹ N.º 44: Queijeira da Terra Grande; n.º 45: Serrinha 1; n.º 46: Serrinha 2; n.º 47: Barroca Funda II; n.º 48: Minha Velha I; n.º 69: Queijeira da Terra Grande 3; n.º 75: Afonseanes 2; n.º 76: Afonseanes 3; e n.º 77: Afonseanes 4.

História). Esta nova paisagem rural resulta, igualmente, de um novo parcelamento dos campos e da introdução de novos cultivos, como a oliveira e a vinha.

Igaedis aparece encaixada numa zona central relativamente à densidade de povoamento que vai aparentemente ganhando menos expressão à medida que nos afastamos da cidade capital. Essa rede de povoamento rural seria a grande responsável pela efetivação da relação cidade-campo, fundamentada em grande medida por uma dinâmica de produção e abastecimento da capital. O mapa 17 permite-nos perceber como o terreno é favorável a essa dinâmica e mobilidade, pois numa 1 hora de marcha é possível atingir, a partir de *Igaedis*, quase todos os sítios arqueológicos que se documentam – a exceção parece ser somente o *tugurium* n.º 21. Esta distância permitia deslocamentos diários cómodos entre o centro urbano e a periferia rural.

As terras que desenham esta paisagem são, sobretudo, terras vocacionadas para uma agricultura extensiva, como aliás ainda hoje acontece. A agricultura intensiva é uma realidade que rareia, localizando-se preferencialmente junto às linhas de água. Na zona periurbana encontramos um anel de terras de uso potencial nulo, intercalado com uma faixa terras com potencial intensivo que contornam o Ponsul e uma mancha de terras com potencial extensivo. Para além desses primeiros territórios, dominam as terras de uso potencial extensivo. Assim, os sítios implantados na cintura urbana obedeceram, provavelmente, a critérios de ordem económica, pois é aí que se localizam os bons e raros terrenos favoráveis a uma agricultura de tipo intensivo. Mas também a critérios de ordem social, relacionados sobretudo com a proximidade à cidade. Os restantes sítios dispersavam-se pelo campo, e teriam seguramente, e a julgar pelo aparecimento regular de pequenos estabelecimentos de apoio aos trabalhos do campo, um cunho agrícola ou agro-pecuário muito forte.

Um *fundus* não era só composto por solos com boa capacidade de uso agrícola. Era também preciso ter zonas para pastagens (*saltus*) e bosques (*silva*). Este mosaico agrícola, silvícola e pastoril era essencial para se explorar uma ampla gama de recursos (incluindo também pequenas explorações mineiras e pedreiras). As *villae* poderiam ter grandes rebanhos de ovelhas ou precisavam também de pastagens para as vacas, e isso exigia outro tipo de solos. O mesmo se passaria com os casais. As matas também eram essenciais (lenhas, caça, cama e alimento para o gado). Ou seja, um núcleo rural romano não procuraria ter no seu *fundus* um só tipo de terra. Mas a proximidade de boas terras aráveis era fundamental. Neste mundo antigo, inscrito no interior da Lusitânia romana, o valor da terra era primordial.

A relação que se constata entre a terra e o povoamento parece atribuir sentido à metodologia aqui desenvolvida no sentido de criar um mapa de usos potenciais com tradução histórica. Apesar das dificuldades e impedimentos que aumentaram a margem de erro para o nosso mapa de aptidão agrícola, o resultado obtido mediante o cruzamento desta informação com o registo arqueológico, parece-nos ser bastante positivo e fiável. Fica de algum modo comprovado como para o povoamento rural romano de Idanha-a-Velha, a máxima de Catão (De R.R. I), descrita por Columela (R.R. I. 3), fará todo o sentido: na aquisição de uma herdade duas coisas importavam fundamentalmente - o clima e a fertilidade do terreno, e quem não os considerasse não só não estaria no seu perfeito juízo como devia procurar colocar-se sobre curadoria dos seus parentes. Acrescenta Catão que depois desta consideração se poderá então ter em linha de conta outros aspetos: os caminhos cómodos, a disponibilidade de água e a vizinhança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da paisagem rural, que se desenvolve a partir da cidade capital e se materializa em estruturas de distintas funcionalidades, em caminhos e em campos cultivados, exige uma diversidade de abordagens disciplinares e teóricas que em última instância deverão articular-se e contribuir para o seu conhecimento, o mais completo possível.

O mapa de usos potenciais da terra aqui desenvolvido constitui uma ferramenta, entre outras, para abordar o passado e a paisagem rural que o escolta: não foi concebido para ser um fim em si mesmo, não representa ou não pretende representar a realidade tal como ela foi, nem tão pouco um modelo agrícola ou um modelo económico. O que está em causa é antes um mapa de uso provável da terra, passível de ser aplicado ao passado e com base no qual podemos tentar aferir estratégias locacionais de assentamentos que têm uma forte conexão com a terra.

De um modo geral, é possível constatar que a localização dos assentamentos não é aleatória, que há uma deliberação prévia que deverá ter contado com fatores norteadores muito variados. Não somos taxativos ou simplesmente deterministas em relação à preponderância da agricultura e do meio ambiente na organização dos núcleos rurais. Há critérios / variáveis de ordem natural, entre os quais se destacam a terra e o seu uso agrícola, que terão exercido um peso decisivo na forma como os núcleos rurais se estruturaram e distribuíram. As pastagens ou os recursos mineiros também terão sido importantes para explicar a localização de certos núcleos de povoamento. Porém, outros parâmetros, por exemplo de ordem social, terão sido considerados no momento de escolha do local de assentamento, como seja a proximidade em relação a um aglomerado populacional, a uma via ou mesmo os laços sociais familiares ou de vizinhança. Os simbólicos são os menos importantes nesta análise para os núcleos rurais (atuam para os espaços religiosos e políticos, não tanto para os económicos).

Embora o trabalho aqui desenvolvido, com a criação de um mapa de aptidão agrícola, potencie essencialmente análises de carácter marcadamente económico (agrícola), tal não significa que a realidade se esgote aqui, muito pelo contrário. Num mundo ideal, abordaríamos toda essa multiplicidade que marcou a ruralidade da *civitas Igaeditanorum*, mas no mundo real o passado (re)constrói-se por meio de pequenos e sempre importantes contributos que, individualmente ou coletivamente, os investigadores vão deixando, cientes igualmente das problemáticas que este tipo de abordagem encerra, desde logo resultantes das dificuldades em classificar

tipologicamente os sítios através de vestígios de superfície e de propor para cada sítio, identificado neste caso em prospeção intensiva, uma cronologia específica de ocupação em Época Romana.

Alguns desses critérios são possíveis de rastrear, mas outros não o são, uma vez que não se refletem nas materialidades. Entre essas estratégias locacionais que conseguimos hoje captar, resta perceber qual a dinâmica de prioridades entre um ou outro parâmetro, embora algumas passagens dos autores clássicos sejam bastante claras quanto ao papel primordial da agricultura e da existência de terras férteis para a aquisição de uma propriedade. Columela (R.R. I. 4) sublinhou as palavras de Marco Atilio Régulo, para quem a compra de uma herdade não era viável se o solo estivesse insalubre, ainda que fecundo, tal como não era viável se o solo estivesse infértil, ainda que saudável.

Neste sentido, conseguimos perceber que o campo, a agricultura, a pecuária e a exploração dos recursos naturais no geral, constituíram a espinha dorsal a partir da qual cresceu uma parte da paisagem rural romana: a essa parte correspondem, muito possivelmente, as *villae*, os casais, as quintas e os *tuguria*; pelo contrário, entendemos como a motivação locacional dos *vici*, por exemplo, é fundamentalmente político-administrativa, tal como tem assinalado Pedro C. Carvalho (2007a: 379-380) para os *territoria* da Beira Interior, onde estes aglomerados se situam tendencialmente nas imediações de antigos povoados, em zonas de fronteira com outros territórios de *civitates*, junto a áreas mineiras importantes ou próximo do entroncamento de vias.

A constatação destes padrões de povoamento, mas também de uso potencial da terra, não significa regra, antes probabilidade. Como escreveu Currás Refojos (2014a: 38): “*En realidad, la variedad en las formas de uso de la tierra en época antigua es enorme. Por ejemplo, las tierras de potencial intensivo vinculadas a un asentamiento no implican necesariamente que sus habitantes desarrollaran una agricultura compleja. En teoría, tierras de potencial intensivo pudieron cultivarse en régimen extensivo [...]*”. Por outras palavras, o facto de um modelo, neste caso de aptidão agrícola, funcionar positivamente não significa que ele esteja correto, tal como ninguém nos garante que o uso feito da terra em Época Romana fosse em todas as circunstâncias o mais lógico e produtivo. Como tal, não procuramos reproduzir fielmente o que sucedeu nos campos desta *civitas* (será isso alguma vez possível?), mas antes promover uma aproximação a uma realidade que nos é distante.

Em suma, o presente trabalho visou mormente a construção de uma metodologia inovadora na arqueologia portuguesa, que passa pela identificação de zonas de potencial agrícola e que acreditamos ser importante para os estudos de povoamento rural romano.

A sua aplicação a uma parte do povoamento rural da *civitas Igaeditanorum* funcionou sobretudo como um teste, pois ainda que tenhamos ao dispor bons dados arqueológicos, resultantes de prospeções intensivas, a verdade é que o tamanho da amostra não permite ainda um discurso completo quanto à situação do povoamento rural da *civitas Igaeditanorum*.

Dá-se assim um primeiro passo na construção de uma nova abordagem, em território nacional, para o entendimento da ruralidade romana. A construção deste mapa permitiu-nos ter a consciência do erro que poderíamos incorrer ao considerarmos nos estudos de povoamento rural mapas como os de Capacidade de Uso, completamente desajustados à realidade económica, agrícola e tecnológica do Período Romano e, portanto, desprovidos de qualquer aceção histórica. Não queremos com esta afirmação obliterar os pontos fracos do mapa de usos potenciais da terra quando aplicado ao passado. Como já antes sublinhámos, também o mapa aqui criado encerra problemas, mas ainda assim consideramos que garante uma aplicação mais fidedigna que o anterior, desde logo porque é um tipo de mapa pensado para ser construído e aplicado por arqueólogos e que inclui uma metodologia que deixa espaço para alterações que cada investigador considere oportunas. Ou seja, ainda que com alguma margem de erro, considerando a cartografia de que dispomos, o mapa de usos potenciais da terra será sempre a nossa melhor opção, pois autoriza uma adaptação ao passado. E foi na criação de uma proposta metodológica para elaboração de um mapa de usos potenciais de terra que fundamentalmente investimos neste ponto do nosso percurso académico.

Através do mapa de usos potenciais da terra podemos ver refletida a diversidade de recursos que caracterizavam a economia e a dieta romana, uma diversidade que aliás deverá ter oscilado de região para região e que de certa forma se espelha na localização dos núcleos rurais. A forma de produzir alimentos não era unicamente através do cultivo dos campos. Outros recursos foram considerados, desde a criação de gado que forneceria carne e produtos lácteos, ou aqueles produtos comercializados à distância como o *garum*, o que significa que não terá necessariamente de ser estranha a localização de determinados assentamentos em zonas menos aptas desde o ponto de vista agrícola.

Entendemos que a metodologia aqui desenvolvida e as análises concretizadas sobre o território da *civitas Igaeditanorum* ainda podem ser aprimoradas e completadas em futuros trabalhos. Os próximos objetivos passam, desta forma, por consolidar uma metodologia que acreditamos ter elevada utilidade a qualquer arqueólogo que trabalhe o território e o povoamento rural e, por outro lado, construir um conhecimento cada vez mais sólido do mundo rural romano da Egitânia e da sua realidade agrária, nas suas

múltiplas facetas. Assim, algumas das intervenções que consideramos essenciais num futuro próximo serão:

- A. Acurar os dados utilizados para a construção do mapa de usos potenciais da terra, seja através da aplicação de mais parâmetros, seja através da redução da margem de erro inerente a esses critérios, o que passaria necessariamente por estudos multidisciplinares e pelo incremento de estudos paleoambientais.
- B. Criar diferentes cenários de uso potencial da terra, variando o tipo de classes utilizadas. Ou ainda elaborar mapas de uso potencial vocacionados para culturas específicas.
- C. Ampliar a escala de trabalho, nomeadamente à totalidade da área da *civitas Igaeditanorum*, de forma a testarmos a fiabilidade do mapa de usos potenciais da terra e obtermos um conhecimento mais vasto sobre o mundo rural romano deste território.
- D. Construir uma amostra mais representativa do povoamento rural, mediante prospeções e escavações, afinando-se e fundamentando-se melhor as cronologias e tipologias para cada um dos sítios identificados. A documentação de mais sítios arqueológicos pode ser auxiliada pelo próprio mapa de usos potenciais que, em teoria, encerra um potencial preditivo relevante.
- E. Outro passo importante seria a uniformização da classificação dos sítios arqueológicos mediante a escolha de um quadro tipológico fixo, revisitando os diversos locais indicados pelos vários autores, sempre que as descrições não são suficientemente completas.
- F. Levar a cabo um estudo comparado e aprofundado entre os dados fornecidos pela arqueologia, pelas fontes clássicas e outras fontes de informação.
- G. Destacamos ainda o recurso à tecnologia LIDAR para potenciar o nosso conhecimento sobre paisagens antigas e desenvolver um ramo que paulatinamente se vai consolidando. Cada vez mais se tem vindo a provar como a “Arqueologia Aérea” faz parte de um futuro que contempla novas formas de indagar a paisagem e eventualmente a reformulação de estratégias de intervenção arqueológica. Um exemplo da potencialidade destes sistemas laser é o caso da descoberta de uma estrutura militar romana em Itália (Bernardini *et al.*, 2015) ou ainda os complexos encontrados em Angkor (Damian *et al.*, 2013). Embora seja interessante o recurso a este tipo de tecnologia para analisar marcas do passado fossilizadas, será sempre necessária a confirmação no terreno. No caso concreto

do povoamento rural, esse reconhecimento no terreno é vital, a fim de esclarecer quanto ao tipo de sítio e à respetiva cronologia.

Como arqueólogos estamos sistematicamente a lidar com dados incompletos, fragmentados e verdades relativas. Por esse motivo acreditamos e voltamos a sublinhar a necessidade de diversificar as abordagens sobre uma mesma realidade, mas também de inovar, procurando explorar novos caminhos. Este princípio foi para nós uma motivação. A construção de um mapa de usos potenciais acaba por ser uma forma de subjetivação do passado, ao contrário do que ocorre com o desenvolvimento de modelos de cálculo de produção ou de estimativas demográficas. Esta noção é mais fácil de compreender se pensarmos que no decorrer do tempo a forma de perceber o mundo se alterou: as motivações que impeliam um camponês a cultivar os seus campos mudaram com o tempo (e mesmo dentro do próprio Período Romano), tal como o entendimento do que é um espaço agrícola ideal mudou, ou ainda a consideração do que são espaços inadequados para a prática agrícola. Este carácter moldável do mapa de usos potenciais é, a nosso ver, uma das suas principais vantagens.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1973): *Portugal Romano*. Lisboa, Editorial Verbo.

ALARCÃO, Jorge de (1980): *Os problemas da origem e da sobrevivência das Villae Romanas do Norte do País*. In *Actas do seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol. II, pp. 171-179.

ALARCÃO, Jorge de (1986): *Arquitectura Romana*. In Alarcão, Jorge de (coord.): *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à arte visigótica*. Lisboa, Publicações Alfa, vol. 1, pp.75-111.

ALARCÃO, Jorge de (1988a): *O domínio romano em Portugal*. Publicações Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (1988b): *Roman Portugal*. Warminster, Aris & Phillip, vol. II.

ALARCÃO, Jorge de (1990a): *Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*. In *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires*. Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42, pp. 21-34.

ALARCÃO, Jorge de (1990b): *O domínio Romano. O reordenamento territorial*. In Serrão, José; Marques, A. H. Oliveira (dir.): *Nova História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, vol. I, pp. 352-383.

ALARCÃO, Jorge de (1995): *Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho*. *Biblos*, vol. LXXI, pp. 387-401.

ALARCÃO, Jorge de (1996): *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Porto, Afrontamento.

ALARCÃO, Jorge de (1997): *A tecnologia agrária romana*. In *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-148.

ALARCÃO, Jorge de (1998a): *On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara*. *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 143-159.

ALARCÃO, Jorge de (1998b): *Três níveis de aglomerados populacionais romanos*. *O Arqueólogo Português*, série IV, 16, pp. 175-186.

ALARCÃO, Jorge de (1998c): *A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal*. Conimbriga, vol. XXXVII, pp. 98-119.

ALARCÃO, Jorge de (1999): *Os arredores das cidades romanas de Portugal*. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 72, pp. 31-37.

ALARCÃO, Jorge de (2000): *A escrita do Tempo e a sua Verdade*. Coimbra, Quarteto Editora.

ALARCÃO, Jorge de (2001): *Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n.º 2, pp. 293-351.

ALARCÃO, Jorge de (2004): *Introdução ao estudo da tecnologia romana*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 29-39.

ALARCÃO, Jorge de (2005): *Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara*. In *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, CEI / ARA, pp. 119-132.

ALARCÃO, Jorge de (2006): *Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia*. In Vaquerizo Gil, Desiderio; Murillo Redondo, Juan F. (eds.): *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo. Homenaje a la profesora Pilar León Alonso*. Córdoba.

ALARCÃO, Jorge de (2012a): *Aedificium*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 17.

ALARCÃO, Jorge de (2012b): *Conventus*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, pp. 127-128.

ALARCÃO, Jorge de (2012c): *Civitas*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 112.

ALARCÃO, Jorge de (2012d): *Forum*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 165.

ALARCÃO, Jorge de (2012e): *Villa*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 353.

ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C.; MADEIRA, José Luís; OSÓRIO, Marcos (2013): *O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão*. Conimbriga, vol. LII, pp. 67-128.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert (1977): *Fouilles de Conimbriga I (L'Architecture)*. Paris.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990): *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris, E. de Bocard, 2 volumes.

ALARCÃO, Jorge de; IMPERIAL, Flávio (1996): *Sobre a localização dos Lanciens e Tapori*. Lisboa, Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro, pp. 39-44.

ALARCÃO, Jorge de; JORGE, Vítor Oliveira (1997): *Pensar a Arqueologia, Hoje*. Porto, SPAE.

ALBERTINI, Eugène (1923): *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*. Paris, E. de Boccard, pp. 25-26

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1996): *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fernando de (1956): *Egitânia. História e Arqueologia*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Fernando de (1961): *A porta romana do Ponsul, em Idanha-a-Velha. Estudos de Castelo Branco*, 1, pp. 119-124.

ALMEIDA, Fernando de (1964a): *Igaedus, Divindade Lusitana, e a Senhora do Almortão*. *RFL*, série III, n.º 8, pp. 65-73.

ALMEIDA, Fernando de (1964b): *Antiguidades da Egitânia. Alguns achados dignos de nota*. *Arqueologia e História*, série 8, vol. XI, pp. 95-101.

ALMEIDA, Fernando de (1970): *Templo de Vénus em Idanha-a-Velha*. In *Actas e memórias do I congresso nacional de Arqueologia*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, pp.133-139.

ALMEIDA, Fernando de (1977a): *As ruínas romanas e visigóticas de Idanha-a-Velha*. *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, 24 (2), pp. 39-57.

ALMEIDA, Fernando de (1977b): *Civitas igaeditanorum et Egitania. Municipium romain – Ville episcopale wisigothique*. In *Thèmes de recherches sur les villes antiques d'Occident*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.

ALMEIDA, Fernando de (1977c): *Ruínas de Idanha-a-Velha: Civitas Igaeditanorum. Egitânia: guia para o visitante*. Lisboa.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1957a): *Notas sobre as primeiras escavações em Idanha*. In *Actas do 23.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, 7.ª secção.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1957b): *A necrópole céltico-romana de Idanha-a-Velha*. In *Actas do 23.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, 7.ª secção.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1958): *Cemitério romano-visigodo (?) de Idanha-a-Velha*. *Archivo Español de Arqueología*, n.º 31, pp. 217-222.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1966): *A estratigrafia observada no local do “Balineum” lusitano-romano da Egitânia*. *Revista de Guimarães*, 76 (1-2), pp. 109-116.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1967): *Um poço lusitano-romano encontrado em Idanha-a-Velha*. *O Arqueólogo Português*, série III, vol. 1, pp. 57-64.

ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1968): *Uma fornax lusitano-romana da Egitânia*. *O Arqueólogo Português*, série III, pp. 61-70.

ALMEIDA, João de (1945): *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa, Edição do autor, vol. 1.

ANSCHUETZ, Kurt F.; WILSHUSEN, Richard H.; SCHEICK, Cherie L. (2001): *An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions*. *Journal of Archaeological Research*, vol. 9, n.º 2, pp. 157-211.

BAPTISTA, Joaquim (1998): *Carta Arqueológica da freguesia de Idanha-a-Velha*. Vila Velha de Ródão, Associação de Estudos do Alto Tejo, núcleo regional de investigação arqueológica.

BENDALA GALÁN, Manuel (2006): *Hispania y la “romanización”. Una metáfora: ¿Crema o menestra de verduras?*. *Zephyrus*, 59, pp. 289-292.

BERNARDES, João Pedro (2007): *A ocupação Romana na Região de Leiria*. Faro, Universidade de Algarve, Promotoria Monográfica 06.

BERNARDINI, Federico; VINCI, Giacomo; HORVAT, Jana; DE MIN, Angelo; FORTE, Emanuele; FURLANI, Stefano; LENZA, Davide; PIPAN, Michele; ZHAO, Wenke; SGAMBATI, Alessandro; POTLECA, Michele; MICHELI, Roberto; FRAGIACOMO, Andrea (2015): *Early Roman militar fortifications and the origin of Trieste, Italy. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, vol. 112, n.º 13.

BINTLIFF, John (1977): *Natural environment and human settlement in prehistoric Greece: based on original fieldwork*. Oxford, BAR Supplementary series, 28.

BOSSARD, M; FERANEC, J.; OTAHEL, J. (2000): *CORINE land cover technical guide – Addendum 2000. Technical report No 40*. Copenhagen, European Environment Agency.

CAETANO, Mário; PEREIRA, Maria; CARRÃO, Hugo; ARAÚJO, António; NUNES, António; NUNES, Vasco (2008): *Cartografia temática de ocupação / uso do solo do Instituto Geográfico Português. Mapping – Revista Internacional de Ciencias de la Tierra*, n.º 126, pp. 78-87.

CANHÃO, Valdemar Luís (2004): *Monte Julioa 24: um casal de época romana*. In Lança, Maria João (coord.): *No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos*. Beja, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, pp. 107-167.

CARBALLO ARCEO, L. Xulio (2001): *A cultura castrexa na comarca de Deza*. Lalín, colección Deza básicos, n.º 4.

CARDOSO, José V. J. de Carvalho (1965): *Os solos de Portugal – sua classificação, caracterização e génese*. Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

CARNEIRO, André (2004): *Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira / Câmara Municipal de Cascais / Edições Colibri.

CARNEIRO, André (2011): *Povoamento rural romano no Alto Alentejo em Época Romana: lugares, tempo e pessoas – vectores estruturantes durante o império e a antiguidade tardia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2 vols.

CARVALHO, Pedro C. (2004): *Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano*. In Lopes, Maria Conceição; Vilaça, Raquel (coord.): *O*

passado em cena: narrativas e fragmentos. Coimbra / Porto, CEAUCP, FCT e IAFLUC, pp. 121-140.

CARVALHO, Pedro C. (2005): *Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior*. In *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, CEI / ARA, pp. 155-169.

CARVALHO, Pedro C. (2007a): *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão / Coimbra, Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Pedro C. (2007b): *“Terlmonte I” (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior norte da Lusitania*. *Conimbriga*, vol. XLVI, pp. 207-250.

CARVALHO, Pedro C. (2009): *O forum dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)*. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 82, pp. 115-131.

CARVALHO, Pedro C. (2010a): *A caminho do Douro na Época Romana. Da capital da “Ciuitas Igaeditanorum” aos “Territoria” dos “Lancienses, Araui, Meidubrigenses” e “Cobelci”*. In CUBAS MARTÍN, Noemí; HIDALGO RODRÍGUEZ, David e SALINAS DE FRÍAS, Manuel (eds.): *Arqueología, patrimonio, prehistoria e historia antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la lusitania en Arribes del Duero*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 125-138.

CARVALHO, Pedro C. (2010b): *O interior norte da Lusitânia romana. Resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império*. In Sastre, I. e Beltrán, A. (eds.): *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*. Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, pp. 79-93.

CARVALHO, Pedro C. (2012a): *Igaedis. Portugal Romano*, ano 1, n.º2, pp. 44-51.

CARVALHO, Pedro C. (2012b): *Pela Beira interior no séc. I d.C.: das capitais de civitates aos vici, entre o Ponsul e a Estrela*. In *Actas V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*. Méda, Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo, pp. 330-350.

CARVALHO, Pedro C. (2013): *Construções em terra da Época Augustana na capital da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Portugal)*. *Digitar, Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, n.º 1, pp. 138-146.

CARVALHO, Pedro C. (no prelo): *Há dois mil anos em redor do vale do Tua, entre o Douro e Trás-os-Montes: tempo de confronto, paisagens de transição*. In Carvalho, Pedro C. (coord.): *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (concelhos de Murça, Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Alijó)*. EDP, vol. 1.

CARVALHO, Pedro C.; ENCARNAÇÃO, José de (2006): *O Monumento Romano da Quinta da Caneca (Salgueiro, Fundão)*. *Eburobriga*, n.º 4, pp. 91-98.

CARVALHO, Pedro C.; RIBEIRO, Carla; SILVA, Ricardo; ALMEIDA, Sara (2002): *Povoamento rural romano ao longo da Ribeira de Meimoa – Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva)*. *Conimbriga*, vol. XLI, pp. 127-152.

CARVALHO, Pedro C.; SANTOS, Filipe J. Carvalho dos (2008): *Aspectos do mundo funerário romano na Beira Interior. As estruturas funerárias monumentais da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem*. *Conimbriga*, vol. XLVII, pp. 127-143.

CASTILLO PASCUAL, M.ª José (1996): *Espacio en orden: el modelo gromático-romano de ordenación del território*. Logroño, Universidad de la Rioja.

CHOUQUER, Gérard (2012): *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja [Portugal]*. Coimbra, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

CÔRTE-REAL, Artur (1996): *Estação arqueológica de Idanha-a-Velha: ações desenvolvidas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro no âmbito do estudo, conservação e valorização do sítio – (1987-1990)*. *Materiais*, II série, ano 1, n.º 0, vol. 2, pp. 21-44.

COSTA, António Carvalho da (1708): *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, vol. 2.

COSTA, Miguel Cipriano Esteves (2010): *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRIADO BOADO, Filipe (1999): *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela, Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela.

CRISTÓVÃO, José (2002): *As muralhas romanas de Idanha-a-Velha*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRISTÓVÃO, José (2005): *Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade romana de Idanha-a-Velha (dos finais do século I a.C. ao limiar do século IV)*. In *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, CEI / ARA, pp. 189-204.

CURRÁS REFOJOS, Brais X. (2014a): *Mapa de usos potenciales de la tierra de Galicia. Una perspectiva arqueológica*. *Trabajos de Prehistoria*, 71, n.º 1, pp. 23-41.

CURRÁS REFOJOS, Brais X. (2014b): *Transformaciones sociales y territoriales en la cuenca del Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 vols.

DALBY, Andrew (2003): *Food in ancient world from A to Z*. Routledge, London and New York.

DAMIAN, Evans; FLETCHER, Roland; POTTIER, Christophe; CHEVANCES, Jean-Baptiste; SOUTIF, Dominique; TAN, Boun; IM, Sokrithy; EA, Darith; TIN, Tina; KIM, Samnang; CROMARTY, Christopher; DE GREEF, Stéphane; HANUS, Kasper; BÂTY, Pierre; KUSZINGER, Robert; SHIMODA, Ichita; BOORNAZIAN, Glenn (2013): *Uncovering archaeological landscapes at Angkor using lidar*. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, vol. 110, n.º 31.

DIAS, Lino Augusto Tavares (1997): *Tongobriga*. Lisboa, Ministério da Cultura.

DÍAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco; GIL SOTRES, Fernando (1982): *Evaluación da capacidade productiva das terras de Galicia*. *Revista Galega de Estudos Agrarios*, 7-8, pp. 149-172.

DÍAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco; GIL SOTRES, Fernando (1984): *Capacidad productiva de los suelos de Galicia*. Mapa 1:200.000. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores (1986): *Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica*. *Gerión*, 4, pp. 265-283.

DRAEDM (Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho) (1995): *Carta de solos e carta de aptidão da terra de Entre Douro e Minho*. Braga, DRAEDM.

ENCARNAÇÃO, José de (1975): *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ENCARNAÇÃO, José de (1987): *Divindades indígenas da Lusitânia*. Conimbriga, vol. XXVI, pp. 5-37.

ENCARNAÇÃO, José de (1993): *L'épigraphie du village à l'extrême occidente d'Hispania*. *Epigrafia e Antichità*, n.º 12, pp. 237-259.

FÁBREGA ÁLVAREZ, Pastor; PARCERO OUBIÑA, César; MÉNDEZ SANTIAGO, Paula (2005): *Alén dos castros de O Neixón: análise dixital dunha paisaxe arqueolóxica*. IN AYÁN VILA, Xurxo M. (coord.): *Os castros do Neixón: recuperación dendê a Arqueoloxía dun espácio social e patrimonial*. Noia, Toxosoutos, pp. 247-287.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) (1976): *A framework for land evaluation*. *FAO Soils bulletin* 32. Roma, FAO.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) (2007): *Land evaluation. Towards a revised framework*. *Land and water discussion paper* 6. Roma, FAO.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) (2015): *World reference base for soil resources 2014 International soil classification system for naming soils and creating legends for soil maps*. *World soil resources reports* 106. Roma, FAO.

FERNANDES, Luís; FERREIRA, Maria do Céu; OSÓRIO, Marcos; PERESTRELO, Manuel Sabino (2006): *Vicus e Castellum na Provincia Lusitania: notas epigráficas e arqueológicas*. Conimbriga, vol. XLV, pp. 165-198.

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen (1997): *La muralla romana de Gijón (Asturias)*. Madrid, Electa / Ayuntamiento de Gijón.

FERNÁNDEZ URIEL, Pilar (2007): *La conquista de la Península Ibérica por Roma*. In Morillo Cerdán, Angel (ed.): *El ejército romano en la Hispania*. *Guía arqueológica*. Léon, Universidad de Léon e União Europeia, pp. 39-54.

FERREIRA, António Miguel Pereira Jorge (2000): *Dados Geoquímicos de Base de Sedimentos Fluviais de Amostragem de Baixa Densidade de Portugal Continental: Estudo*

de Factores de Variação Regional. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.

FERREIRA, Octávio da Veiga (1978): *Subsídio para a carta a arqueológica da região Egítaniense*. *Setúbal Arqueológica*, vol. IV, pp. 227-235.

FONSECA, Crispiniano da (1927): *A Aegitanea (Idanha-a-Velha)*. Lisboa, Imprensa Nacional.

FRANCISCO MARTÍN, Julián de (1989): *Conquista y Romanización de Lusitania*. Salamanca, Universidad de Salamanca.

FREITAS, Bruno Ricardo Bairrão de (2015): *Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FUENTES DOMÍNGUEZ, Ángel (1997): *Aproximación a la ciudad hispana de los siglos IV y V d.C.* In Teja, Ramón; Pérez González, Cesáreo (coord.): *actas do Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio"*. Segóvia, Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura – Universidad, vol. 2, pp. 477-496.

GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2005): *Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del território*. Barcelona, Ariel.

GASPAR, Jorge (1993): *As regiões portuguesas*. Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2006): *Una disciplina denominada Arqueología del Paisaje*. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*, n.º 20, pp. 28-36.

INGOLD, Tim (1993): *The temporality of the landscape*. *World Archaeology*, vol. 25, n.º 2, pp. 152-174.

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (2010): *Memória descritiva da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS2007)*.

KOLENDO, Jerzy (1992): *O camponês*. In Giardina, Andrea (dir.): *O Homem Romano*. Lisboa, Editorial Presença, pp. 169-178.

LANDEIRO, José Manuel (1952): *Da velha Egítânia*. *Beira Alta*, 11 (1-2).

LE ROUX, Patrick (1990): *Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine*. In *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires*. Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42, pp. 35-49.

LE ROUX, Patrick (2004): *La question des conuentus dans la péninsule Ibérique d'époque romaine*. In Auliard, Claudine; Bodiou, Lydie (dir.): *Au jardin des Hespérides: Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes (Histoire), pp. 337-356.

LEAL, M. P. da Silva (1729): *Memórias para a história eclesiástica do bispado da Guarda*. Lisboa, Joseph Antonio da Sylva.

LE MOS, Francisco Sande (1993): *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

LOPES, Maria da Conceição (2000): *A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de Pax Iulia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.

LÓPEZ BARJA DE QUEIROGA, P. (1999): *El censo provincial, los populi y los castella de Gallaecia*. *Gallaecia: revista de arqueología e antiguidade*, n.º 18, pp. 347-362.

LÓPEZ BARJA DE QUEIROGA, P. (2000): *La provincia Transduriana*. In Sánchez-Palencia, Javier; Mangas Manjarrés, Julio (coord.): *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. León, Fundación las Médulas, pp. 31-45.

LÓPEZ MENERO, Raquel; SÁNCHEZ ABAL, José Luis; GARCÍA JIMÉNEZ, Santiago (1984): *El bronce de Alcántara. Una deditio del 104 a.C.* *Gerión*, 2, pp. 265-325.

LÓPEZ PAZ, Pilar (1989): *La relación ciudad-campo: revisión*. *Veleia*, 6, pp. 111-133.

MACÍAS, Santiago (1992): *O Garb-al-Andaluz: resenha dos factos políticos*. In Mattoso, José (dir.): *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 417-432.

MANO, André (2012): *Guia de Introdução ao Quantum GIS (QGIS)*. Curso livre de SIG em Arqueologia promovido pelo Campo Arqueológico de Mértola.

MANTAS, Vasco Gil (1987): *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.

MANTAS, Vasco Gil (1988): *Orarivm donavit igaiditanis: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana*. In Menavt, G. Pereira (ed.): *Actas 1º congreso peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela, Servicio de publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, pp. 415-439.

MANTAS, Vasco Gil (1993): *Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos C. Cantivs Modestivns*. In Mayer, Marc (coord.): *Religio Deorvm. Actas del coloquio internacional de epigrafia culto y sociedade en occidente*. Sabadell, Editorial AUSA, pp. 227-250.

MANTAS, Vasco Gil (1996): *Teledetecção, cidade e território: Pax Ivlia*. *Arquivo de Beja*, vol. I, série III, pp 5-30.

MANTAS, Vasco Gil (1998): *O espaço urbano nas cidades do norte da Lusitânia*. In Rodríguez Colmenero, Antonio (coord.): *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo, Faculdade de Humanidades, pp. 355-391.

MANTAS, Vasco Gil (2002): *C. Cantivs Modestivns e seus templos*. In *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 231-234.

MANTAS, Vasco Gil (2006): *Cidadania e estatuto urbano na civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)*. *Biblos*, vol. IV, pp. 49-92

MARROCOS, António Capêlo Manzarra (1936): *Idanha-a-Velha. Estudo antropogeográfico*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Manuela (1988): *O povoado fortificado do Lago, Amares*. *Cadernos de Arqueologia – monografias 1*. Braga, Câmara Municipal de Amares e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MARTINS, Manuela (1990): *O povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. *Cadernos de Arqueologia – Monografias*. Braga, Câmara Municipal de Amares e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MORILLO CERDÁN, Angel; MARTÍN HERNÁNDEZ, Esperanza (2005): *El ejército romano en la Península Ibérica. De la “Arqueología filológica” a la Arqueología Militar romana*. *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 4, pp. 177-207.

MOTA, Andreia; BENTO-GONÇALVES, António; VIEIRA, António (2012): *Uso e ocupação do solo em Portugal – Aspectos metodológicos para atualização de cartografia temática*. *AURORA geography journal*, n.º 4, pp. 101-113.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena (1991): *Arqueología del paisaje: historia, problemas y perspectivas*. *Archivo Español De Arqueología*, n.º 64, pp. 191-230.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena (1995): *Del "marco geográfico" a la Arqueología del paisaje. La aportación de la fotografía aérea*. Madrid, Monografías, 15, CSIC.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena (1996): *Estructura social y territorio. El impacto romano en la cuenca noroccidental del Duero*. Madrid, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XV, CSIC.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena (1998): *El estudio del Paisaje: visiones desde la Arqueología*. *Arqueología del Paisaje*, n.º 19-20, pp. 9-19.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena (2002): *El territorio de las civitates peregrinas en los tratados de agrimensura. Las civitates del noroeste Hispano*. *Habis*, 33, pp. 389-406.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena; RUIZ DEL ÁRBOL MORO, María; LÓPEZ JIMÉNEZ, Óscar (2002): *Los registros del paisaje en la investigación arqueológica*. *Archivo Español de Arqueología*, 75, pp. 287-311.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena; SASTRE PRATS, Inés (1999): *Fiscalité et organisation du territoire dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: civitates, tribute et ager mensura comprehensus*. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, vol. 25, n.º 1, pp. 159-188.

OREJAS SACO DEL VALLE, Almudena; SASTRE PRATS, Inés; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-Javier; PLÁCIDO, Domingo (2000): *El edicto de Augusto del Bierzo y la primera organización romana del noroeste peninsular*. In Sánchez-Palencia, Javier; Mangas Manjarrés, Julio (coord.): *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Léon, Fundación las Médulas, pp. 63-112.

ORTIZ DE URBINA ÁLAVA, Estíbaliz (2000): *Las comunidades hispanas y el derecho latino. Observaciones sobre los procesos de integración local en la práctica político-administrativa al modo romano*. *Veleia*, anejos series minor 15.

OSÓRIO, Marcos (2000): *O povoamento romano do Alto Côa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

OSÓRIO, Marcos (2006): *O povoamento Romano no Alto Côa*. Guarda, Câmara Municipal da Guarda.

OSÓRIO, Marcos (2016): *Fortificações, territórios e dinâmicas transfronteiriças no Alto Côa*. In Vilaça, Raquel (coord.): *II Congresso Internacional de Arqueologia da região de Castelo Branco*. Castelo Branco, RVJ Editores, pp. 89-107.

OSÓRIO, Marcos; SALGADO, Telmo (no prelo): *A abordagem SIG ao Vale do Tua: uma experiência inovadora*. In Carvalho, Pedro C. (coord.): *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (concelhos de Murça, Mirandela, Vila Flor, Carraceda de Ansiães e Alijó)*. EDP, vol. 1.

OSÓRIO, Marcos; SALGADO, Telmo (2007): *Um sistema de informação geográfica aplicado na Arqueologia do Município do Sabugal*. *Praxis, Archaeologica*, 2, pp. 9-22.

OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo Costeira da; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008): *O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal)*. *Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa*. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*, vol. 3, pp. 98-115.

OSÓRIO, Marcos; VILAÇA, Raquel; SALGADO, Telmo (2015): *Muralhas Proto-históricas no Alto Côa (Portugal)*. *Análise com ferramentas SIG e 3D*. In Rodríguez Monterrubio, Óscar; Portilla Casado, Raquel; Sastre Blanco, José; Fuentes Melgar, Patricia (coord.): *Fortificaciones en la Edad del Hierro: Control de los recursos y el territorio*. Glyphos, pp. 307-323.

PARCERO OUBIÑA, César (2002): *La construcción del paisaje social en la Edad del Hierro del Noroeste ibérico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

PEDROSA, Vitor (1996): *Territórios teóricos de exploração e área de influência na Egitânia*. Coimbra, IAFLUC (Seminário de Arqueologia: trabalho académico policopiado).

PEREIRA, Félix Alves (1909): *Ruínas de ruínas ou estudos Igeditanos*. *Elenco da epigraphia lusitano-romana*. *O Archeologo Português*, vol. XIV, pp. 169-197.

PEREIRA, Félix Alves (1917): *Ruínas de Ruínas ou Destroços Igeditanos*. Lisboa.

PEREIRA, Félix Alves (1938): *Vestígios do passado em Idanha-a-Velha. Ruínas de ruínas ou destroços igeditanos. O Archeologo Português*, série IV, pp. 186-204.

PEREIRA, Félix Alves (1956): *Vestígios do passado em Idanha-a-Velha. Ruínas de ruínas ou estudos Igeditanos. O Archeologo Português*, vol. XXX, pp. 186-204.

PERESTELO, M. Sabino (2003): *A romanização na bacia do rio Côa. Vale do Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.*

PÉREZ LOSADA, Fermín (1998): *Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. O Arqueólogo Português*, série IV, 16, pp. 157-174.

PÉREZ LOSADA, Fermín (2002): *Entre a cidade e a aldea: estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos en Galicia. Brigantium*, vol. 13.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1903): *Apontamentos*. Manuscrito. Depositado no Museu Tavares Proença Júnior de Castelo Branco.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910): *Archeologia do Distrito de Castello Branco*. Leiria.

QUEIROZ, Paula (2004): *Estudos de Arqueobotânica na Quinta Romana de Terlamonte, Covilhã – II. Uma semente da quinta romana de Terlamonte*. Lisboa, Trabalhos do CIPA, n.º 70.

QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel (1995): *Barragens romanas do distrito de Castelo Branco e barragem de Alferrarede. Conimbriga*, vol. XXXIV, pp. 75-127.

REED, Stewart; BAILEY, Nathan; OGHNEKOME, Onokpise (2000): *Soil science for archeologists*. Editado por Michael Russo e Virginia Horak. Florida Agricultural and Mechanical University and Southeast Archeological Center, National Park Service.

REIS, Maria Pilar Miguel dos (2000): *As termas e os balneários romanos da Lusitânia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

REIS, Maria Pilar Miguel dos (2004): *Las termas y balnea romanos de Lusitânia*. Madrid, Ministério de Cultura.

REIS, Maria Pilar Miguel dos (2013): *Entre Monfortinho e Castelo Branco: sítios arqueológicos romanos ao longo de um projecto rodoviário (IC31)*. In Jiménez Avila, Javier; Bustamante-Álvarez, Macarena; García Cabezas, Miriam (coord.): *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros, Ayuntamiento de Villafranca de los Barros.

RIBEIRO, Orlando (1943): *Evolução da falha do Ponsul*. In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XXIV, pp. 109-123.

ROMERO PERONA, Damián (2015): *Territorio y formaciones sociales en la zona astur-lusitana del Duero*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Valência.

RUIVO, José; FERNANDES, Luís S.; CARVALHO, Pedro C. (1991): *Um ensaio de prospecção sistemática na área de Idanha-a-Velha*. Coimbra, IAFLUC (Seminário de Arqueologia: trabalho académico policopiado).

RUIZ DEL ÁRBOL MORO, María (2001): *Organización y explotación del territorio en el noreste de Lusitânia en época alto-imperial*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid.

SÁ, Ana Marques de (2007): *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

SALVADO, Pedro Miguel (1988): *Elementos para a cronologia e para a bibliografia de Idanha-a-Velha*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

SAMOUCO, Ramiro (1998): *Horizonte A; Horizonte B; Horizonte C; Horizonte O*. In *Dicionário de Agronomia*. Lisboa, Plátano – Edições Técnicas, p. 181.

SÁNCHEZ-PALENCIA, Javier; MANGAS MANJARRÉS, Julio (2000): *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Léon, Fundación las Médulas.

SÁNCHEZ-PALENCIA, Javier; PÉREZ GARCÍA, Luis Carlos (2005): *Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges /Cerjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa*. *Actas das 2^{as} jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, CEI / ARA, pp. 267-307.

SÁNCHEZ YUSTOS, Policarpo (2010): *Las dimensiones del paisaje en Arqueología*. *MUNIBE (Antropologia-Arkeologia)*, n.º 61, pp. 139-151.

SANTOS, J. (1977): *Estructuras indígenas del Noroeste peninsular y los cambios de las mismas del siglo I a.C. al siglo II p.C.* Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade de Oviedo.

SASTRE PRATS, Inés (1999): *Estructura de explotación social y organización del territorio en la civitas Zoelarum.* *Gerión*, 17, pp. 345-359.

SASTRE PRATS, Inés (2001): *Las formaciones sociales rurales de la Asturia romana.* Madrid, Ediciones Clásicas.

SCHULTEN, Adolf (1922-1959): *Fontes Hispaniae antiquae.* Barcelona, Liberia Universitaria de A. Bosch, vol. V.

SILVA, António J. M.; CARVALHO, Pedro C. (2004): *À porta duma quinta do Alto Império. Resultados preliminares do estudo intra-sítio do assentamento romano de "Terlamonte I" (Teixoso, Covilhã).* *Conimbriga*, vol. XLIII, pp. 99-147.

SILVA, Maria de Fátima Matos da; SILVA, Carlos Alberto M. Gouveia (2007): *Carta Arqueológica de Paredes de Coura.* Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura.

SILVA, Ricardo Costeira da (2005): *Génese e transformação da estrutura do povoamento do I milénio a.C. na Beira Interior.* Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra.

TARPIN, Michel (2002): *Vici et pagi dans l'Occident romain.* Paris-Roma, Collection de l'École française de Rome, n.º 299.

TILLEY, Christopher (1994): *A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments.* Oxford, Berg Publishers.

TOMLIN, Dana (1990): *Geographic Information Systems and Cartographic Modeling.* United States, Prentice Hall.

TORRES, Cláudio (1992a): *A Sé Catedral da Idanha.* *Arqueologia Medieval*, n.º 1, pp. 169-178.

TORRES, Cláudio (1992b): *O Garb-Al-Andaluz.* In Mattoso, José (dir.): *História de Portugal.* Lisboa, Círculo ed Leitores, vol. 1, pp. 360-437.

TRANOY, Alain (1981): *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris, Diffusion de Boccard.

TRANOY, Alain (1990): *L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus*. In *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires*. Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42, pp. 11-20.

URSIN, N. R. (1884): *De Lusitania Provincia romana*. Helsingfors.

VASCONCELOS, José Leite de (1895): *Cultos luso-romanos em Igeditania. O Archeologo Português*, vol. 1, n.º 9, pp. 225-232.

VASCONCELOS, José Leite de (1905): *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. II.

VASCONCELOS, José Leite de (1927): *De Terra em Terra*. Lisboa.

VILAÇA, Raquel (2005): *Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a.C.* In *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, CEI / ARA, pp. 13-32.

VITA-FINZI, Claudio; HIGGS, Eric (1970): *Prehistoric Economy in the Mount Carmel Area of Palestine: Site Catchment Analysis*. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, pp. 1-37.

WHEATLEY, Angeliki; GILLINGS, Mark (2002): *Spatial technology and archaeology: the archaeological applications of GIS*. London / New York, Taylor & Francis.

WHITE, K. D. (1970): *Roman farming*. London, Thames and Hudson.

XUSTO RODRÍGUEZ, Manuel (1993): *Territorialidade castrexa e galaico-romana na galícia suroriental: a terra de Viana do Bolo*. Ourense, Anexo dos Boletín Auriense 18, Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense.

FONTES

CATÃO: *De Re Rustica*. Tradução de Andrew Dalby, Prospect Books.

COLUMELA (1959): *Los doce libros de agricultura*. Tradução de Carlos J. Castro, Carlos J. e Emiliano M. Aguilera. Barcelona, Obras Maestras, 2 volumes.

ESTRABÃO (2017): *Geografia. Livro III*. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Horta Marques Pereira. Imprensa da Universidade de Coimbra.

ISIDORO DE SEVILLA (1983): *Etimologías*. Notas e tradução de J. Oroz Reta e M. A. Marcos Casquero. Madrid, Ed. Bilingue, Biblioteca de autores critianos.

PLÍNIO-O-JOVEM (1931): *Letters*. Tradução de William Melmoth. London, New York, William Heinemann / Putnam's Sons (Loeb Classical Library).

PLÍNIO-O-VELHO (1917): *Natural History*. Tradução de H. Rackham. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Presse (Loeb Classical Library), 10 volumes.

VARRÃO (1990): *De lingua Latina*. Introdução, tradução e notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Barcelona, Anthropos, Editorial del Hombre.

VARRÃO (2012): *Das coisas do campo*. Tradução de Matheus Trevizam. Campinas, LVMINA, Editora Unicamp.

VIRGÍLIO (2012): *Bucólicas; Geórgicas; Eneida*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa, Temas e Debates: Círculo de Leitores.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

CIL II: HÜBNER, Emil (1869 e 1892): *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini, Gergium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).

HAE: *Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

HEp: *Hispania Epigraphica* 7. Madrid, Archivo Epigráfico de Hispania, Universidad Complutense.

ILER: VIVES, J. (1971-1972): *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona, 2 vols.

ANEXO I - TABELAS

Sítio	Categoria	Crítérios principais para a identificação
<i>Vici</i>	Aglomerado secundário	Situado próximo de uma via principal e presença de inscrições funerárias.
<i>Castella principais</i>	Aglomerado secundário	Área amuralhada, situada na proximidade de estradas, com vestígios de romanização.
<i>Castella menores</i>	Aglomerado terciário	Com dimensões mais reduzidas relativamente ao anterior.
<i>Aldeias</i>	Aglomerado terciário	Situadas em zonas baixas com áreas de dispersão de material com c. 3 / 4 ha e presença de cerâmica de construção e cerâmica doméstica comum.
<i>Villae</i>	Povoamento rural disperso	Presença de mosaicos, vestígios de termas e / ou de inscrição funerária.
<i>Granjas</i>	Povoamento rural disperso	Dispersão de materiais entre os 1 000 m ² e 5 000 m ² e presença de cerâmicas finas (<i>terra sigillata</i> , lucernas, etc.) e / ou silhares, colunas, capitéis, <i>opus signinum</i> .
<i>Casais</i>	Povoamento rural disperso	Presença de tégulas, ímbrices e / ou cerâmica doméstica comum numa área até 1 000 m ² .

Tabela 1: Proposta tipológica para o povoamento romano de Portugal segundo Alarcão (1995).

Sítio	Categoria	Dispersão dos achados
<i>Vici</i>	Aglomerado secundário	3 ha
<i>Castella</i>	Aglomerado terciários	-
<i>Aldeias</i>	Aglomerado terciários	10 000 – 30 000 m ²
<i>Villae</i>	Povoamento rural disperso	5 000 – 25 000 m ²
<i>Granja</i>	Povoamento rural disperso	1 000 - 5 000 m ²
<i>Casais</i>	Povoamento rural disperso	100 – 1 000 m ²

Tabela 2: Proposta tipológica para o povoamento romano de Portugal segundo Alarcão (1998c).

Critérios (padrão) para a identificação			
Sítios	Topografia	Tipo de materiais	Dispersão dos achados
Tuguria	Situam-se no topo de elevações, geralmente próximas da unidade da qual dependem; com menos regularidade em encostas ou em chãs, terrenos baixos e planos.	Cerâmica de construção e comum (sobretudo de armazenamento); pontualmente escória.	100 m ² – 600 m ²
Casais	Situam-se no topo de elevações; com menos regularidade em encostas.	Cerâmica de construção e comum (de mesa, de ir ao lume e armazenamento); com menos regularidade cerâmica importada (<i>terra sigillata</i> hispânica) ou materiais associados a atividades domésticas artesanais como escória, mós ou pesos de tear.	900 m ² - 1 500 m ²
Quintas ou granjas	Situam-se em encostas suaves voltadas, sobretudo, a sudoeste; com menos regularidade em topos de esporão / plataforma.	Cerâmica de construção e comum (de mesa, de ir ao lume e armazenamento); com menos regularidade <i>terra sigillata</i> hispânica ou materiais associados a atividades domésticas artesanais como escória, mós, pesos de tear e de lagar, sendo estes materiais um pouco mais abundantes do que nos casais.	3 000 m ² - 5 000 m ²
Villae	Situam-se em plataformas de esporão pouco pronunciadas; com menos regularidade em vertentes suaves voltadas, sobretudo, a sudeste.	Cerâmica de construção, comum e / ou importada (<i>terra sigillata</i>); mós; pesos de tear; escória; elementos arquitetónicos (<i>urbana ornamenta</i>); epigrafia.	c. 10 000 m ²

Tabela 3: Caracterização do povoamento rural disperso da Cova da Beira segundo Carvalho (2007: 398-415).

Classes	Grau de limitação
A	- Poucas ou nenhuma limitações - Sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros - Suscetível de utilização agrícola intensiva
B	- Limitações moderadas - Riscos de erosão no máximo moderados - Suscetível de utilização agrícola moderadamente intensiva
C	- Limitações acentuadas - Riscos de erosão no máximo elevados - Suscetível de utilização agrícola pouco intensiva
D	- Limitações severas - Riscos de erosão no máximo elevados a muito elevados - Não suscetível de utilização agrícola, salvo casos muito especiais - Poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal
E	- Limitações muito severas - Riscos de erosão muito elevados - Não suscetível de utilização agrícola - Severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal - Ou servindo apenas para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação - Ou não suscetível de qualquer utilização
Subclasses	Limitação dominante
e	- Erosão e escoamento superficial
h	- Excesso de água
S	- Limitações do solo na zona radicular

Tabela 4: Classes e subclasses agrológicas que classificam a terra em função das suas limitações.

Horizonte (Samouco, 1998: 181)	Descrição
Horizonte O	Orgânico, superficial (formado ou em formação na parte superior de um solo mineral), composto por folhado, detritos vegetais e resíduos orgânicos.
Horizonte A	Mineral, superficial ou subsuperficial, com maior atividade biológica e o mais influenciado pelo clima.
Horizonte B	Mineral, subsuperficial, zona de acumulação, sobretudo de elementos finos (argila, ferro e/ou alumínio).
Horizonte C	Mineral, composto por rochas desagregadas.
Horizonte R	Rocha subjacente.

Tabela 5: Classificação edafológica portuguesa dos solos.

Código	Descrição
A	Solos Incipientes – Aluviossolos modernos, não calcários, de textura mediana
Al	Solos Incipientes - Aluviossolos Modernos, Não Calcários, de textura ligeira
At	Solos Incipientes - Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura mediana
Atl	Solos Incipientes - Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura ligeira
Ap	Solos Podzolizados - Podzóis (Não Hidromórficos), Sem Surraipa, Normais, de areias ou arenitos
Arg	Afloramento Rochoso de granitos ou quartzodioritos
Argn	Afloramento Rochoso de gnaisses ou rochas afins
Arx	Afloramento Rochoso de xistos ou grauvaques
Asoc	Área Social
Ca	Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Aluviossolos (ou Para-Coluviossolos), de aluviões ou coluviais de textura mediana
Eg	Solos Incipientes - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de granitos ou quartzodioritos
Egn	Solos Incipientes - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de gnaisses ou rochas afins
Ex	Solos Incipientes - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de xistos ou grauvaques
Pa	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de depósitos argiláceos não consolidados
Pb	Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Solos Argiluvitados Pouco Insaturados, de xistos ou grauvaques ou de materiais de ambos
Pg	Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de granitos
Pgn	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de gnaisses ou rochas afins
Px	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de xistos ou grauvaques
Sb	Solos Incipientes - Solos de Baixas (Coluviossolos), Não Calcários, de textura mediana
Sbl	Solos Incipientes - Solos de Baixas (Coluviossolos), Não Calcários, de textura ligeira
Sr	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de de "rañas" ou depósitos afins
Va	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de depósitos argiláceos não consolidados (de textura franca a franco-argilosa)
Vgn	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de gnaisses ou rochas afins
Vx	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de xistos ou grauvaques

Tabela 6: Descrição dos solos relativos à CMP 270.

N.º	Topónimo	Tipologia	Descrição	Coordenadas	Bibliografia
1	Veiga I	<i>Villa</i>	Numa área de dispersão superior a 5000 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum, <i>terra sigillata</i> hispânica, escórias de ferro e fragmentos de vidro.	Lat. 39° 59' 55.32" N Long. 7° 8' 9.744" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
2	Corxo	<i>Villa</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 3000 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e um peso de lagar.	Lat. 40° 0' 1.476" N Long. 7° 7' 21.502" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
3	Olival do Salão	Necrópole da cidade (?)	Numa área de dispersão superior a 2000 m ² documenta-se cerâmica de construção.	Lat. 39° 59' 35.088" N Long. 7° 8' 21.695" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
4	Cabeço do Salão	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção.	Lat. 39° 59' 34.476" N Long. 7° 8' 26.771" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
5	Furdas	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 500 m ² documenta-se cerâmica de construção, um peso de tear, além de silhares de granito e uma pedra moldurada reutilizados numa casa em ruínas.	Lat. 39° 59' 25.872" N Long. 7° 8' 32.46" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
6	Furdões Velhos	<i>Horreum</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum, além de silhares de granito bem aparelhados numa estrutura retangular. De acordo com uma informação oral, próximo deste local terão sido encontradas moedas romanas de cobre.	Lat. 39° 59' 28.608" N Long. 7° 8' 48.587" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
7	Olival das Almas	<i>Villa</i>	Numa área de dispersão superior a 3000 m ² documenta-se cerâmica	Lat. 39° 59' 38.976" N Long. 7° 8'	Alarcão, 1988b, II; Almeida,

			de construção e comum, além de silhares. Fernando de Almeida terá escavado esta <i>villa</i> , onde se descobriu um tanque circular em um possível pátio.	48.911" O	1977c; Ruivo <i>et al.</i> , 1991
8	Queijeira do Vale do Conde	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão de c. 150 m ² documentase cerâmica de construção e comum, além de uma taça de vidros.	Lat. 39° 59' 38.004" N Long. 7° 8' 5.352" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
9	Cavaleiro	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão de c. 100 m ² documentase cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 59' 21.228" N Long. 7° 8' 48.047" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
10	Terra do Valentim	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão de c. 150 m ² documentase cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 59' 23.1" N Long. 7° 9' 21.851" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
11	Afesseirão das Corgas	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão de c. 100 m ² documentase cerâmica de construção e cerâmica doméstica comum.	Lat. 39° 59' 30.228" N Long. 7° 9' 32.868" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
12	Queijeira das Corgas	Casal	Numa área de dispersão de c. 1000 m ² documentase cerâmicas de construção, doméstica comum e parte do dormente de uma mó. Joaquim Baptista refere que em redor do edificio da Queijeira de Corgas existe, além da cerâmica já referida, troncos de colunas, moedas e <i>terra sigillata</i> .	Lat. 39° 59' 36.528" N Long. 7° 9' 30.744" O	Baptista, 1998; Ruivo <i>et al.</i> , 1991
13	Beiradas	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão de c. 100 m ² documentase cerâmicas de construção e cerâmicas domésticas comuns.	Lat. 39° 59' 56.544" N Long. 7° 9' 40.824" O	Baptista, 1998; Ruivo <i>et al.</i> , 1991
14	Chão da Devesa	Forno cerâmico	Monumento de planta retangular, com duas	Lat. 39° 59' 56.616" N	Almeida, 1977b;

			divisões e feito de xisto.	Long. 7° 9' 9.576" O	Almeida e Ferreira, 1968; Baptista, 1998; Ruivo <i>et al.</i> , 1991
15	Terra da Nazaré 1	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 400 m ² documenta-se cerâmica doméstica comum.	Lat. 40° 0' 9.864" N Long. 7° 9' 6.192" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
16	Terra da Nazaré 2	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 300 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 40° 0' 6.48" N Long. 7° 9' 2.267" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
17	Lomba do Ouro	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 400 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 59' 21.912" N Long. 7° 6' 38.808" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
18	Arraial da Gravaia 1	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 600 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 44.616" N Long. 7° 6' 17.459" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
19	Arraial da Gravaia 2	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica doméstica comum.	Lat. 39° 58' 35.292" N Long. 7° 6' 34.74" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
20	Piçarreira	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 1.452" N Long. 7° 7' 0.408" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
21	Vale do Milhano	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 200 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e escória de ferro.	Lat. 39° 57' 29.592" N Long. 7° 5' 57.156" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
22	Valados 1, 2 e 3	Casal	Esta estação arqueológica tem três núcleos que, segundo os prospetores, correspondem ao mesmo sítio. Com dispersão de 1000 m ² , 300 m ² e 600 m ² ,	Lat. 39° 58' 46.344" N Long. 7° 6' 50.112" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991

			documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum, fragmentos da parte movente de uma mó, escória de ferro e blocos graníticos.		
23	Curral das Lagoas 2	<i>Villa</i>	Numa área de dispersão superior a 7.000 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum, <i>terra sigillata</i> hispânica, três pesos de tear, um dormente de uma mó, uma soleira de porta em granito, silhares escória de ferro e fragmentos de vidro.	Lat. 39° 58' 38.532" N Long. 7° 7' 12.684" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
24	Curral das Lagoas 3	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 3100 m ² documenta-se cerâmica de construção.	Lat. 39° 58' 48.54" N Long. 7° 6' 54.936" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
25	Curral das Lagoas 4	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 400 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum, um peso de tear, fragmento de um dormente de uma mó e escória de ferro.	Lat. 39° 58' 41.124" N Long. 7° 6' 54.936" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
26	Curral das Lagoas 5	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 200 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 31.944" N Long. 7° 6' 56.016" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
27	Curral das Lagoa 6	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 21.864" N Long. 7° 6' 56.735" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
28	Terra do Leitão	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 300 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 59.448" N Long. 7° 7' 30.683" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
29	Terra do João Rodrigues	Casal	Numa área de dispersão superior a 1500 m ² documenta-se cerâmica	Lat. 39° 58' 33.312" N Long. 7° 7'	Ruivo <i>et al.</i> , 1991

			de construção e doméstica comum.	53.976" O	
30	Quartos 1	<i>Villa</i>	Numa área de dispersão superior a 4000 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum, além de um peso de tear, silhares em granito e uma base de coluna no mesmo material.	Lat. 39° 58' 47.82" N Long. 7° 8' 27.707" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
31	Quartos 2	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 150 m ² documenta-se cerâmica de construção.	Lat. 39° 58' 36.624" N Long. 7° 8' 19.14" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
32	Azinhal Velho 1	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 30.108" N Long. 7° 8' 22.703" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
33	Azinhal Velho 2	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 200 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 25.536" N Long. 7° 8' 28.031" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
34	Azinhal Velho 3	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 7.968" N Long. 7° 8' 33.611" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
35	Azinhal Velho 4	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 9.084" N Long. 7° 8' 56.616" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
36	Azinhal Velho 5	Casal	Numa área de dispersão superior a 1500 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 23.196" N Long. 7° 9' 19.44" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
37	Azinhal Velho 6	<i>Tugurium</i> (?)	Numa área de dispersão superior a 100 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 16.608" N Long. 7° 9' 28.296" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
38	Espadaneira 3	Casal	Numa área de dispersão superior a 1000 m ² documenta-se cerâmica de construção e	Lat. 39° 57' 51.624" N Long. 7° 9' 20.411" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991

			doméstica comum.		
39	Portal dos Carros	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 400 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e escória de ferro.	Lat. 39° 58' 36.048" N Long. 7° 9' 58.175" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
40	Quinta da Granja 1	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 200 m ² documenta-se cerâmica de construção e doméstica comum.	Lat. 39° 58' 9.984" N Long. 7° 10' 9.768" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
41	Quinta da Granja 2	<i>Tugurium</i>	Numa área de dispersão superior a 400 m ² documenta-se cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e escória de ferro.	Lat. 39° 58' 5.628" N Long. 7° 9' 56.987" O	Ruivo <i>et al.</i> , 1991
42	Terra da Professora 1	Indeterminado	Dispersão de materiais em c. 30.000 m ² . Predomínio de cerâmica de construção e doméstica comum; documenta-se ainda fragmentos da parte dormente e movente de mó.	Lat. 40° 00' 43" N Long. 7° 9' 16" O	Baptista, 1998; Reis, 2013
43	Terra da Professora 2	Indeterminado	Dispersão de materiais em c. 4500 m ² . A imagem satélite permite ver alinhamentos agrícolas antigos.	Lat. 40° 00' 38" N Long. 7° 9' 8" O	Baptista, 1998; Reis, 2013
44	Queijeira da Terra Grande	Lagar	Cerâmica de construção, comum e de armazenamento; peso de lagar; silhares esculpidos	Lat. 40° 00' 45" N Long. 7° 08' 42" O	Reis, 2013
45	Serrinha 1	Lagar	Dispersão de materiais superior a 30.000 m ² . Documenta-se cerâmica de construção, comum e armazenamento e parte de um lagar escavado no afloramento	Lat. 40° 00' 48" N Long 7° 08' 29" O	Baptista, 1998; Reis, 2013
46	Serrinha 2	Lagar	Dispersão de materiais em c. 1000 m ² . Documenta-se cerâmica de construção e armazenamento e um lagar.	Lat. 40° 00' 45" N Long 7° 08' 19" O	Baptista, 1998; Reis, 2013

47	Barroca Funda II	Lagar	Lagar escavado em granito.	Lat. 40° 00' 43" N Long 7° 8' 04" O	Baptista, 1998
48	Mina Velha I	Lagar	Lagar escavado no granito, composto por duas pias retangulares e interligadas por um orifício. Fragmentos de tégula.	Lat. 40° 0' 24.876" N Long 7° 8' 16.223" O	Baptista, 1998
49	Carrascal da Serrinha / Pombal / Horta da Serra	Caleiras	Caleiras em granito dispersas por três zonas no terreno.	Lat. 40° 0' 22.464" N Long 7° 8' 31.38" O// Lat. 40° 0' 8.136" N Long 7° 8' 38.58" O// Lat. 40° 0' 0.972" N Long 7° 8' 41.639" O	Almeida, 1956; Baptista, 1998
50	Olival da Entrada	Indeterminado	Parcos vestígios cerâmicos.	Lat. 40° 0' 7.776" N Long 7° 8' 46.428" O	Baptista, 1998
51	Chãozinho do Espírito Santo	Necrópole	Segundo o proprietário este sítio terá sido escavado por Fernando de Almeida. Documenta-se túmulos escavados na rocha, uma moeda de prata e fragmentos cerâmicos.	Lat. 39° 59' 52.836" N Long 7° 8' 32.712" O	Baptista, 1998
52	Chão do Espírito Santo II	Indeterminado	Documenta-se cerâmica de construção, <i>terra sigillata</i> , mós de granito e materiais de construção em granito e xisto.	Lat. 39° 59' 53.844" N Long 7° 8' 38.507" O	Baptista, 1998
53	Carrascal Pequeno	Indeterminado	Documenta-se fragmentos de cerâmica de construção. Consta que um pastor por aqui encontrou uma ânfora intacta.	Lat. 40° 0' 2.736" N Long 7° 8' 12.552" O	Baptista, 1998
54	Chão da Raposa ou dos Viveiros	Indeterminado	Documenta-se cerâmica comum, blocos graníticos afeiçoados e	Lat. 39° 59' 58.488" N Long 7° 8'	Baptista, 1998

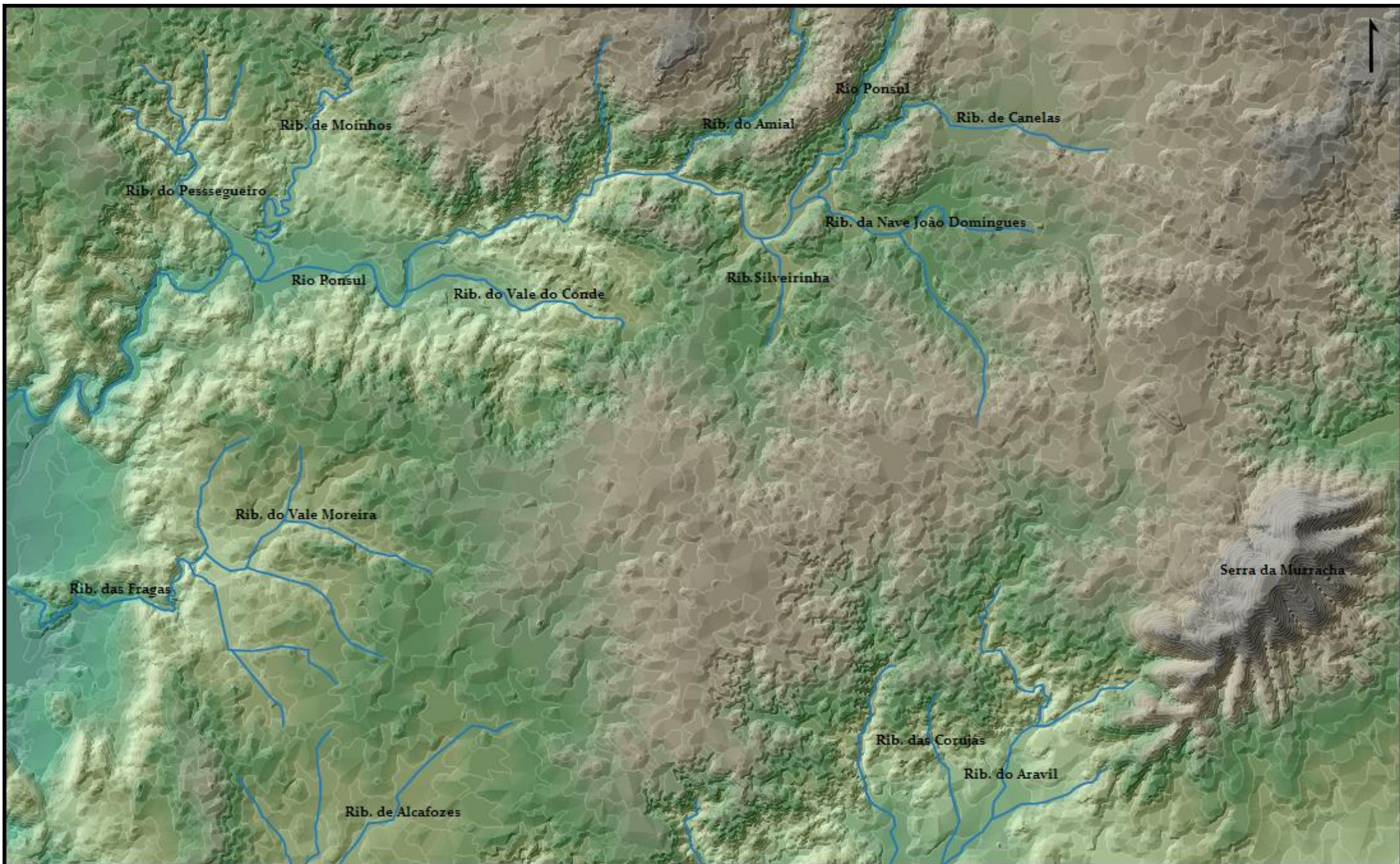
			possível aqueduto (?).	36.276" O	
55	Tapada Nova	Indeterminado	Escassos vestígios cerâmicos e outros.	Lat. 39° 59' 46.284" N Long 7° 8' 50.675" O	Baptista, 1998
56	Horta da Serra III	Indeterminado	Documenta-se fragmentos de cerâmica de construção, cerâmica doméstica comum e material de construção em granito e xisto.	Lat. 40° 0' 19.98" N Long 7° 8' 27.095" O	Baptista, 1998
57	Cabeço dos Pinhos	Indeterminado	Vestígios cerâmicos.	Lat. 39° 59' 55.716" N Long 7° 8' 37.499" O	Baptista, 1998
58	Chão da Fonte do Arco ou Fonte da Cruz	Indeterminado	Documenta-se cerâmica de construção, placas de xisto e cantaria.	Lat. 39° 59' 40.02" N Long 7° 8' 47.364" O	Baptista, 1998
59	Veiga	Indeterminado	Documenta-se fragmentos de cerâmica de construção, <i>terra sigillata</i> e material granítico.	Lat. 39° 59' 53.952" N Long 7° 8' 8.519" O	Baptista, 1998
60	Cabeço da Força	Indeterminado	Documenta-se cerâmica comum e <i>terra sigillata</i> .	Lat. 39° 59' 42.9" N Long 7° 8' 24.612" O	Baptista, 1998
61	Tapada da Eira	Necrópole	Sepulturas de diferentes tipos e épocas. Espólio como <i>terra sigillata</i> , cerâmica comum, vidros e ossos calcinados.	Lat. 39° 59' 56.004" N Long 7° 8' 42.467" O	Almeida e Ferreira, 1958; Baptista, 1998; Côrte-Real, 1996
62	Chão dos Castanheiros	Indeterminado	Documenta-se cerâmica e fragmentos de mós graníticas.	Lat. 39° 59' 38.544" N Long 7° 8' 30.552" O	Baptista, 1998
63	Terra da Maria de Campos	<i>Villa</i> (?)	Documenta-se fragmentos de cerâmica doméstica comum, <i>terra sigillata</i> e material granítico, nomeadamente mós.	Lat. 40° 0' 48.564" N Long 7° 8' 47.832" O	Baptista, 1998
64	Tapada das Quintas	Indeterminado	Documenta-se cerâmica de construção, <i>terra sigillata</i> , material de	Lat. 39° 59' 36.924" N Long 7° 8'	Baptista, 1998; Pereira, 1938

			construção em pedra, pesos de tear e uma cisterna com ossos partidos e queimados e restos de madeira (não se conhece o paradeiro).	37.427" O	
65	Carrascal I ou Alto do Salão	Indeterminado	Cerâmica comum.	Lat. 39° 59' 33.324" N Long 7° 8' 24.899" O	Baptista, 1998
66	Vale do Conde	Achado avulso	Documenta-se anel epigrafado (<i>utere felix</i>) em ouro e <i>terra sigillata</i> .	Lat. 39° 59' 39.336" N Long 7° 7' 55.955" O	Baptista, 1998
67	Tapada dos Eucaliptos	Indeterminado	Restos cerâmicos e pedras trabalhadas.	Lat. 39° 59' 53.376" N Long 7° 8' 50.64" O	Baptista, 1998
68	Poço das Beiradas	Indeterminado	Cerâmica comum e cantarias trabalhadas.	Lat. 39° 59' 47.616" N Long 7° 9' 20.268" O	Baptista, 1998
69	Queijeira da Terra Grande 3	Lagar	Possivelmente o mesmo sítio que o n.º 44.	Lat. 40° 0' 47.736" N Long 7° 8' 37.175" O	Reis, 2013
70	Terra das vacas ou Pessegueiros	Indeterminado	Documenta-se material de construção em xiste e granito.	Lat. 40° 0' 3.492" N Long 7° 9' 52.091" O	Baptista, 1998
71	Curral ou Torrão	Indeterminado	Este local situa-se a jusante da barragem do rio de Moinhos (cf. n.º 75), documentando-se cerâmica e restos arquitetónicos, assim como um sarcófago granítico.	Lat. 40° 0' 19.008" N Long 7° 9' 26.747" O	Baptista, 1998
72	Carrascal II ou Poço dos Cágados	Indeterminado	Documenta-se pequenas lucernas, paredes finas, cerâmica de construção, cantaria afeiçoada, restos de troncos de colina e mós manuais.	Lat. 39° 59' 33.396" N Long 7° 8' 35.051" O	Baptista, 1998
73	Curral ou Torreão	Barragem	Implantada no rio de Moinhos. Encontra-se destruída.	Lat. 40° 0' 19.152" N Long 7° 9' 26.964" O	Almeida, 1956; 1977b; Baptista, 1998; Quintela et

					<i>al.</i> , 1995
74	Terra do Convento ou Santíssimo	Indeterminado	Estruturas habitacionais, bases e troncos de colunas, mós manuais, cerâmica doméstica comum e cerâmica de construção.	Lat. 39° 59' 48.552" N Long 7° 10' 9.264" O	Baptista, 1998; Pereira, 1938
75	Afonseanes 2	Lagar	Ao lagar acresce espólio cerâmica, um silhar almofadado.	Lat. 40° 1' 12" N Long 7° 6' 36" O	Reis, 2013
76	Afonseanes 3	Lagar	Contrapeso de lagar.	Lat. 40° 1' 13" N Long 7° 6' 33" O	Reis, 2013
77	Afonseanes 4	Lagar	Possível <i>habitat</i> numa área de c. 3000 m ² .	Lat. 40° 1' 16" N Long 7° 6' 33" O	Reis, 2013

Tabela 7: Inventário dos sítios arqueológicos.

ANEXO II – CARTOGRAFIA

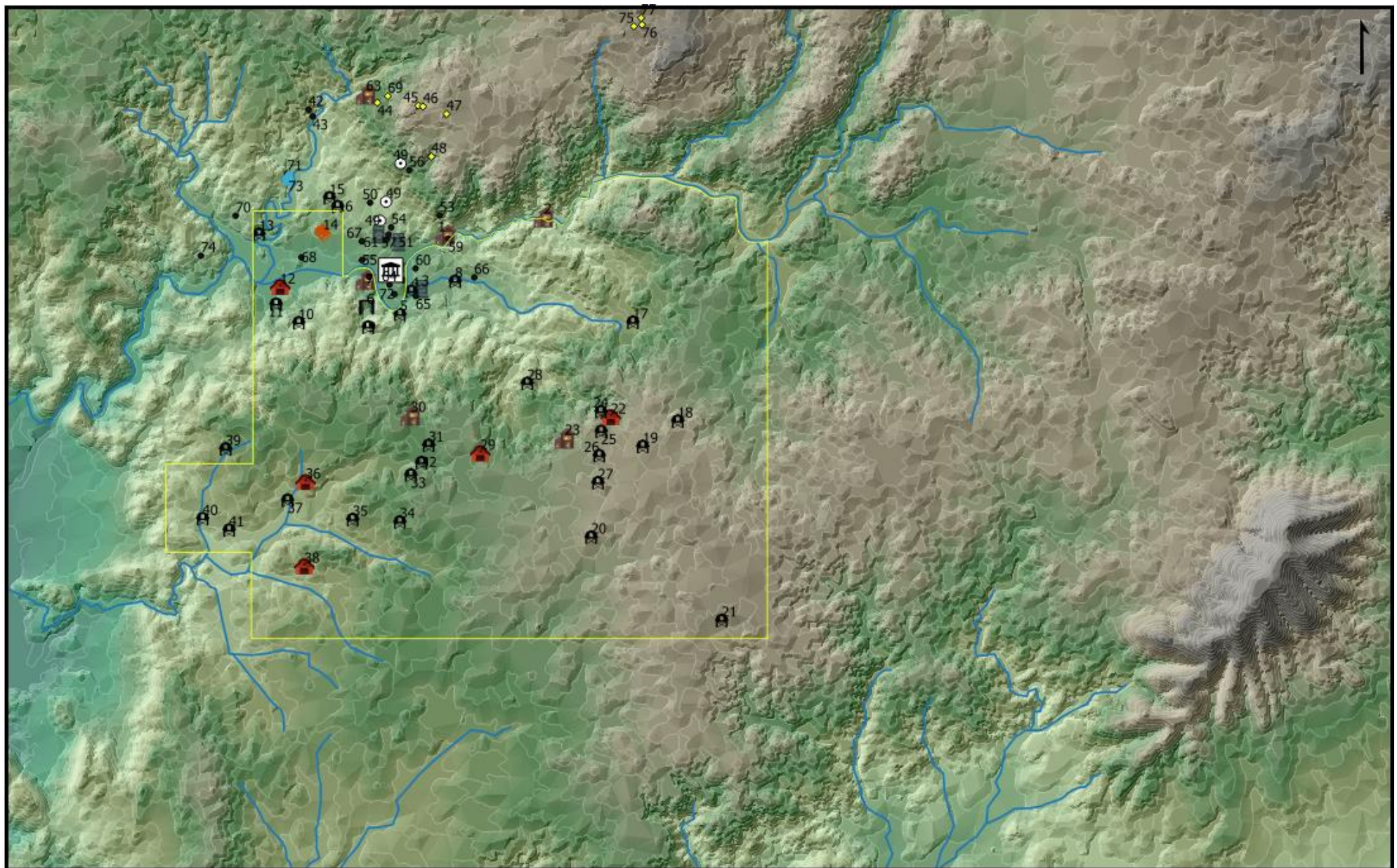


Legenda

— Hidrografia principal



Mapa 1: MDT e principais linhas de água. Executado com QGIS 2.14 Essen.



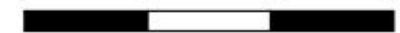
Legenda

— Área prospectada intensivamente

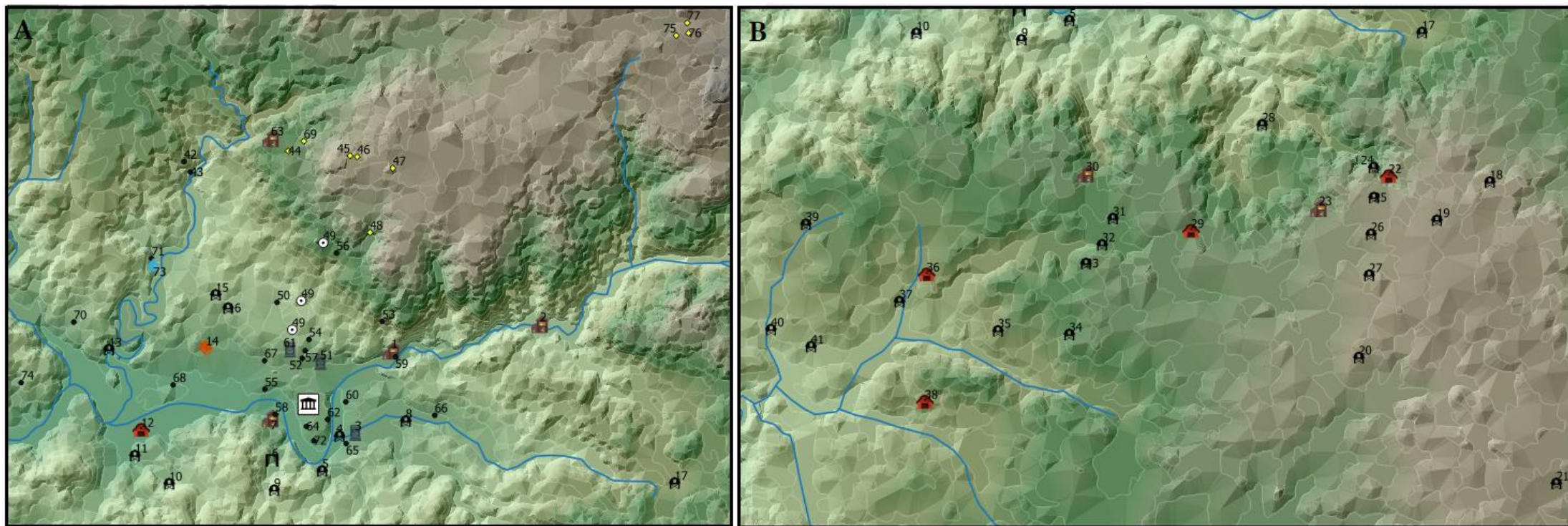
Sítios arqueológicos:

- | | | | | | |
|---------|-----------|----------|---------|----------------|---------------|
| Igaedis | Barragem | Tugurium | Horreum | Forno Cerâmico | Indeterminado |
| Lagar | Caldeiras | Villa | Casal | Necrópole | |

0 1 2 3 km



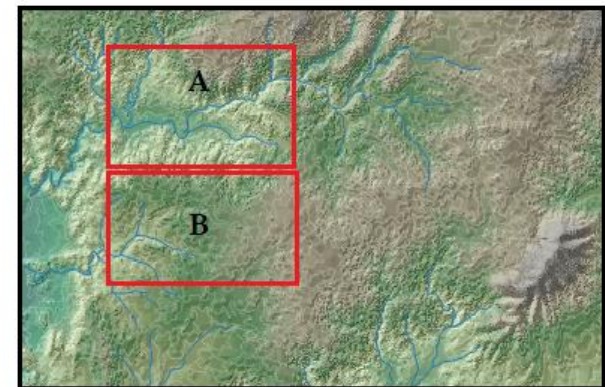
Mapa 2: MDT e sítios arqueológicos. Executado com QGIS 2.14 Essen.



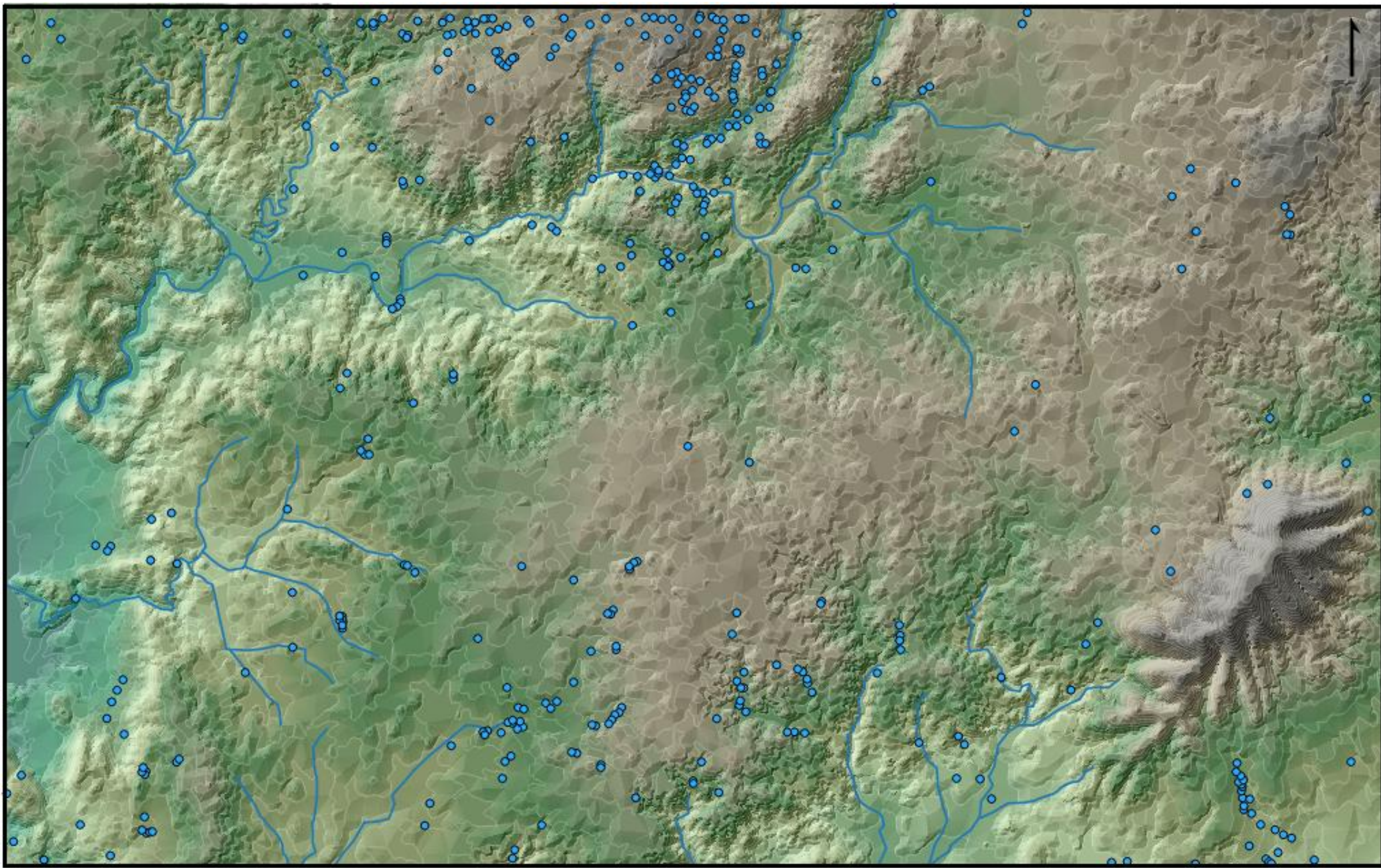
0 750 1500 m

Sítios Arqueológicos

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|--|--------------------------------------|
| 1. Veiga I | 21. Vale do Milhano | 41. Quinta da Granja 2 | 59. Veiga |
| 2. Corxo | 22. Valados 1, 2 e 3 | 42. Terra da Professora 1 | 60. Cabeço da Forca |
| 3. Olival do Salão | 23. Curral das Lagoas 2 | 43. Terra da Professora 2 | 61. Tapada da Eira |
| 4. Cabeço do Salão | 24. Curral das Lagoas 3 | 44. Queijeira da Terra Grande | 62. Chão dos Castanheiros |
| 5. Furdas | 25. Curral das Lagoas 4 | 45. Serrinha 1 | 63. Terra da Maria de Campos |
| 6. Furdões Velhos | 26. Curral das Lagoas 5 | 46. Serrinha 2 | 64. Tapada das Quintas |
| 7. Olival das Almas | 27. Curral das Lagoas 6 | 47. Barroca Funda II | 65. Carrascal I ou Alto do Salão |
| 8. Queijadeira do Vale do Conde | 28. Terra do Leitão | 48. Minha Velha I | 66. Vale do Conde |
| 9. Cavaleiro | 29. Terra do João Rodrigues | 49. Carrascal da Serrinha / Pombal / Hora da Serra | 67. Tapada dos Eucaliptos |
| 10. Terra do Valentim | 30. Quartos 1 | 50. Olival da Entrada | 68. Poço das Beiradas |
| 11. Afesseirão das Corgas | 31. Quartos 2 | 51. Chãozinho do Espírito Santo | 69. Queijeira da Terra Grande 3 |
| 12. Queijeira das Corgas | 32. Azinhal Velho 1 | 52. Chão do Espírito Santo II | 70. Terra das Vacas ou Pessegueiros |
| 13. Beiradas | 33. Azinhal Velho 2 | 53. Carrascal Pequeno | 71. Curral ou Torreão |
| 14. Chão da Devesa | 34. Azinhal Velho 3 | 54. Chão da Raposa ou dos Viveiros | 72. Carrascal II ou Poço dos Cágados |
| 15. Terra da Nazaré 1 | 35. Azinhal Velho 4 | 55. Tapada Nova | 73. Curral ou Torreão |
| 16. Terra da Nazaré 2 | 36. Azinhal Velho 5 | 56. Horta da Serra III | 74. Terra do Convento ou Santíssimo |
| 17. Lomba do Ouro | 37. Azinhal Velho 6 | 57. Cabeço dos Pinhos | 75. Afonseanes 2 |
| 18. Arraial da Gravaia 1 | 38. Espadaneira 3 | 58. Chão da Fonte do Arco ou Fonte da Cruz | 76. Afonseanes 3 |
| 19. Arraial da Gravaia 2 | 39. Portal dos Carros | | 77. Afonseanes 4 |
| 20. Piçarreira | 40. Quinta da Granja 1 | | |



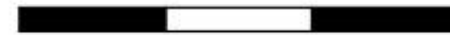
Mapa 3: Aproximação do MDT e sítios arqueológicos. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

— Hidrografia principal ● Poços / fonte / nascentes / cisternas / azenhas

0 1 2 3 km



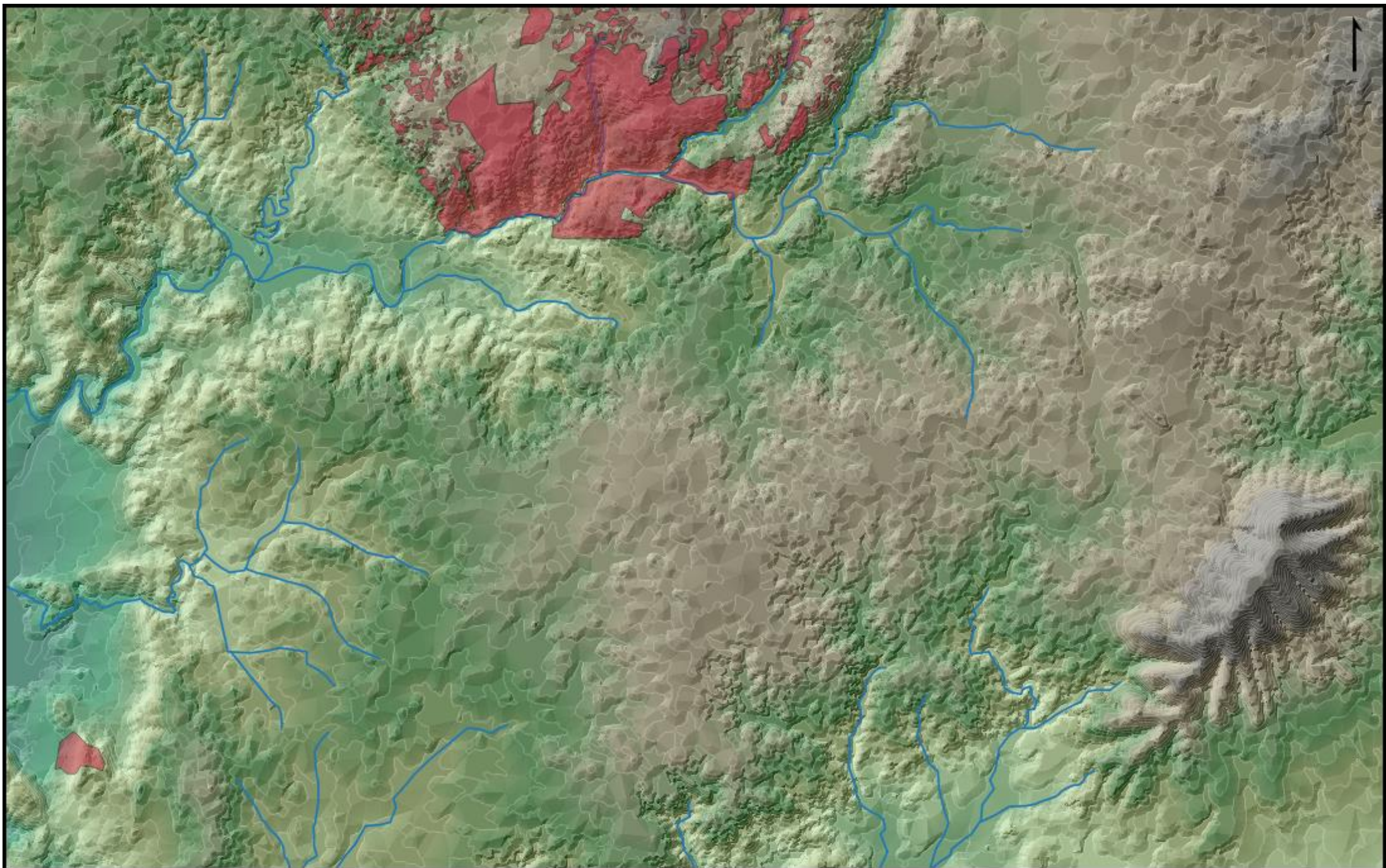
Mapa 4: MDT com estruturas hidráulicas retiradas da CMP 270. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

A	At Ap	Egn	Pb Ca	Pg Sb	Px Sb	Sbl Sb	Vgn Argn
A Sb	At Atl	Egn Pgn	Pb Sb	Pg Vgn	Px Vx	Sr	Vgn Egn
Al A	At Sb	Ex	Pg	Pgn	Px Vx Ex	Sr Va	Vx
Arg	At Sr	Ex Arx	Pg Arg	Px	Sb	Sr Vx	
ASoc	Atl	Ex Vx	Pg Eg	Px Arx	Sb Ca	Va Pa	
At	Eg Arg	Pb	Pg Eg Arg	Px Ex	Sbl	Vgn	

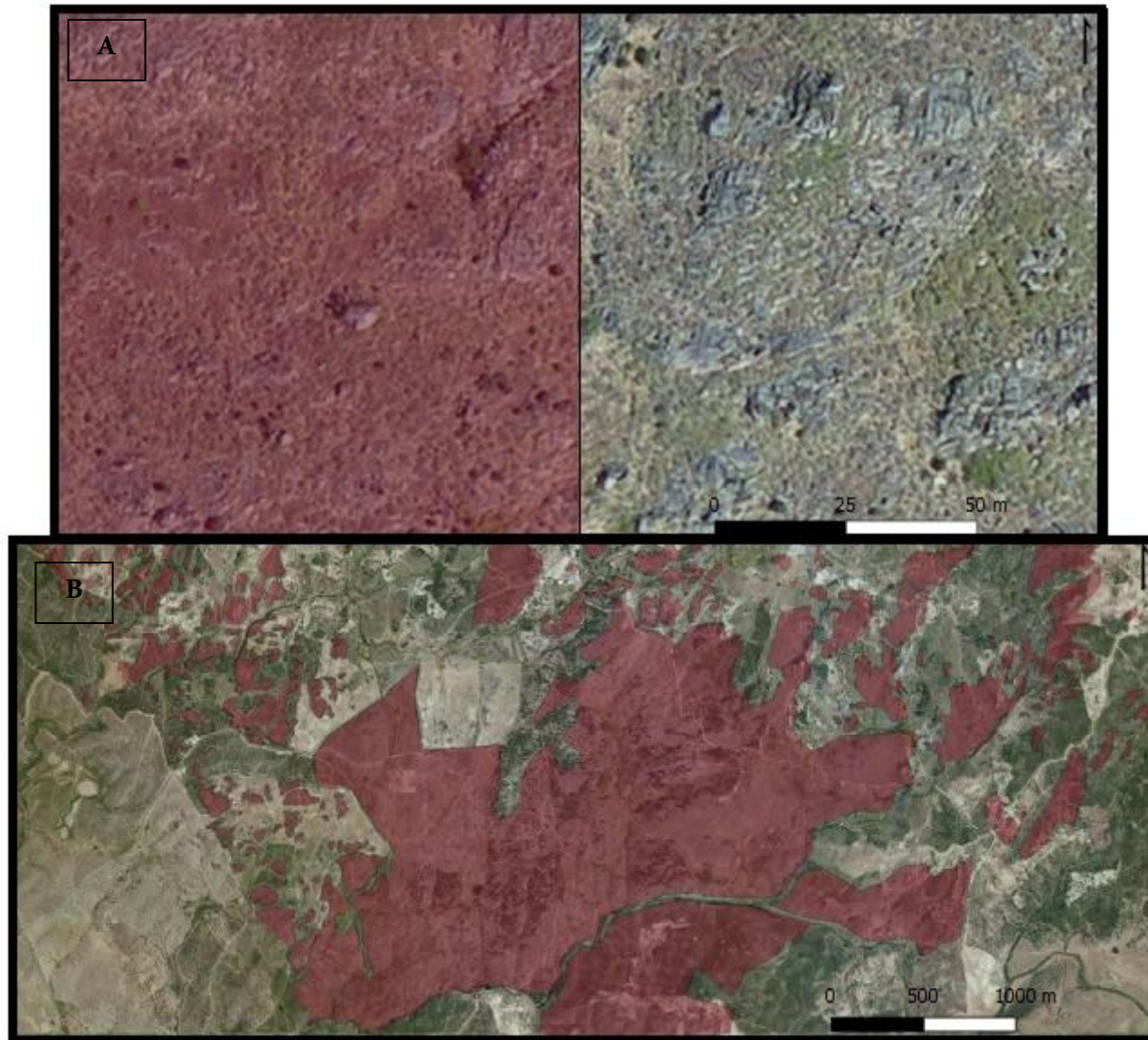
Mapa 5: Mapa de solos correspondente à CMP 270 (cf. Descrição da legenda na tabela 6). Editado com QGIS 2.14 Essen.



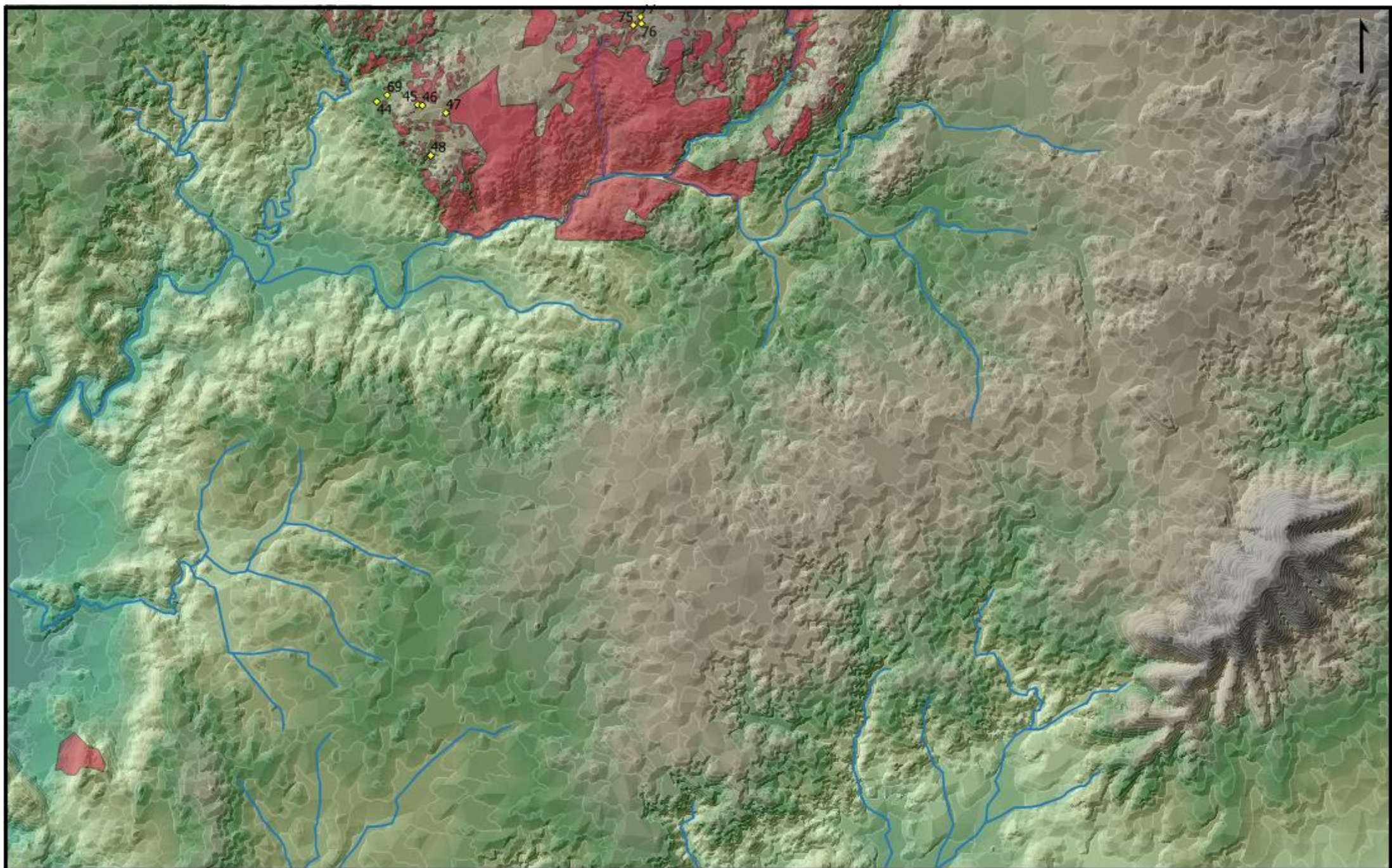
Legenda
Afloramento rochoso

0 1 2 3 km

Mapa 6: Áreas de afloramento rochoso. Executado com QGIS 2.14 Essen.

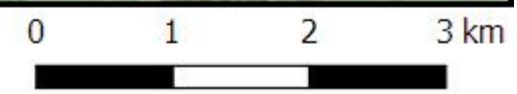


Mapa 7: Representação da metodologia utilizada (fotointerpretação) para a documentação das zonas de afloramento rochoso (A) e perspectiva ampla da principal área de afloramento (B).

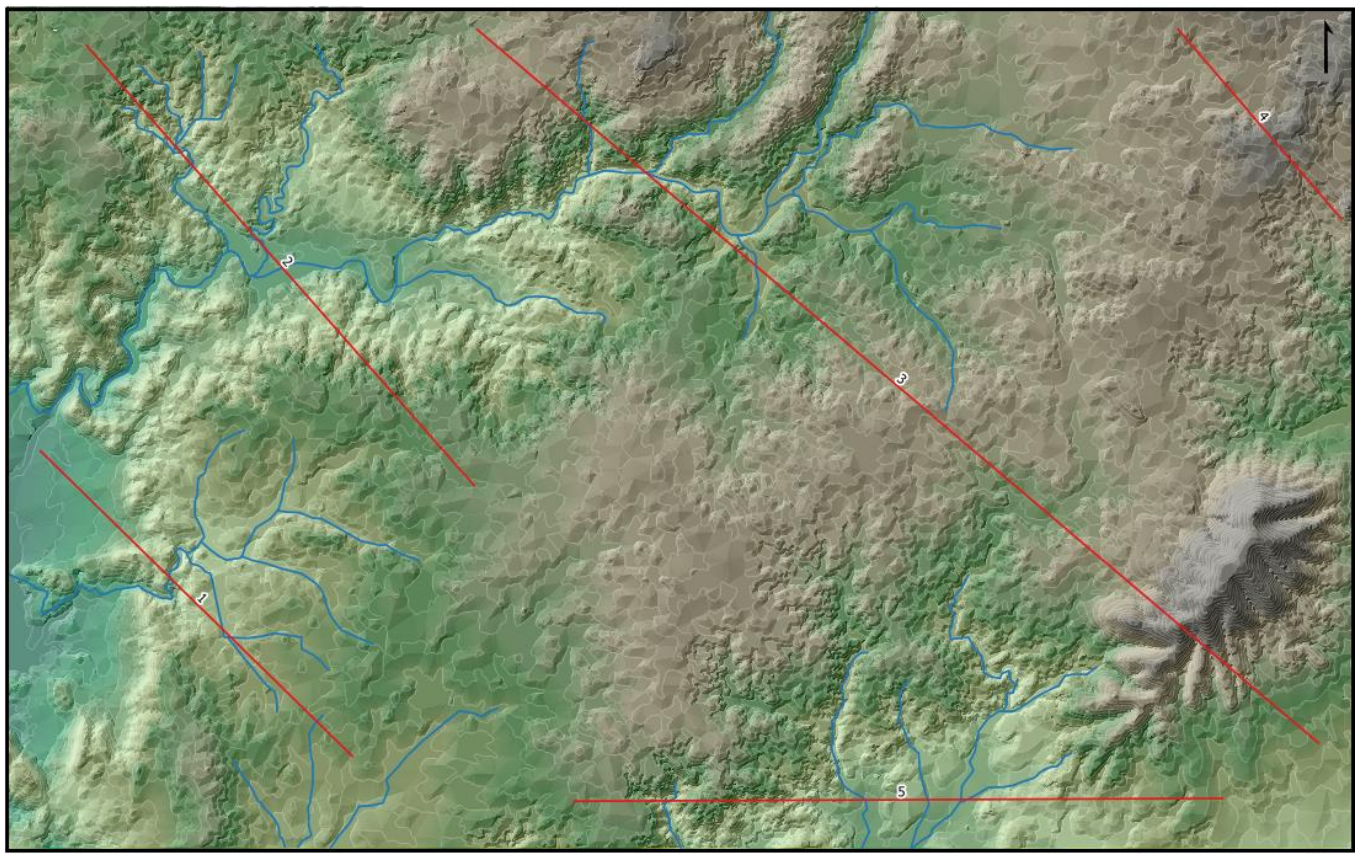


Legenda

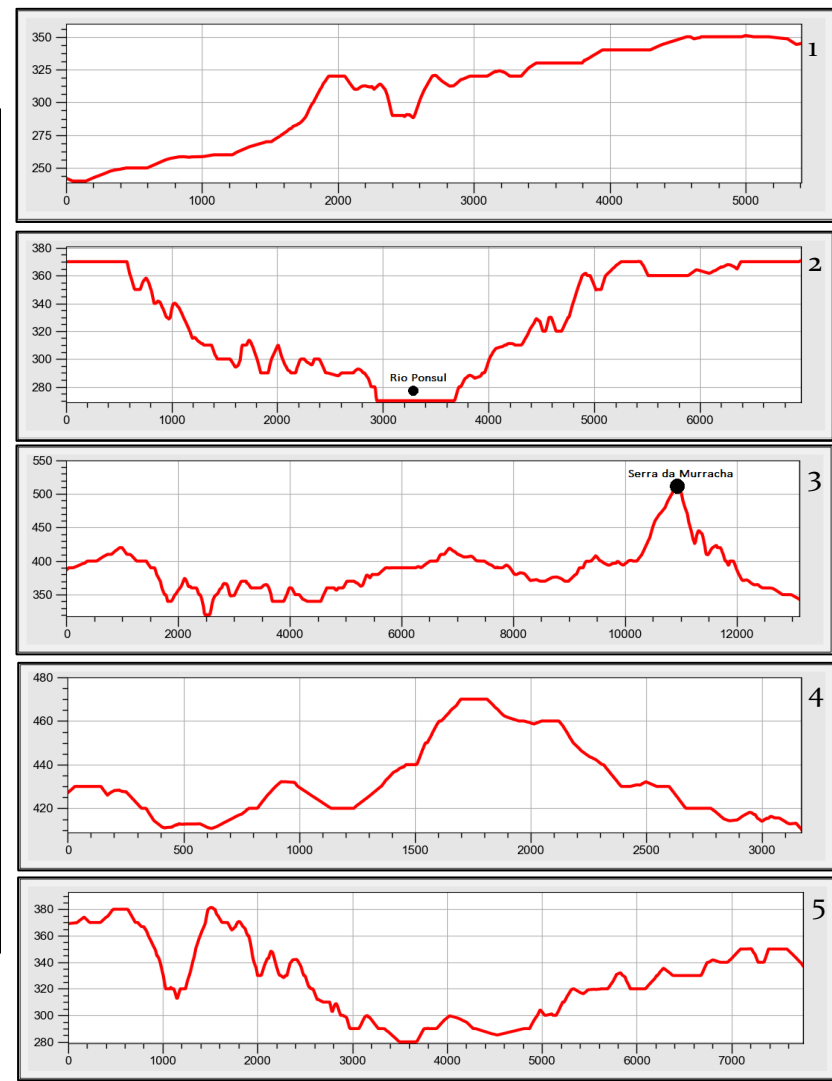
■ Afloramento rochoso ◆ Lagar



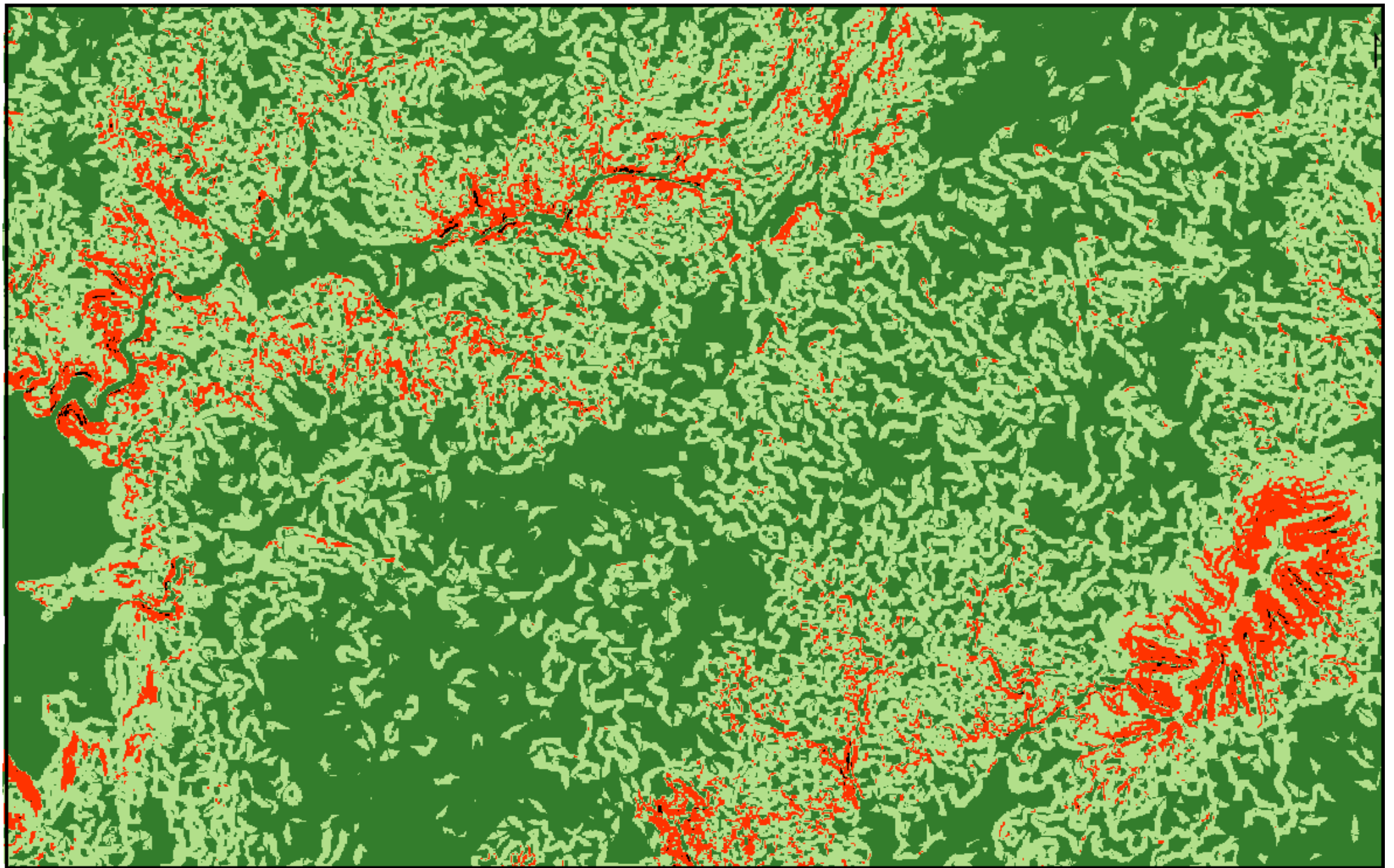
Mapa 8: Áreas de afloramento rochoso e lagares. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda
 — Perfil topográfico



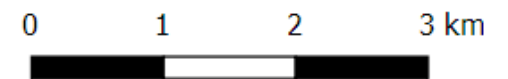
Mapa 9: Perfis topográficos elaborados sobre o MDT. Executado com QGIS 2.14 Essen.



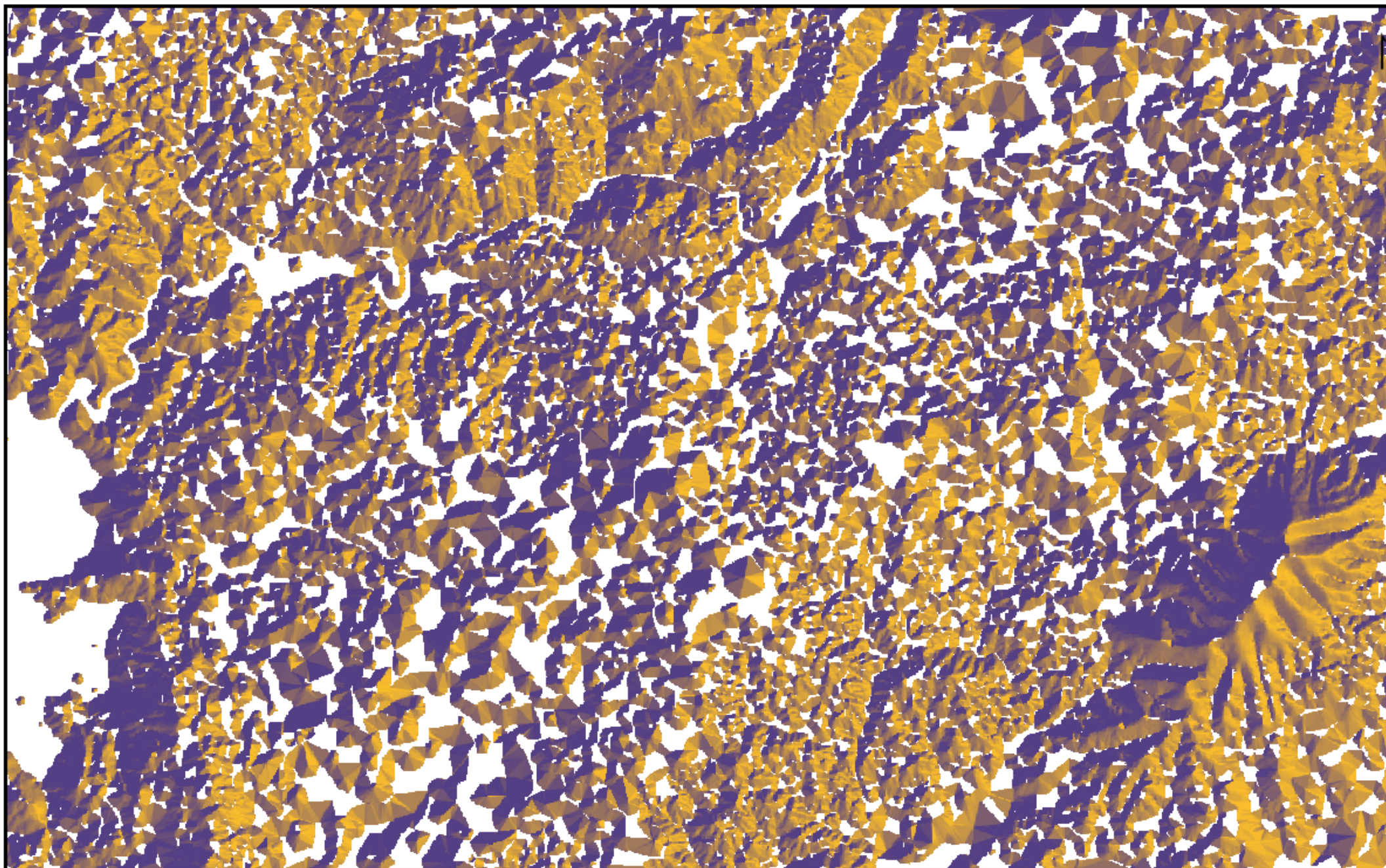
Legenda

Declive (%)

0-5 5-15 15-30 > 30






Mapa 10: Mapa de declives. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

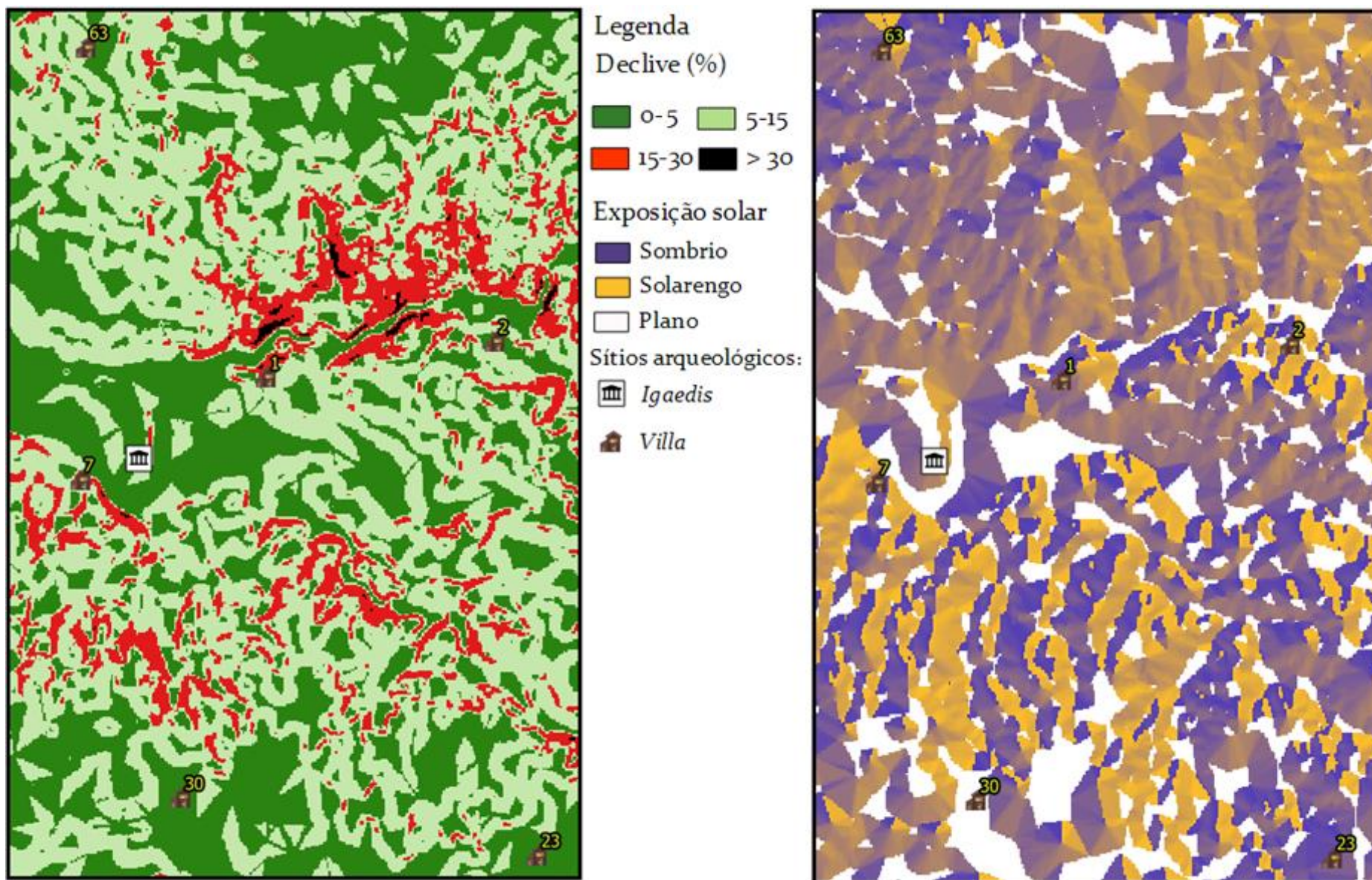
Exposição solar

 Sombrio  Solarengo  Plano

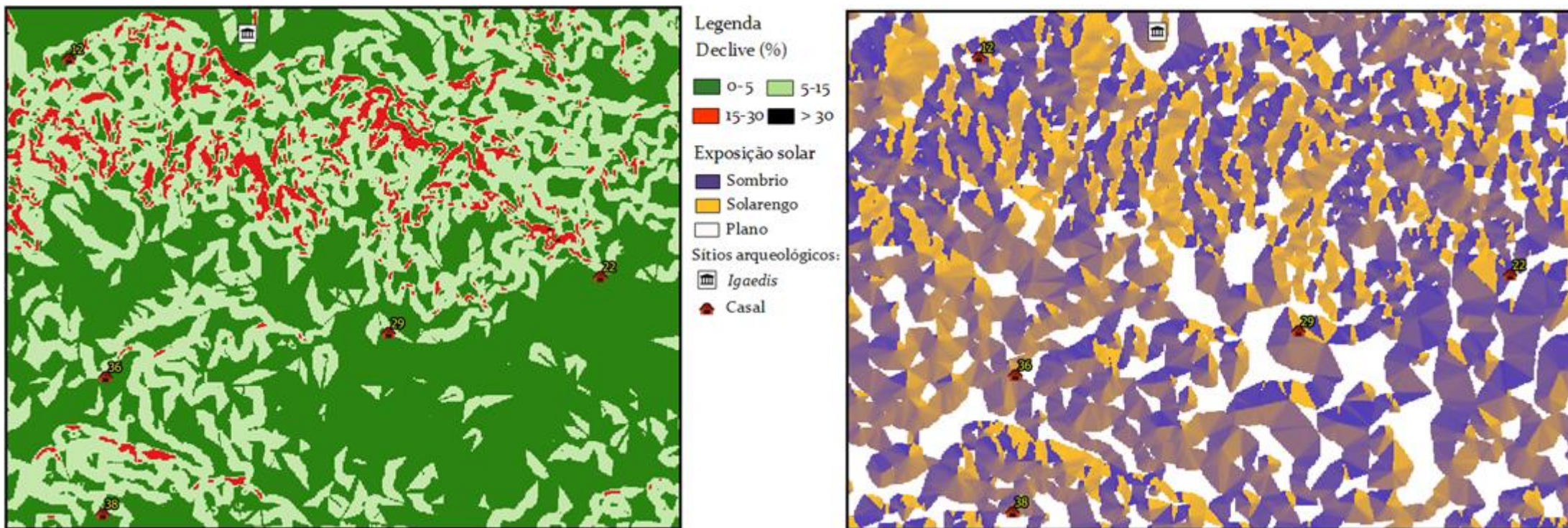
0 1 2 3 km



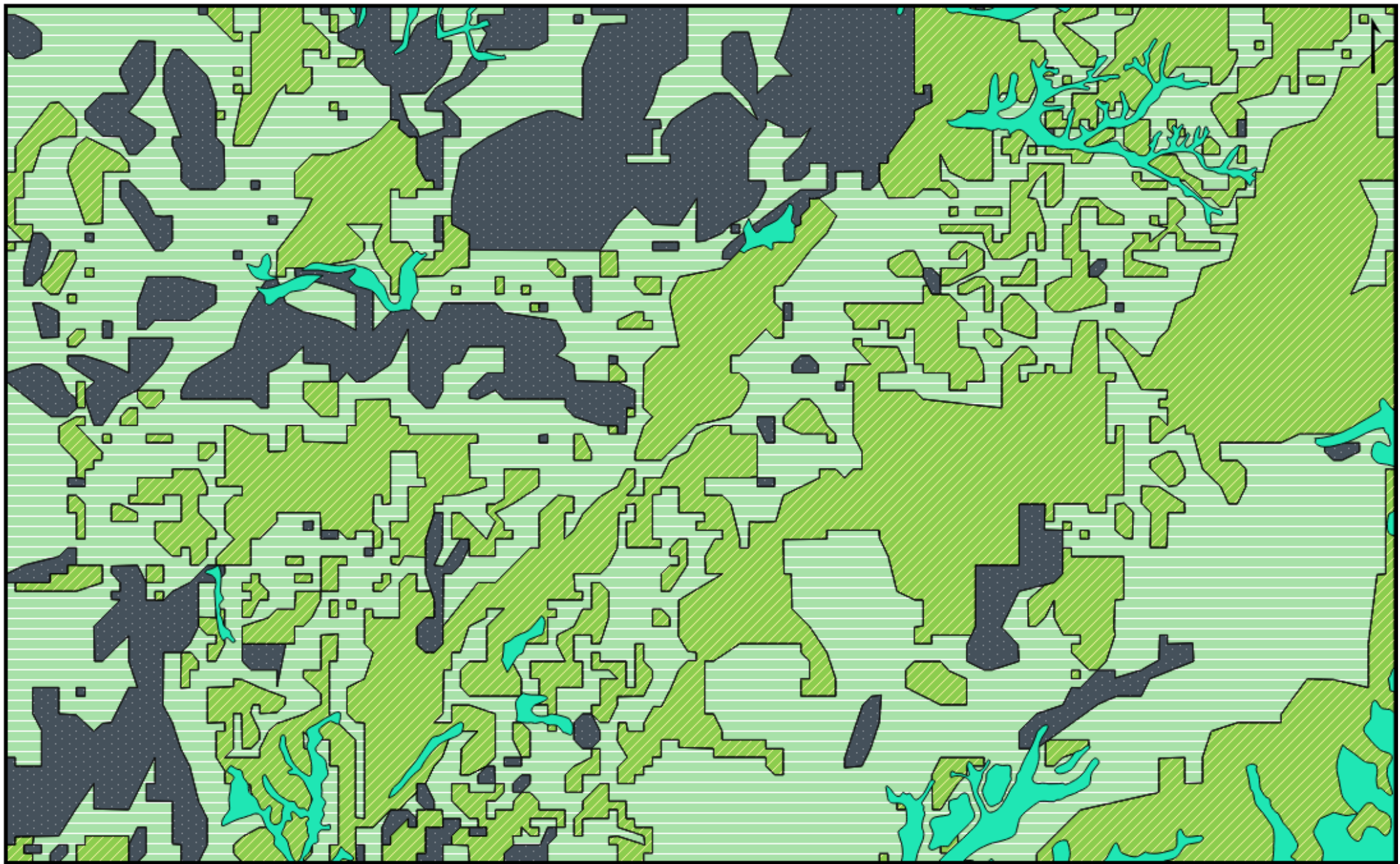
Mapa 11: Mapa de exposição solar. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Mapa 12: Posição das *villae* relativamente ao mapa de declives e exposição solar. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Mapa 13: Posição dos casais relativamente ao mapa de declives e exposição solar. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

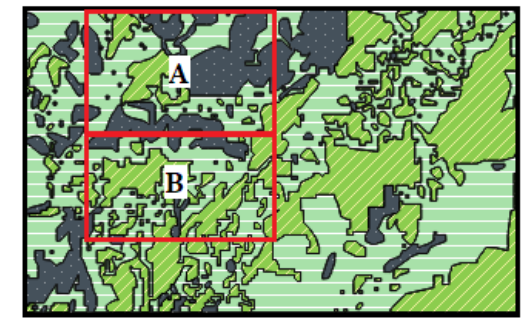
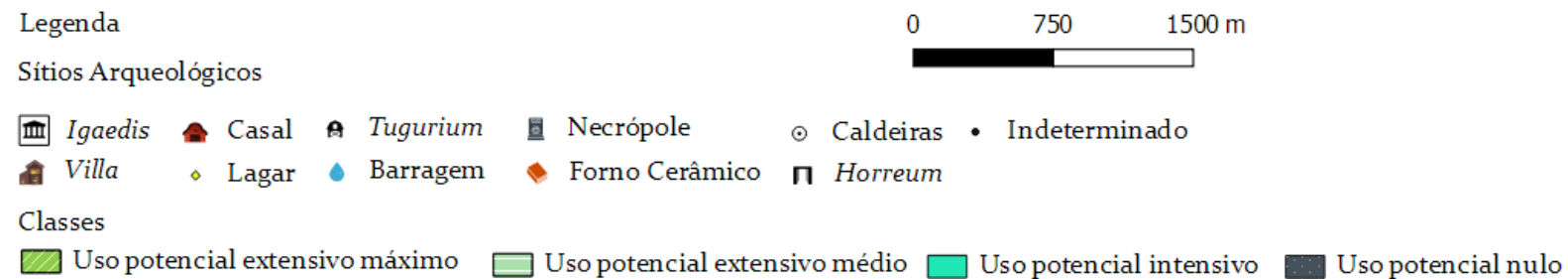
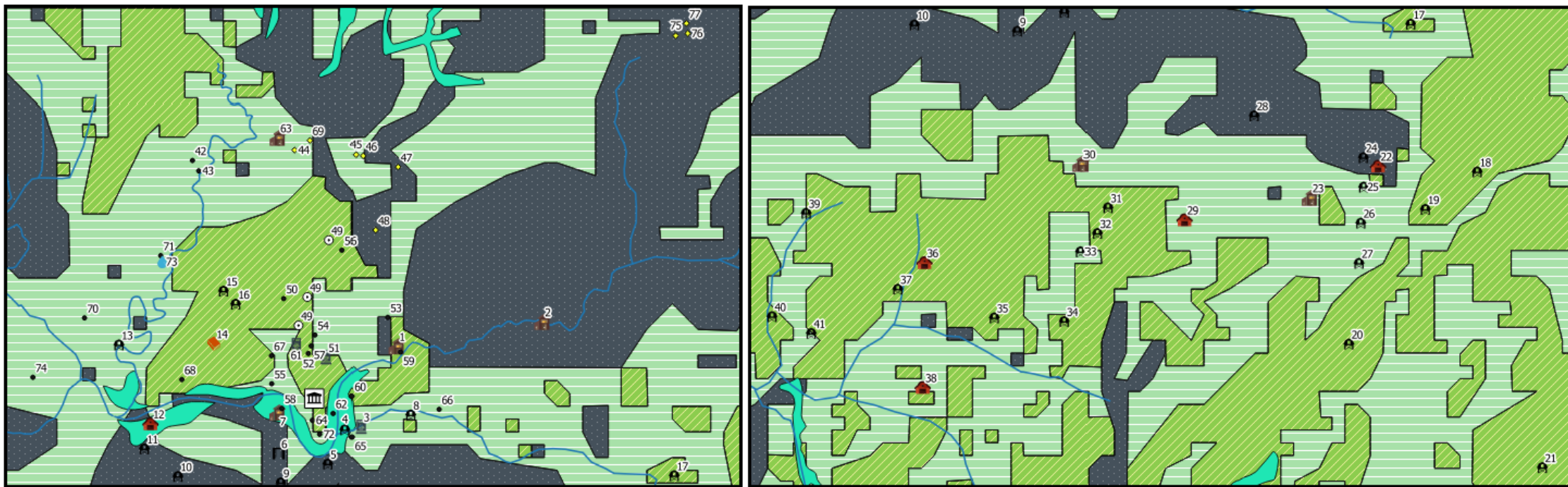
Classes

■ Uso potencial extensivo máximo ■ Uso potencial extensivo médio ■ Uso potencial intensivo ■ Uso potencial nulo

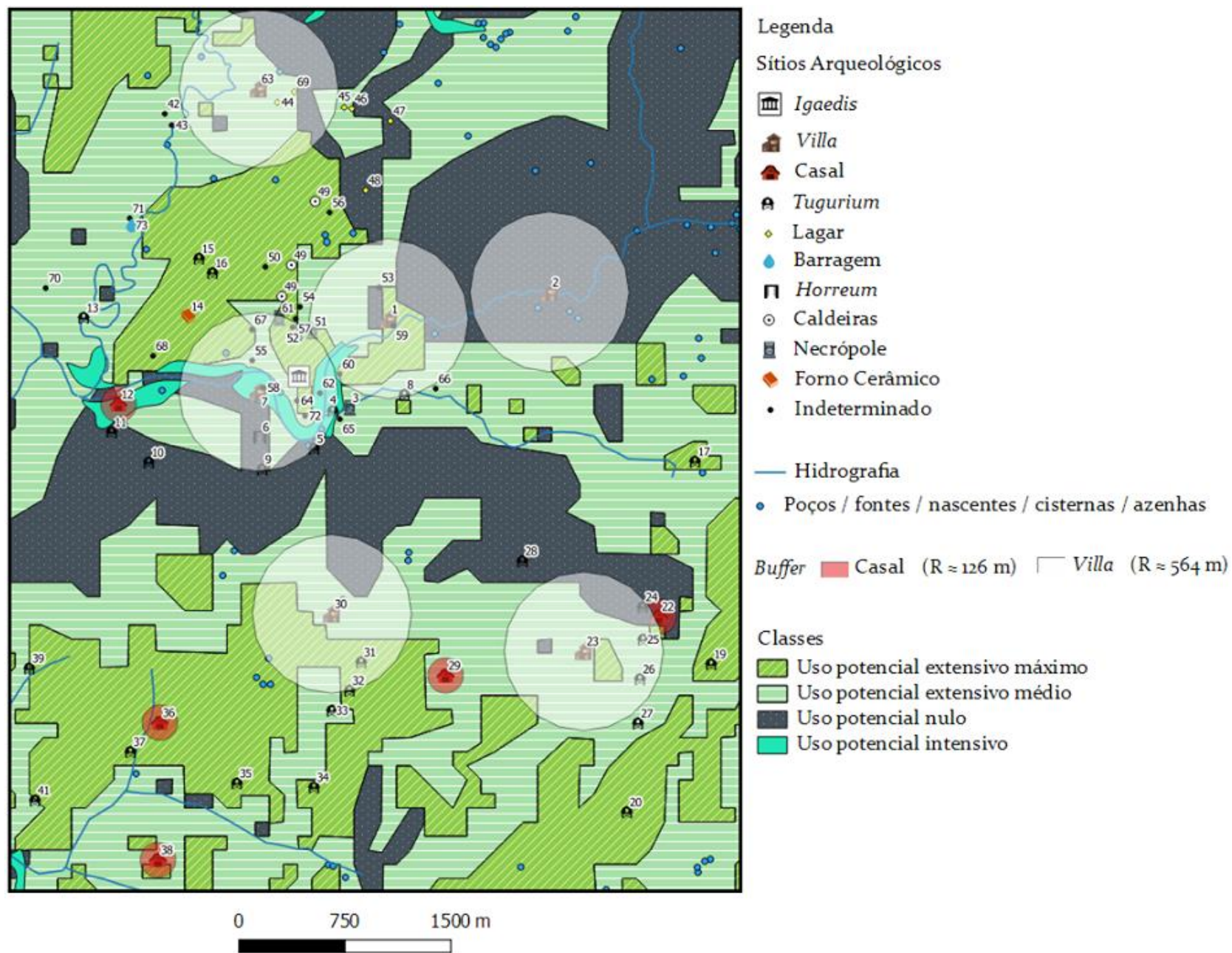
0 1 2 3 km



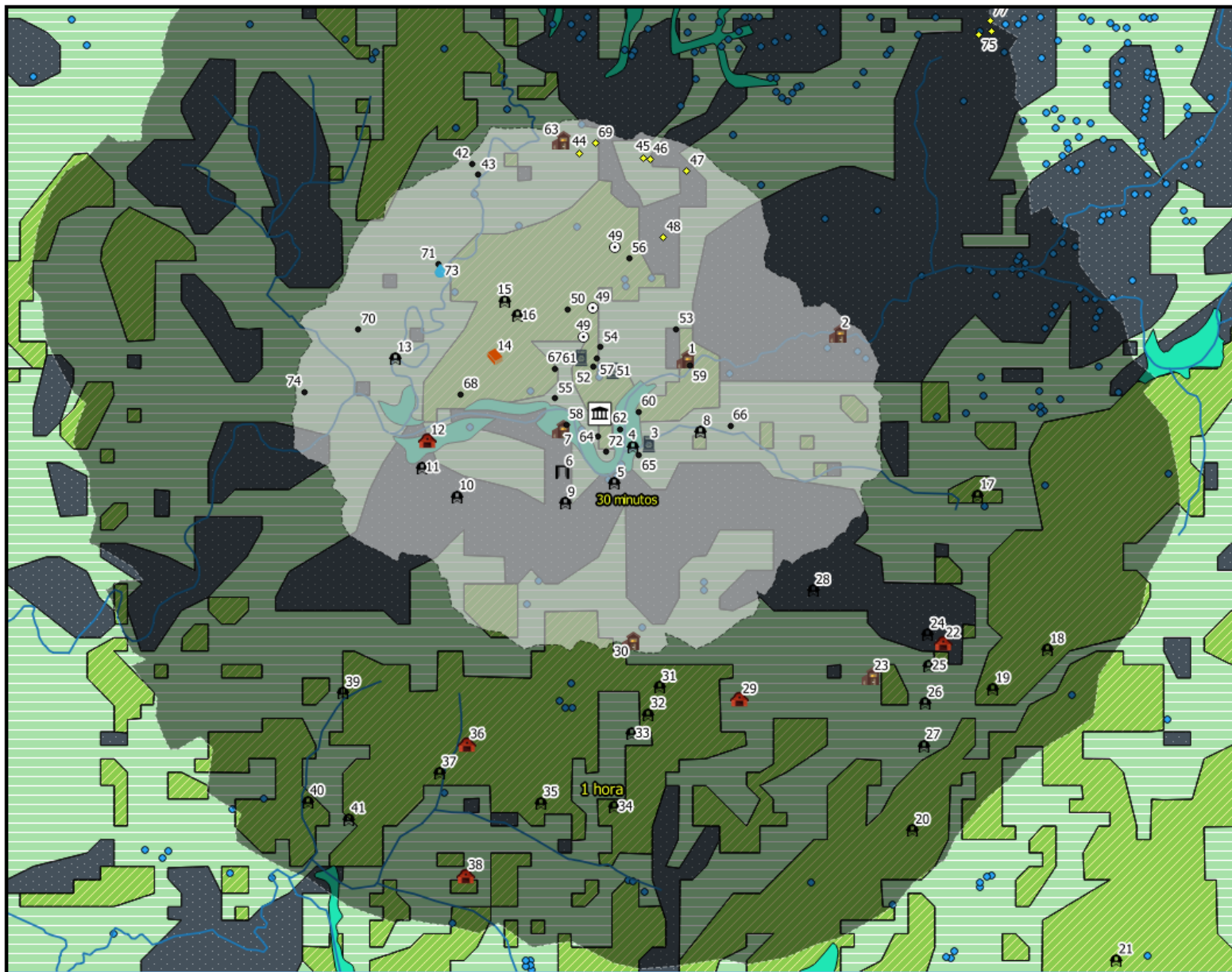
Mapa 14: Mapa de usos potenciais da terra. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Mapa 15: Ampliação do mapa de usos potenciais da terra e sítios arqueológicos. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Mapa 16: Buffer em torno das villae e casais sobreposto ao mapa de usos potenciais da terra. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

Sítios Arqueológicos

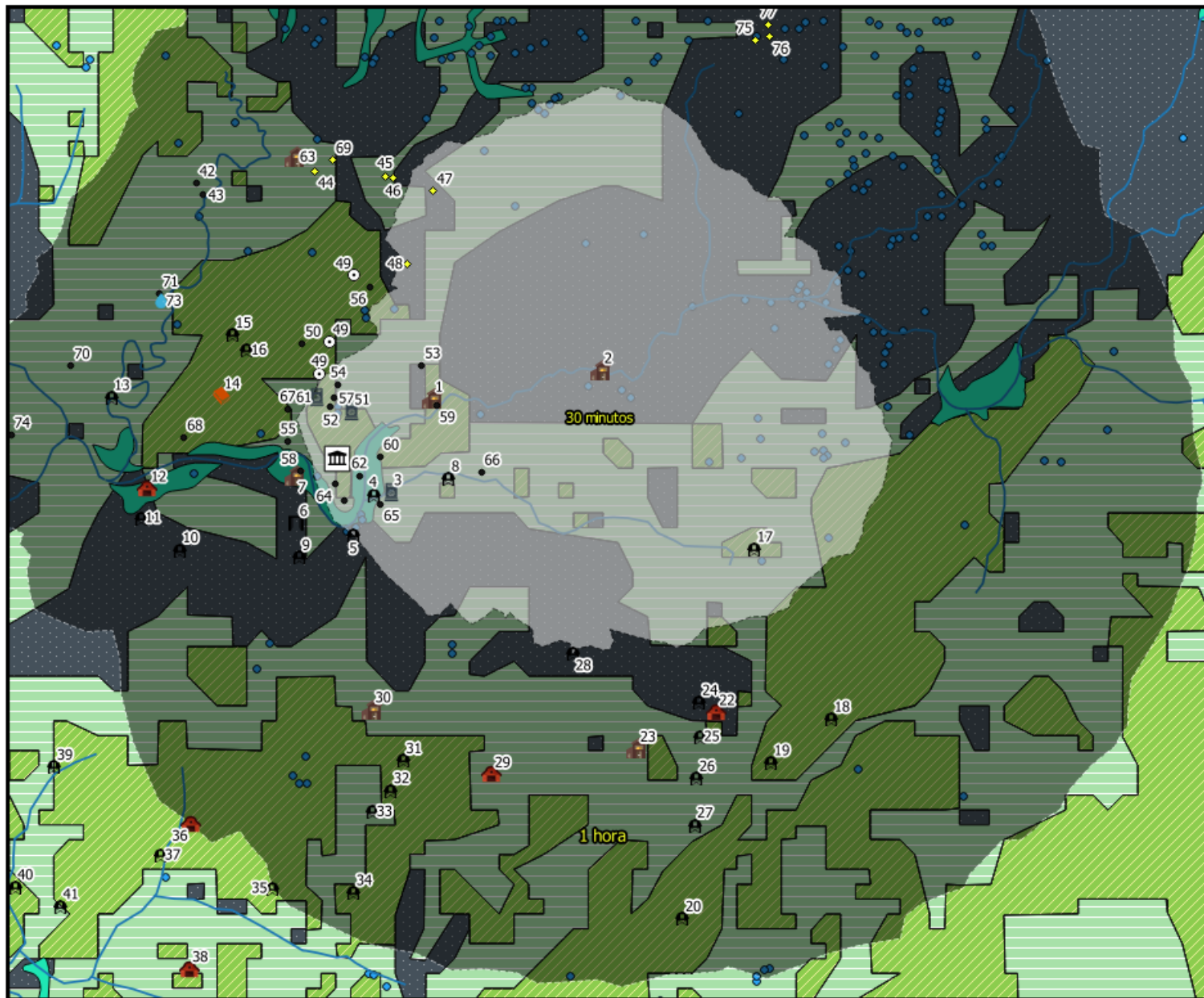
- Igaedis*
- Villa*
- Casal*
- Tugurium*
- Lagar*
- Barragem*
- Horreum*
- Caldeiras*
- Necrópole*
- Forno Cerâmico*
- Indeterminado*

Classes

- Uso potencial extensivo máximo*
- Uso potencial extensivo médio*
- Uso potencial nulo*
- Uso potencial intensivo*












- Território de marcha de 1 hora a partir de Igaedis*
- Território de marcha de 30 minutos a partir de Igaedis*
- Poços / fontes / nascentes / cisternas / azenhas*
- Hidrografia*

Mapa 17: Território de marcha calculado a partir de *Igaedis*. Executado com QGIS 2.14 Essen.











Legenda

Sítios Arqueológicos

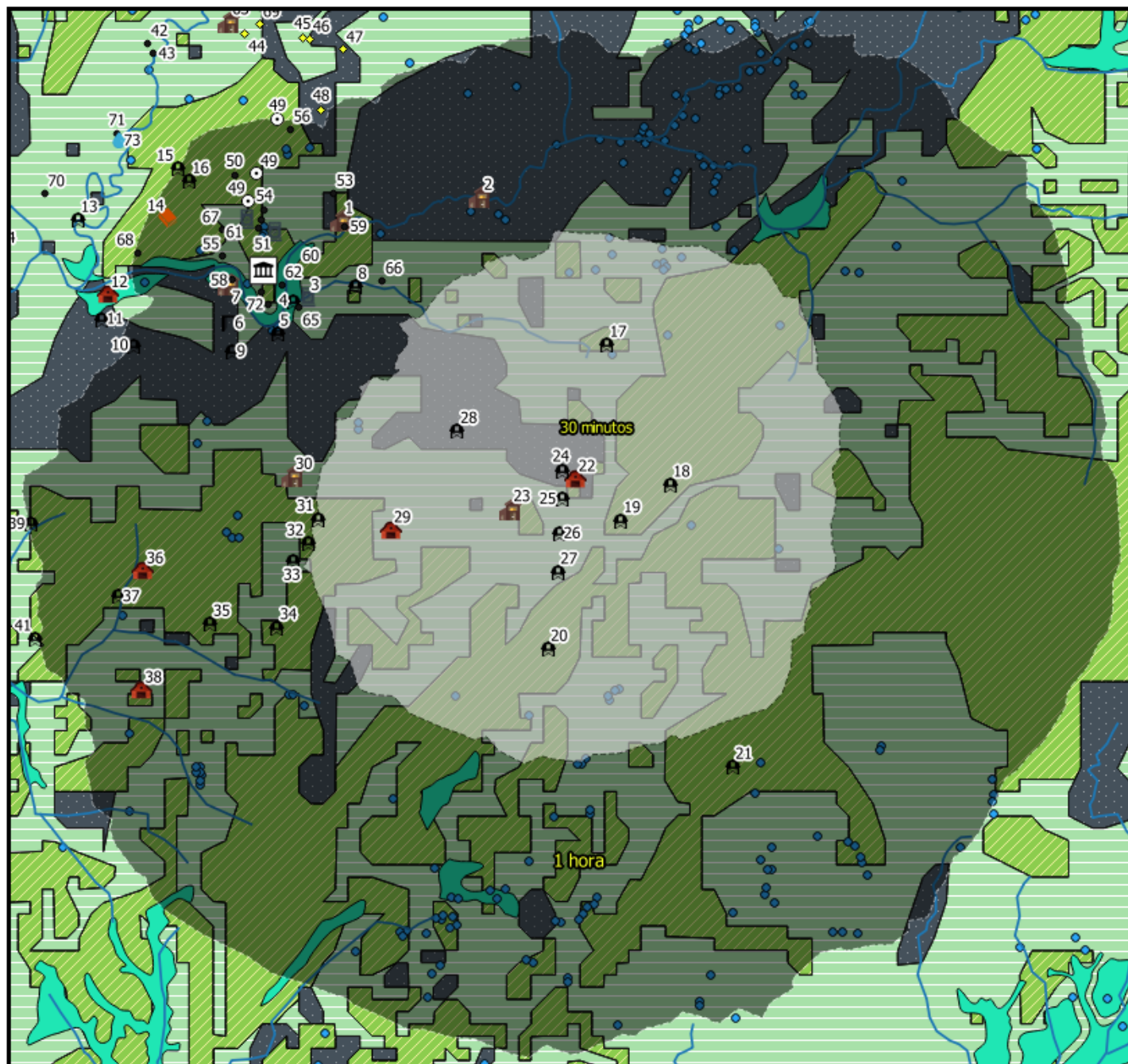
-  *Igaedis*
-  *Villa*
-  Casal
-  *Tugurium*
-  Lagar
-  Barragem
-  *Horreum*
-  Caldeiras
-  Necrópole
-  Forno Cerâmico
-  Indeterminado

Classes

-  Uso potencial extensivo máximo
-  Uso potencial extensivo médio
-  Uso potencial nulo
-  Uso potencial intensivo

-  Território de marcha de 1 hora a partir da *villa* n.º 2
-  Território de marcha de 30 minutos a partir da *villa* n.º 2
-  Poços / fontes / nascentes / cisternas / azenhas
-  Hidrografia

Mapa 18: Território de marcha calculado a partir da *villa* n.º 2. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Legenda

Sítios Arqueológicos

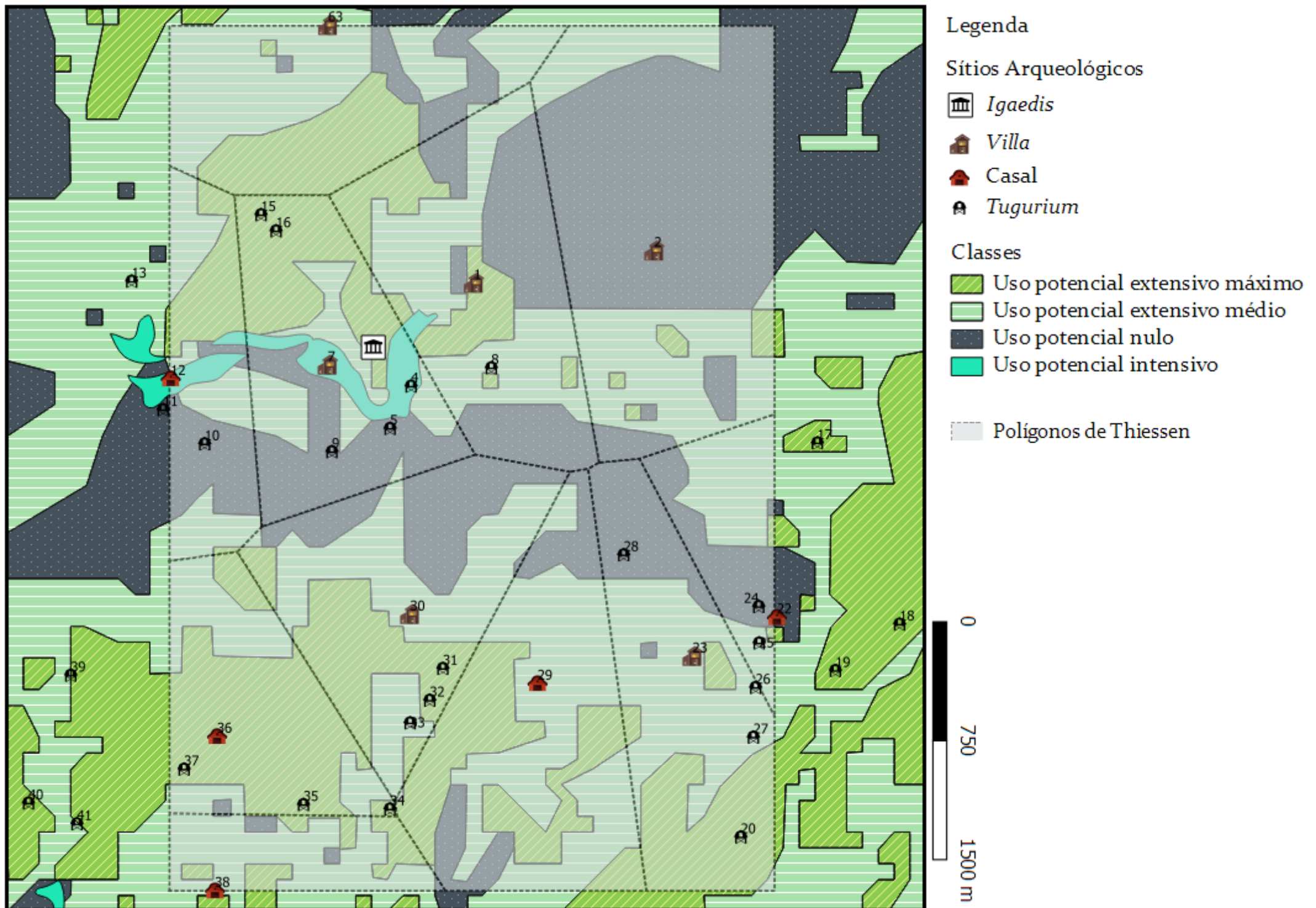
- Igaedis*
- Villa*
- Casal*
- Tugurium*
- Lagar*
- Barragem*
- Horreum*
- Caldeiras*
- Necrópole*
- Forno Cerâmico*
- Indeterminado*

Classes

- Uso potencial extensivo máximo*
- Uso potencial extensivo médio*
- Uso potencial nulo*
- Uso potencial intensivo*

- Território de marcha de 30 minutos a partir do casal n.º 22*
- Território de marcha de 1 hora a partir do casal n.º 22*
- Poços / fontes / nascentes / cisternas / azenhas*
- Hidrografia*

Mapa 19: Território de marcha calculado a partir do casal n.º 22. Executado com QGIS 2.14 Essen.



Mapa 20: Polígonos de Thiessen calculados em torno das villae e casais. Executado com QGIS 2.14 Essen.